

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**NOVOS CONTINENTES
RELAÇÕES COLONIAIS EM *O CONTINENTE E VOSS***

IAN ALEXANDER

**Dra. Maria da Glória Bordini
Orientadora**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras,
na área de concentração de Teoria da Literatura

Data da defesa: 11/01/2006

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, janeiro de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Para Carmen Nunes:
o meu motivo para estar comparando
a minha cultura com a cultura daqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Regina Zilberman, pelo impulso que me fez voltar às Letras.

Agradeço a Maria da Glória Bordini, pela troca de idéias que começou na entrevista.

Agradeço aos contribuintes brasileiros que, apesar das outras necessidades, pagaram a minha bolsa de estudos.

Este trabalho não existiria sem vocês. Obrigado.

Como cantaremos o cântico do Senhor
em terra estranha?

Salmo 136

RESUMO

O presente estudo sugere uma comparação entre obras literárias do Brasil e da Austrália em termos das suas experiências coloniais e pós-coloniais, através de um modelo das interações culturais que caracterizam a colonização. O modelo fornece uma terminologia para comparar o hibridismo cultural em contextos diferentes, esquematizando as relações entre as várias raízes culturais de sociedades que surgem no processo colonial. As três principais influências identificadas são as culturas indígenas, as culturas dos colonizadores e as culturas dos indivíduos transportados à colônia contra a sua vontade: os escravos africanos, no caso do Brasil, e os prisioneiros das Ilhas Britânicas, no caso australiano. Este modelo é aplicado em uma análise comparativa da representação dessas relações coloniais e pós-coloniais em dois romances que tematizam a formação de sociedades novas nos mundos latino e britânico: *O Continente* (1949), do sul-rio-grandense Erico Verissimo, e *Voss* (1957), do australiano Patrick White. O estudo comprova a utilidade analítica do modelo e mostra um alto grau de semelhança morfológica entre as relações culturais representadas nos dois textos.

PALAVRAS-CHAVE

Erico Verissimo, Patrick White, teoria pós-colonial, Segundo Mundo, Rio Grande do Sul, Austrália

ABSTRACT

This study suggests a comparison of literary works from Brazil and Australia in terms of their colonial and post-colonial experiences, using a model of the cultural interactions that characterise colonisation. This model offers a terminology for comparing cultural hybridism in different contexts by schematising possible relationships between the different cultural roots of societies that result from the colonial process. The three main influences identified are the indigenous cultures, the cultures of the colonisers, and the cultures of those transported to the colony against their will: African slaves, in the case of Brazil, and prisoners from the British Isles, in the case of Australia. This model is applied in a comparative analysis of the representation of these colonial and post-colonial relationships in two novels that deal with the formation of new societies in the Latin and British worlds: *O Continente* (1949), by the Brazilian Erico Verissimo, and *Voss* (1957), by the Australian Patrick White. The study demonstrates the analytical utility of the model and identifies a high level of morphological similarity between the cultural relationships represented in the two works.

KEY WORDS

Erico Verissimo, Patrick White, post-colonial theory, Second World, Rio Grande do Sul, Australia

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1 Colônias, países e nações.....	12
1.1 Culturas novas no Novo Mundo.....	12
1.2 O Brasil e a teoria pós-colonial	19
1.3 Um modelo das relações coloniais	25
1.4 Testando o modelo	29
1.5 O olhar duplo de Alan Lawson.....	39
2 Os novos continentes	45
2.1 Erico Verissimo e Patrick White	45
2.2 <i>O Continente e Voss</i>	50
2.3 Armas brancas em mãos escuras	56
2.4 O povo antigo dessa terra nova.....	69
2.5 Gente como nós	85
2.6 O cordão umbilical	104
Conclusão	131
Referências	143

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a representação das relações coloniais nas sociedades do Rio Grande do Sul e da Austrália em *O Continente*, de Erico Verissimo, e *Voss*, de Patrick White. O australiano White (1912-1990) foi contemporâneo de Verissimo (1905-1975) e ganhou o prêmio Nobel da literatura em 1973. Os dois publicaram seus primeiros romances na década de 1930 e voltaram o seu enfoque à época colonial das suas respectivas culturas depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, Verissimo e White produziram as suas obras mais memoráveis e se estabeleceram como referências fundamentais nas suas respectivas literaturas, a sul-rio-grandense e a australiana.

Os romances *O Continente* e *Voss* são amplamente reconhecidos como representações canônicas dos seus respectivos contextos culturais: panoramas históricos e geográficos que questionam a condição psicológica e cultural de sociedades coloniais e pós-coloniais. Se *O continente* é um romance do tempo, narrando um grande percurso histórico dentro de um espaço relativamente limitado, *Voss* é um romance do espaço, que ocupa um percurso temporal bem mais curto, mas encena um maior trajeto geográfico, acompanhando o explorador alemão Johann Ulrich Voss na sua tentativa de cruzar o continente australiano a pé. Os textos são duplamente contemporâneos: a viagem de Voss acontece em 1845, no período entre os dois tomos de *O continente*, e o romance de White foi publicado em 1957, na mesma época em que Verissimo lançou a trilogia *O tempo e o vento* (1949-1962).

Quanto ao pano de fundo histórico dessas obras, as regiões do sul do Brasil e do leste da Austrália sofreram processos de colonização nos séculos XVIII e XIX, na forma de embates entre culturas indígenas orais e de baixo poder bélico e culturas européias letradas e com nível tecnológico muito mais elevado. Os contatos da época colonial e as interações com os territórios novos e os povos colonizados deram origem a sociedades nas quais as formas culturais trazidas pelos colonizadores são modificadas: sociedades híbridas que permanecem

latinas ou britânicas, mas que não são mais européias. Os processos não são idênticos nos dois contextos, mas são estruturalmente parecidos ao ponto de oferecer comparações interessantes tanto no nível social quanto na sua representação ficcional.

A teoria pós-colonial frequentemente se reduz a uma oposição pouco sutil entre um primeiro mundo de potências (e literaturas) colonizadoras e um terceiro mundo de povos colonizados e de literaturas dependentes. Homi Bhabha reconhece que essa oposição corre o risco de cair num conflito de essências e procura descrever como a experiência do colonialismo produz formas culturais novas e híbridas, mas a sua abordagem ainda se aplica principalmente àquelas sociedades em que a cultura dos povos colonizados é central. No Rio Grande do Sul e na Austrália, porém, predominam elementos culturais originários da experiência do colonizador: suas línguas, suas religiões, suas instituições e seus valores não são derivados das sociedades autóctones. Uma abordagem mais rica de culturas desse tipo foi desenvolvida por Alan Lawson, que descreve os contextos da Austrália e do Canadá em termos de um “Segundo Mundo”, por causa da sua secundariedade em relação a dois primários: “o Primeiro Mundo da origem cultural (a Europa) e o Primeiro Mundo geográfico, legal e temporal dos povos indígenas”.¹ A comparação de *O continente* e *Voss* oferece uma oportunidade para testar a aplicabilidade no sul do Brasil desse conceito desenvolvido nos países da Comunidade Britânica.

O primeiro objetivo deste estudo é o de estabelecer um modelo para esclarecer a interação entre as várias raízes culturais de sociedades que são produtos da colonização. O segundo objetivo é o de analisar e comparar a representação dessas relações coloniais e pós-coloniais nos romances *O continente* e *Voss*, com o intuito de determinar o seu grau de

¹ LAWSON, Alan. Proximities: from asymptote to zeugma. In: SMITH, Rowland. B. (Org.). *Postcolonizing the Commonwealth: studies in literature and culture*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2000. p. 27. No original: “the First World of the cultural origin (Europe) and the geo-legal-temporal First World of Aboriginal peoples”.

semelhança e a validade de trabalhos comparativos entre esses dois contextos. O trabalho se organiza em duas partes: uma fundamentação teórica, chamada *Colônias, países e nações* e dividida em cinco capítulos, e a própria análise comparativa dos textos ficcionais, sob o título de *Os novos continentes*, dividida em seis capítulos.

O capítulo 1.1, *Culturas novas no Novo Mundo*, trata das relações entre a colonização, a cultura, a hibridização e a identidade nos países nas Américas e na Oceania. O capítulo 1.2, *O Brasil e a teoria pós-colonial*, trata da relação entre o Brasil e a teoria literária pós-colonial desenvolvida no mundo anglófono, justificando a comparação entre os contextos brasileiro e australiano. O capítulo 1.3, *Um modelo das relações coloniais*, desenvolve um modelo estrutural e uma terminologia para descrever as interações culturais que surgem na colonização, identificando três categorias para classificar as culturas híbridas. O capítulo 1.4, *Testando o modelo*, usa o modelo para analisar algumas teorizações da pós-colonialidade, para determinar a sua utilidade na presente comparação. O capítulo 1.5, *O olhar duplo de Alan Lawson*, examina em mais detalhe o trabalho desse pesquisador australiano e o seu conceito de um “Segundo Mundo” de culturas como as da Austrália, do Canadá e, a princípio, do sul do Brasil.

O capítulo 2.1, *Erico Verissimo e Patrick White* analisa as vidas dos autores; os romances analisados são resumidos no capítulo 2.2, *O Continente e Voss*. O capítulo 2.3, *Armas brancas em mãos escuras*, analisa a faca como símbolo da transferência cultural nas duas obras. O capítulo 2.4, *O povo antigo dessa terra nova*, trata da representação das relações entre as culturas dos povos indígenas e aquelas dos colonizadores e seus descendentes. O capítulo 2.5, *Gente como nós*, examina a representação das culturas dos povos transportados – os escravos africanos, no Brasil, e os prisioneiros britânicos e irlandeses, na Austrália –, do ponto de vista da cultura dominante. O capítulo 2.6, *O cordão umbilical*, analisa o surgimento das novas sociedades pós-coloniais nos dois romances e a sua

individuação em relação às respectivas culturas metropolitanas, em termos da linguagem, da identidade comunitária e da experiência existencial do Novo Mundo.

Quando Cristóvão Colombo partiu da Península Ibérica, ele queria encontrar um caminho às Índias sem passar pelo Cabo da Boa Esperança. No trabalho que segue, o termo Velho Mundo denomina o universo biológico e cultural delimitado por esses três pontos: a Europa, a Ásia e a África. A América e a Oceania, que conheceram o europeu, as suas doenças e a sua literatura somente a partir de 1492, são identificadas aqui como o Novo Mundo, como se começassem a existir somente através da sua colonização. Na verdade, o Novo Mundo é a interação entre as culturas antigas de lá e as terras antigas daqui: é a Europa transplantada e transformada, que deixa de ser a Europa e se torna o Ocidente. Após as grandes viagens da colonização, surgem culturas que esquecem das suas origens nas outras grandes viagens do *Êxodo* e da *Odisséia* e se vêem como novas. Como reconhece Luiz Antonio de Assis Brasil, “o Rio Grande do Sul é uma região de passado histórico recentíssimo, por ser uma das últimas regiões do mundo a ser colonizada pelo europeu; mais jovem do que o Rio Grande, nessa perspectiva, apenas a Austrália”.² É justamente disso que se trata aqui: desse passado, dessas colonizações e, acima de tudo, dessa percepção da novidade.

² ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. O universo nas ruas do mundo. In: ZILBERMAN, Regina; BERND, Zilá (Org.). *O viajante transcultural: leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 22.

1 COLÔNIAS, PAÍSES E NAÇÕES

1.1 CULTURAS NOVAS NO NOVO MUNDO

As palavras colônia e colonização têm as suas raízes no Latim *colonia*, originalmente uma fazenda ou povoamento, mais tarde um povoamento oficial num território recém-conquistado, onde cidadãos romanos recebiam terras até então não cultivadas e, em troca, passavam a atuar como uma guarnição nas fronteiras do império.¹ Embora um teórico como Walter Mignolo limite a sua discussão do colonialismo à “constituição geopolítica e geohistórica da modernidade ocidental européia”,² a raiz latina mostra que o próprio Ocidente, a própria Europa se construiu através de uma rede de relações coloniais. Antes de ser colonizadores, os portugueses, os ingleses, os seus idiomas e as suas culturas são produtos de sucessivas ondas de colonização celta, romana, moura, germânica e nórdica. Se a língua portuguesa existe por causa da presença romana na península ibérica e depois se espalha pelos continentes como colonizadora, uma obra como *Os Lusíadas* também se inscreve nessa relação dupla, assumindo as suas dívidas com modelos clássicos ao mesmo tempo que celebra seu novo poder. Num processo paralelo, o estudo acadêmico da literatura inglesa no Reino Unido surgiu no século XIX, não simplesmente como um instrumento imperialista, mas também como uma instância da sua própria descolonização intelectual, “como uma tentativa de substituir os clássicos no coração do humanismo”.³ Dentro do próprio mundo “clássico”,

¹ KLOR DE ALVA, Jorge. The postcolonization of the (Latin) American experience: a reconsideration of “colonialism,” “postcolonialism,” and “mestizaje”. In: PRAKASH, Gyan. *After colonialism: imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 264.

² MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. *Gragoatá*. Niterói, n. 1, 2º semestre, 1996. p. 9. No original: “limito mi comprensión acerca del ‘colonialismo’ a la constitución geopolítica y geohistórica de la modernidad occidental europea”.

³ ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1989. p. 3. No original: “The development of English as a privileged academic subject in nineteenth-century Britain ... came about in part as an attempt to replace the Classics at the heart of the intellectual enterprise of nineteenth-century humanistic studies”.

Horácio se posiciona dentro duma relação colonial quando elogia nos poetas romanos “a coragem de abandonar as pegadas gregas e celebrar os fastos nacionais”.⁴

Teóricos como Stephen Slemon querem definir o colonialismo como “um tipo de opressão política, econômica e discursiva”⁵ e insistem em que os estudos pós-coloniais sejam explicitamente ligados a fins libertadores e anti-colonialistas.⁶ O presente trabalho, porém, enfoca a experiência do colonialismo não como uma relação de opressão entre Estados ou entre povos e sim como um modo de contato entre culturas: uma transplantação de pessoas e de jeitos de ser em terras alheias, que inevitavelmente gera culturas novas. Sob esse aspecto, a teoria pós-colonial trataria de todos os posicionamentos que uma cultura híbrida possa ter em relação às suas várias raízes, dos quais a opressão é somente um. Na literatura, a teoria pós-colonial deve procurar explicar a relação entre a experiência da colonização e atos específicos de leitura e escrita.

Essa relação é especialmente complexa no Novo Mundo: naqueles países das Américas e da Oceania onde a colonização européia encontrou maior sucesso e o hibridismo cultural se baseia muito mais nas formas trazidas pelos colonizadores do que naquelas dos povos colonizados. Helen Tiffin descreve essa dupla relação em termos da “posição ambígua de, por exemplo, australianos brancos que, apesar de ainda colonizados pela Europa e pelas idéias européias, são também os colonizadores dos habitantes originais”.⁷ É discutível recorrer ao binarismo de “ainda colonizado” para descrever essa relação de parentesco entre a cultura

⁴ HORÁCIO. *Arte poética*. Traduzido por Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 63.

⁵ SLEMON, Stephen. The scramble for post-colonialism. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 31. No original: “I believe that post-colonial studies needs always to remember that its referent in the real world is a form of political, economic, and discursive oppression whose name, first and last, is colonialism.”

⁶ SLEMON, 1994. p. 30. No original: “post-colonial studies, if nothing else, needs to become more tolerant of methodological difference, at least when that difference is articulated towards emancipatory anti-colonialist ends.”

⁷ TIFFIN, Helen. Post-colonial literatures and counter-discourse. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 95. No original: “the ambiguous position of, say, white Australians, who, though still colonised by Europe and European ideas, are themselves the continuing colonisers of the original inhabitants”.

ocidental da Austrália e a sua origem européia: o mesmo tipo de relação que se nota quando um brasileiro – talvez de origem africana ou alemã – aceita que a sua cultura nacional seja latina. É crucial, porém, estabelecer uma distinção fundamental entre uma herança genética (o australiano “branco”) e uma afiliação cultural (o australiano “de cultura britânica”, ou simplesmente “britânico”). Um australiano de origem tailandesa e outro originário da Letônia seriam igualmente capazes de se identificar ou não com a cultura herdada dos colonizadores britânicos, e a cor da sua pele não faria nenhum dos dois nem mais, nem menos “colonizador” dos aborígenes que o outro. No contexto americano, Vianna Moog nota que a cultura mexicana procura “assimilar o passado pré-cortesiano” mas persiste em “negar o seu passado espanhol”, enquanto o contrário acontece no Peru e na Colômbia, onde “havendo assimilado completamente o passado hispânico”, as elites menosprezam “as suas heranças pré-colombianas”.⁸ Jorge Klor de Alva sugere que seja justamente a proximidade e a forte influência dos Estados Unidos que provocou essa identificação mexicana com o lado não-ocidental da sua herança.⁹ De qualquer jeito, essa diferença não se reduz a uma diferença na cor da pele das populações meso-americana e andina, e a questão da afiliação cultural e da responsabilidade pelas relações coloniais e pós-coloniais deve ser discutida sem recurso a classificações nocivas de “raça”.

Os australianos Chris Tiffin e Alan Lawson afirmam que “o primeiro passo na desconstrução do império é o de analisar onde e como a nossa visão do mundo é modulada ou contagiada pelo colonialismo”,¹⁰ e assim ocultam um passo que vem antes do primeiro, porque seria impossível analisar “a nossa visão” antes de saber quem somos “nós”. No livro *Literatura e Identidade Nacional*, Zilá Bernd segue uma lógica parecida, identificando a

⁸ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 265.

⁹ KLOR DE ALVA, 1995. p. 251.

“armadilha” do etnocentrismo sem discutir o conceito de uma “etnia brasileira”, e aconselhando cautela e flexibilidade na definição da “identidade nacional” sem questionar a necessidade da sua existência.¹¹ Em vez de entrar no texto como um pressuposto, essa identidade pós-colonial deve ser primeiro um foco de investigação: como afirma Homi Bhabha, “a identidade não é jamais um *a priori*, nem um produto final, e sim um processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade”.¹² No mesmo contexto, Bhabha emprega uma formulação de Locke para sugerir um isomorfismo entre a identidade de uma pessoa e a sua consciência de ações e pensamentos passados.¹³ Esse conceito da identidade individual pode ser aplicado também à identidade de uma cultura pós-colonial: em vez do alcance do “eu”, a medida seria o alcance temporal e espacial do pronome “nós”.

Para Bhabha, “a ‘novidade’ do discurso dos imigrantes e das minorias deve descobrir-se *in medias res*: uma novidade que não cabe na divisão ‘progressivista’ entre passado e presente, entre arcaico e moderno, mas tampouco na mimese de ‘original e cópia’”.¹⁴ Um país novo (uma entidade legal com as suas fronteiras e a sua constituição) surge no mundo com uma proclamação ou uma assinatura, mas uma cultura nova não: como observa Benedict Anderson, “uma nação não nasce num determinado momento”.¹⁵ Nações e culturas se distinguem dialeticamente, através da relação entre a consciência da sua diferença e a vontade de ser diferente. Chris Prentice aponta para uma análise psicanalítica da nação,

¹⁰ TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. Introduction: the textuality of empire. In: _____. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 9. No original: “The first stage in the process of de-scribing Empire is to analyse where and how our view of things is inflected (or infected) by colonialism”.

¹¹ BERND, Zilé. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992. p. 15.

¹² BHABHA, Homi K. Interrogating identity: Frantz Fanon and the postcolonial prerogative. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 51. No original: “identity is never an *a priori*, nor a finished product; it is only ever the problematic process of access to an image of totality”.

¹³ BHABHA, Interrogating identity, 1994. p. 48. No original: “as far as this consciousness can be extended *backwards* to any past action or thought, so far reaches the identity of that person”.

¹⁴ BHABHA, Homi K. How newness enters the world: postmodern space, postcolonial times and the trials of cultural translation. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 227. No original: “The ‘newness’ of migrant or minority discourse has to be discovered *in medias res*: a newness that is not part of the ‘progressivist’ division between past and present, or the archaic and the modern; nor is it a ‘newness’ that can be contained in the mimesis of ‘original and copy’”.

conceituando a relação metrópole / colônia em termos de “um processo de maturação que é consistente não somente com descrições da maneira em que a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia alcançaram o status de nação, ... mas com o desenvolvimento psíquico representado na teoria de edipalização”.¹⁶ O autor realça a distinção entre esses três países, que se separaram da metrópole pacificamente, e os Estados Unidos com a sua guerra de independência: essa diferença também se aplica ao Brasil em relação aos seus vizinhos na América Latina. A identidade pós-colonial ensaiada por Tiffin e Lawson deveria ser investigada assim: não com o intuito de isolar sua data de nascimento, e sim de entender seu processo de individuação.

Se a forma mais simples do contato colonial é aquela que se estabelece quando uma potência colonizadora e os seus barcos chocam-se com um povo indígena e as suas terras, a relação não permanece binária por muito tempo, porque logo surgem posições que não são simplesmente redutíveis às categorias preexistentes: como afirma Helen Tiffin, “as culturas pós-coloniais são inevitavelmente híbridas”.¹⁷ Sem minimizar a violência freqüentemente envolvida, o contato sexual entre os dois lados dessa nova fronteira acaba criando um novo tipo de pessoa, uma mistura genética que não é simplesmente o colonizador, nem o colonizado. A maneira em que essas crianças são aceitas ou não pelas culturas nos dois lados da fronteira colonial impacta profundamente no processo de hibridização. Qualquer troca entre os dois partidos – seja de comidas ou utensílios, de palavras ou de melodias – implica o surgimento de fatos culturais novos que não são elementos de nenhuma das culturas preexistentes, e sim de uma experiência nova que não teria existido sem aquele contato.

¹⁵ ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2.ed. London: Verso, 1991. p. 205. No original: “Nations, however, have no clearly identifiable birth”.

¹⁶ PRENTICE, Chris. Some problems of response to empire in settler post-colonial societies. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing Empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 46. No original: “This family group (which is really only a mother-infant pair) suggests the process of maturation which is not only consistent with descriptions of the way in which Australia, Canada and New Zealand gained nationhood ..., as opposed, for example, to the United States, but with a psychical development as represented in the theory of oedipalization.”.

Mesmo no caso mais extremo, em que um povo indígena é aniquilado e a sua cultura deixa de existir, a vida do colonizador em terras distantes das suas raízes fatalmente produz formas culturais novas e, com o tempo, indivíduos que não podem ser descritos simplesmente como colonizadores por não conhecerem nenhum mundo senão aquele e nenhuma cultura senão aquela híbrida que está a surgir.

Todas as culturas são híbridas, mas aquelas do Velho Mundo têm a opção de driblar a questão do princípio, apontando uma seqüência aparentemente infinita de continuidades e rupturas e uma multiplicidade de raízes. O italiano, por exemplo, pode celebrar a unificação do seu país no século XIX sem negar o mito de Rômulo, estendendo a sua identidade e a sua identificação para além do alcance da memória e da documentação. As nações do Novo Mundo, por outro lado, sofrem da consciência da sua novidade, do fato que o ponto de partida da sua história nacional é o ponto de chegada de um outro povo já estabelecido. A equação romântica entre a nação, o povo, o idioma e a tradição pode muito bem ser uma ficção em qualquer cultura, mas não é sequer verossímil no Novo Mundo, onde a única maneira de gerar uma unidade nacional – o tipo de “imagem de totalidade” de que Bhabha fala – é definir um princípio e fingir que seja um fato natural. No caso de países como a Austrália e o Brasil, esse “fato” é inseparável da colonização.

A escolha de certos momentos para servir como os princípios do Brasil – 15 de novembro de 1889, 7 de setembro de 1822 e, principalmente, 22 de abril de 1500 – representa não somente o que Edward Said chama de “o desejo, a vontade e a liberdade para se inverter e assumir os riscos de ruptura e descontinuidade”,¹⁸ mas também a percepção de uma nova continuidade. É por força dessa percepção que o golpe militar promovido pelo Marechal

¹⁷ TIFFIN, 1995. p. 95. No original: “Post-colonial cultures are inevitably hybridised”.

¹⁸ SAID, Edward. A meditation on beginnings. In: _____. *Beginnings: intention and method*. New York: Columbia University Press, 1975. p. 34. No original: “First of all, there must be the desire, the will and the true freedom to reverse oneself, to accept thereby the risks of rupture and discontinuity”.

Deodoro da Fonseca é visto como um princípio, mas o golpe de 1964 não é, que o grito de independência do jovem Dom Pedro I é um princípio, mas a Inconfidência Mineira, não. Mais do que tudo, o princípio dos princípios é identificado com o momento em que Pedro Álvares Cabral pisou no litoral da América do Sul, dando início ao encontro entre o índio, o europeu e o pau-brasil. Nenhum brasileiro presenciou o descobrimento do país: “o Brasil” tem 505 anos, mas o brasileiro não.

Enquanto isso, a Austrália nunca sofreu um golpe militar, nunca estabeleceu um regime republicano, nunca lançou um novo ramo de uma família real, e foi descoberta tantas vezes por tantos povos antes de ser colonizada pelos britânicos que é impraticável apontar um único encontro decisivo, mas as suas datas festivas não são menos arbitrárias. O país celebra o dia 26 de abril de 1915 (o momento na Primeira Guerra Mundial em que a ex-colônia aceitou a necessidade de ajudar na defesa da metrópole) e o dia 1 de janeiro de 1901 (a data da federação das seis colônias), mas o marco-zero é o dia 26 de janeiro de 1788. O Brasil conta a sua idade a partir da data do seu “descobrimento”, enquanto a Austrália elege o dia do seu “povoamento”, em que a primeira frota de barcos britânicos chegou na Baía de Sydney para fundar uma prisão. Como reconhece Said, o espírito humano não se preocupa com princípios como um exercício abstrato, mas somente quando a urgência do presente consegue trazer “o princípio” – e, com ele, a seqüência princípio-agora-futuro – para dentro da percepção.¹⁹ Princípios não são motivo somente para festas, monumentos e discursos, mas para conflitos, para denúncias e para atos de vandalismo. As celebrações dos 200 anos da Austrália em 1988 e dos 500 anos do Brasil em 2000 foram conturbadas porque a escolha do princípio delimita uma relação com o passado e um projeto para o futuro.

¹⁹ SAID, 1975. p. 42.

1.2 O BRASIL E A TEORIA PÓS-COLONIAL

Apesar da enorme antigüidade das relações coloniais, a teoria pós-colonial tipicamente limita-se à época moderna. Slemmon reconhece três campos mais ou menos distintos em que o termo “pós-colonial” se desenvolveu no contexto da literatura de língua inglesa. Em primeiro lugar, ele representa uma liberalização geográfica dos estudos tradicionais da “literatura inglesa”,¹ que passa a incluir as produções de outros países anglófonos. Trata-se de um processo duplo de expansão, em que se incluiu primeiro os estudos da literatura dos Estados Unidos e depois, na fase mais tipicamente chamada “pós-colonial”, as literaturas nacionais ou regionais dos países da Comunidade Britânica.² No contexto da história literária, os Estados Unidos se distinguem em relação às demais ex-colônias britânicas – entre elas o Canadá e a Austrália – não por terem alcançado uma independência política mais cedo, nem por causa de qualquer característica singular no processo da sua colonização, e sim pela sua produção de um corpus considerável de literatura já no século XIX. Mais tarde, o termo passou a denominar atividades literárias em certa oposição a esse campo tradicional: as subjetividades de culturas oprimidas, ainda colonizadas, ou dispersas dentro de outros povos e outras culturas.³ Com a maior inserção de teóricos como Said e Bhabha nas universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido, esse segundo sentido de “pós-colonial” veio a ser visto em muitos contextos como o principal. Em terceiro lugar, e relacionado a esse segundo momento, os estudos pós-coloniais passam a incluir “análises do discurso do colonialismo e do neo-colonialismo” e da sua resistência.⁴ Slemmon

¹ SLEMON, Stephen. Unsettling the empire: resistance theory for the second world. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 105. No original: “the term ‘post-colonial’ is an outgrowth of what formerly were ‘Commonwealth’ literary studies ... as a way of mobilizing the concept of national or geographical *difference*”.

² SLEMON, 1995. p. 105. No original: “... a study which came into being *after* ‘English’ studies had been liberalized to include ‘American’ ...”.

³ SLEMON, 1995. p. 105. No original: “considering the valency of subjectivity specifically within Third- and Fourth-World cultures, and within black, and ethnic, and First-nation constituencies dispersed within First-World terrain”.

⁴ SLEMON, 1995. p. 105. No original: “... specific analyses of the discourse of colonialism (and neo-colonialism), and ... the kinds of anti-colonialist resistance that can take place in literary writing”.

nota o perigo de essencialismo implícito na associação excessiva de resistência anti-colonialista com a produção cultural de determinados locais e não com outros.

Oferecem-se três maneiras em que o Brasil e a América espanhola podem fazer contato com a teoria pós-colonial de língua inglesa. Em primeiro lugar, valorizando o fato de serem repúblicas no Novo Mundo que entraram no século XX politicamente independentes e com identidades nacionais já construídas ou em vias de construção, esses países podem se comparar unicamente com os Estados Unidos e, efetivamente, se isentar do campo pós-colonial. Embora seja proveitoso comparar as experiências de todas as ex-colônias das Américas, é essencial reconhecer a profunda diferença entre a auto-imagem cultural de sociedades que lidam com o rótulo de periféricas e aquela de uma potência mundial. Ainda mais complicado é o fato do Brasil alcançar a sua independência sem romper violentamente com Portugal. Segundo, esses países podem se comparar com o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia: outros Estados do Novo Mundo, separados pacificamente da sua metrópole, maduros o suficiente para serem membros fundadores da Liga das Nações em 1919,⁵ mas sem terem chegado à situação de potências mundiais. Terceiro, a América Latina pode se identificar como uma região economicamente oprimida e fazer as suas comparações com os países descolonizados desde a Segunda Guerra Mundial, sejam eles no Novo ou no Velho Mundo.

Nenhuma dessas possibilidades deveria ser rejeitada, já que nenhum sistema é capaz de ordenar todos os países do planeta em categorias exclusivas, e nenhuma perspectiva única é capaz de explicar o Brasil. Falando somente do país como um todo, ele é o único no Novo Mundo a partir do qual se governou a própria metrópole européia e o único nas Américas que, ao declarar a sua independência, lançou o seu próprio ramo da família real do seu colonizador.

⁵ *Documenting a democracy*. Treaty of Versailles 1919 (including covenant of the League of Nations). Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=94>> Acesso em: 23 mar. 2005.

Não menos importante em termos culturais, a América lusófona conseguiu manter a unidade política de um vasto território com enormes diferenças regionais, façanha quase única entre as ex-colônias de grande extensão, tanto no Novo Mundo quanto no Velho. A independência trouxe a fragmentação à América espanhola, à Índia britânica e à África francesa, e mesmo as colônias anglófonas de maior ligação cultural com a metrópole não conseguiram manter a sua unidade: a revolução de 1776 separou os Estados Unidos do Canadá, e, das colônias na Oceania, a Nova Zelândia optou por não integrar a federação que veio a se chamar de Austrália. Com toda essa complexidade, parece irônico que seja tão amplamente aceita uma identificação restritiva do Brasil com o chamado “Terceiro Mundo”.

Em 1952, seguindo o modelo dos Três Estados do Ancien Régime, o demógrafo francês Alfred Sauvy dividiu os países então existentes em três mundos: o capitalista, o comunista e um Terceiro Mundo para designar todos os outros que não se incluíam nas estruturas do poder global.⁶ Naquela época, em plena Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) contava com 60 países, dos quais somente quatro na África, três no Caribe e dois na Oceania. Sessenta anos depois, com a entrada do Timor Leste, o número de membros da ONU chegou a 191, dos quais 80 são dessas três regiões,⁷ quase todos identificados como sendo do Terceiro Mundo. Com o fim da Guerra Fria e do bloco comunista, esse esquema geopolítico perdeu o seu sentido, deixando um pequeno número de países no Primeiro Mundo, um terreno ambíguo em que se encontra uma que outra República Tcheca ou Coreia do Sul, e um enorme Terceiro Mundo que abrange tanto os países descritos como “emergentes” quanto aqueles tomados pela mais profunda miséria. Uma teoria pós-colonial

⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. O que era mesmo o Terceiro Mundo? Traduzido por Teresa Van Acker. *Le Monde Diplomatique*: edição brasileira, v. 1, n. 7, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0008/09.htm>> Acesso em: 13 mar. 2005.

⁷ UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Growth in United Nations membership, 1945-2004*. Disponível em: <<http://www.un.org/Overview/growth.htm>> Acesso em: 13 jan. 2005.

que se baseie nessa oposição simples entre colonizadores e colonizados, entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, esconde muito mais do que ilumina.

Said procura estabelecer esse tipo de polarização com uma analogia entre a desigualdade fundamental da situação discursiva – tanto entre falante e ouvinte quanto entre escritor e leitor – e a situação de poder “entre colonizador e colonizado, opressor e oprimido”.⁸ Ele procura exemplificar essa relação com um texto de Frantz Fanon que descreve não a complexidade intercultural de uma sociedade nova, mas uma interação rigorosamente bipolar, uma cidade dividida entre a zona dos “nativos” e aquela dos “colonizadores”.⁹ Os colonizadores são identificados como “brancos” e “estrangeiros”,¹⁰ enquanto os nativos são “colonizados” e, implicitamente, negros, árabes ou índios:¹¹ as três situações são apresentadas como perfeitamente intercambiáveis. As definições dessas categorias dependem de três eixos distintos que são utilizados como se fossem idênticos: o lado da fronteira colonial (colonizador / colonizado), o local de nascimento (estrangeiro / nativo) e a cor da pele (branco / “não-branco”). A utilidade do texto de Fanon como modelo se limita drasticamente pelo uso de uma definição baseada na cor ou na “raça” dos dois pólos. Mesmo se fosse aceitável usar tal definição, essa visão não admite a possibilidade de haver colonização de “brancos” por “brancos” (como seria o caso dos ingleses na Irlanda), de “não-brancos” por “não-brancos” (os chineses no Tibet) ou de “brancos” por “não-brancos” (os mouros na Península Ibérica).

Essa polarização também não se aplica à “situação colonial” em geral, mas somente à geração do embate inicial, em que todos os colonizadores são estrangeiros e todos os nativos

⁸ SAID, Edward. The world, the text and the critic. In: _____. *The world, the text and the critic*. London: Faber and Faber, 1984. p. 48. No original: “... the discursive situation is more usually like the unequal relation between colonizer and colonized, oppressor and oppressed”.

⁹ SAID, 1984. p. 49. No original: “The zone where the natives live” e “the zone inhabited by the settlers”.

¹⁰ SAID, 1984. p. 49. No original: “The settler’s town is a town of white people, of foreigners”.

¹¹ SAID, 1984. p. 49. No original: “The town belonging to the colonized people, or at least the native town, the negro village, the medina, the reservation, ...”.

são colonizados. A oposição estrangeiro / nativo deixa de representar essa relação com o nascimento do primeiro filho dos colonizadores, ao mesmo tempo “nativo” e “colonizador”. Mesmo que seja a intenção de Fanon usar o termo “nativo” para descrever os povos indígenas, e não todos aqueles que venham a nascer num determinado lugar, é justamente essa ambigüidade que mostra os limites da bipolaridade de “colonizadores” e “vítimas”. O termo “Terceiro Mundo” procura juntar países com relações coloniais completamente distintas, implicitamente igualando a experiência de populações e culturas formadas principalmente por povos indígenas (por exemplo, a Índia), pelos descendentes de escravos (o Haiti) e pelos descendentes de colonizadores (a Argentina), além de países como o Brasil, com as suas tão variadas regiões que parecem merecer inclusão em cada uma dessas categorias, e que têm entre elas relações também de natureza colonial ou quase-colonial.

Como extensão dessa classificação, existem mais duas categorias que têm uma certa utilidade em relação ao Brasil. Em 1974, George Manuel, cacique do povo Shuswap do Canadá, lançou o termo “Quarto Mundo” para descrever aqueles povos e culturas que se consideram ainda colonizados, sejam eles do Novo Mundo (como os índios no Brasil e os aborígenes na Austrália), ou do Velho Mundo (os catalães na Espanha ou os bretões na França).¹² Como, por definição, não existem países do Quarto Mundo, os povos que seriam categorizados dessa maneira se encontram em países cuja cultura dominante é aquela dos descendentes do seu colonizador. Em 1986, Alan Lawson recuperou o termo “Segundo Mundo” para descrever aquelas sociedades formadas no Novo Mundo em territórios com uma predominância populacional ou cultural de descendentes dos colonizadores. No contexto da língua inglesa, essa condição se identifica principalmente com “a Austrália, a Nova Zelândia,

¹² GRIGGS, Richard. *Background on the term “Fourth World”*. Disponível em: <<http://www.cwis.org/fourthw.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

o Canadá e os Estados Unidos na sua época pré-imperial”.¹³ O autor realça a visão dupla dessas culturas que se posicionam entre a prioridade dos colonizadores (que falavam a nossa língua antes de nós) e a prioridade dos povos indígenas (que moravam nesse lugar antes de nós).

A cultura dominante do Brasil – o seu idioma, a sua religião, os seus valores e as suas instituições – é derivada principalmente daquela do colonizador português, e assim se enquadra no Segundo Mundo. Dentro do país, porém, existem populações indígenas que continuam afastadas dos mecanismos do poder e das estruturas administrativas do Estado, cujas culturas se identificariam com outros grupos do Quarto Mundo em países como a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e a Rússia. As regiões do Brasil em que a população de origem africana forma a maioria e exerce uma influência poderosa na cultura podem ser comparadas com o Terceiro Mundo dos povos escravizados e descolonizados em países como Cuba e a Jamaica. É na região sul que a identificação com o Segundo Mundo da Austrália ou do Canadá é mais natural, pelo fato da sua cultura predominante ser claramente derivada daquela dos seus colonizadores europeus, e não das culturas indígenas ou dos escravos africanos. Não se trata mais de uma categorização de países, e sim de populações ou culturas dentro de países: de posições culturais disponíveis dentro de complexos pós-coloniais.

¹³ LAWSON, Alan. A cultural paradigm for the second world. *Australian-Canadian studies*, v. 9, n. 1-2, 1991. p. 67. No original: “the settler societies of Australia, New Zealand, Canada and pre-Imperial USA”.

1.3 UM MODELO DAS RELAÇÕES COLONIAIS

A complexidade das relações coloniais e pós-coloniais depende principalmente da confluência de três fatores, que são os três pólos fundadores da população. Primeiro, embora exista a colonização de um território sem habitantes – como no caso das ilhas de Cabo Verde ¹ e de Barbados ² – é mais comum o território colonizado envolver as terras de pelo menos um povo indígena e, freqüentemente, de muitos mais, como no caso da Nigéria, com as suas mais que 250 etnias.³ O segundo elemento é o colonizador, sendo freqüentes os contatos e conflitos entre duas ou mais potências colonizadoras envolvidas na tentativa de apossar-se das mesmas terras e de subjugar os mesmos povos. A colonização britânica de áreas já colonizadas pelos franceses no Canadá e pelos holandeses na África do Sul é responsável por várias características culturais desses países, e a rivalidade entre portugueses e espanhóis moldou profundamente a cultura do Rio Grande do Sul. Terceiro, muitos projetos de colonização dependem do trabalho mais ou menos forçado de populações transportadas, como escravos ou trabalhadores contratados de outras colônias ou prisioneiros da própria metrópole colonial. Todos os países no Atlântico entre o Brasil e os Estados Unidos são fortemente influenciados pela presença africana que resultou do cruel tráfico de seres humanos; os descendentes de trabalhadores indianos formam minorias importantes de países tão distantes quanto Guiana e as Ilhas Fiji; e a deportação de prisioneiros das ilhas britânicas foi o motivo para a colonização da Austrália.

Mais três fatores influem sutilmente na natureza de uma colônia. Primeiro, o grau de semelhança geográfica e climática entre uma colônia e a sua metrópole é um fator significativo na identificação psicológica dos colonizadores com o território. Essa variável

¹ UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. *The world factbook 2004*. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/cv.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

² UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. *The world factbook 2004*. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/bb.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

marca uma distinção importante entre, por exemplo, as colônias européias na zona tropical e as “Neo-Europas”: os Estados Unidos e o Canadá no hemisfério norte e as latitudes subtropicais e temperadas do hemisfério sul, onde se encontram a Nova Zelândia, a Austrália, a África do Sul, o Chile, a Argentina, o Uruguai e o sul do Brasil.⁴ Segundo, a presença entre os colonizadores de um número significativo de mulheres impacta na sua estabilidade, na textura do seu cotidiano, nas suas relações inter-étnicas e nas suas relações com a metrópole. Vianna Moog, por exemplo, aponta “o sistema de emigração em casais e comunidades” como um dos principais motores das diferenças entre a cultura tosca do pampa do Rio Grande do Sul e a vida nas colônias açorianas, alemãs e italianas do estado, que ele compara à experiência dos pioneiros estadunidenses.⁵ Terceiro, e especialmente crucial em termos das relações pós-coloniais na literatura, é a existência ou não de uma literatura indígena antes da colonização. Muitos dos teóricos mais celebrados do pós-colonial – por exemplo, Said, Bhabha e Gayatri Spivak – provêm de culturas dos berços da civilização no Oriente Médio e na Índia, em que uma literatura ante-colonialista existe como ferramenta na construção de posições anti-colonialistas. Nas Américas, na Oceania e na África mais afastada da influência muçulmana, onde o alfabeto e a literatura chegaram junto com o colonizador europeu, a relação pós-colonial com a literatura não inclui essa opção.

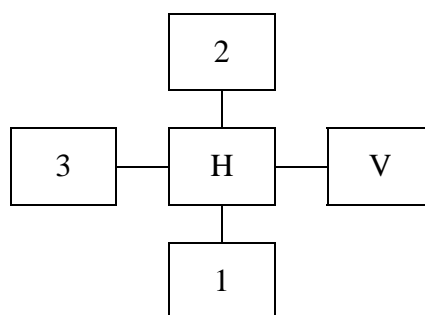
Os principais elementos das relações coloniais podem ser representados graficamente no seguinte modelo, onde a posição H é a cultura híbrida formada pela confluência dos três pólos fundadores descritos anteriormente. A posição 1 representa as culturas indígenas, cuja ligação com o território é um *a priori* da relação colonial. A posição 2 é das culturas colonizadoras, sem as quais não surge a colonização; as culturas dos povos transportados,

³ UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. *The world factbook 2004*. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/ni.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.

⁴ CROSBY, Alfred W. Ecological imperialism. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 420.

⁵ MOOG, 1964. p. 188.

nem sempre presentes, aparecem na posição 3. Existe também a possibilidade de contato com outro complexo colonial vizinho, representado pela posição V e constituído da mesma maneira que a posição H, na confluência das suas próprias posições 1, 2 e 3.



Dentro da posição H, existem três possibilidades: H₁, com maior influência indígena, H₂, com maior influência colonizadora, e H₃, com maior influência transportada. Escolhendo exemplos de sociedades pós-coloniais dos contextos britânico e latino, a posição H₁ pode ser representada pela Índia e por Angola, a posição H₂ pela Austrália e pela Argentina, e a posição H₃ pela Jamaica e pelo Haiti. A posição H_V não existe, porque tal sociedade faria parte do próprio sistema vizinho V. Dividindo a posição H₁ conforme a existência ou não de um substrato letrado na cultura colonizada, o modelo oferece quatro posições híbridas que são as mesmas identificadas por Ashcroft, Griffiths e Tiffin como as fontes da teoria pós-colonial. As teorias indianas surgem da posição H₁(letrada), as teorias africanas da posição H₁(não-letrada), as teorias das colônias de povoação da posição H₂, e as teorias caribenhas da posição H₃.⁶

No contexto colonial do Rio Grande do Sul – para não entrar em todas as complexidades do Brasil – a posição 1 representa os vários grupos de índios no Continente; a

⁶ ASHCROFT, 1989. p. 116-154. No original: “Indian literary theories; African literary theories; The settler colonies; Caribbean theories”.

posição 2 representa os portugueses, vindo ou diretamente para o território, ou via São Paulo, Curitiba, Laguna e outros centros coloniais; a posição 3 representa os indivíduos africanos escravizados; e a posição V representa as áreas vizinhas de colonização espanhola. A posição H – a mistura pós-colonial de culturas no estado – inclui as tendências mais indígenas, mais latinas e mais africanas indicadas pelos símbolos H_1 , H_2 e H_3 . No contexto australiano, a posição 1 representa as culturas dos aborígenes, a posição 2 representa os colonizadores vindos das ilhas britânicas – principalmente ingleses, mas com contingentes importantes de escoceses e irlandeses –, e a posição 3 representa os prisioneiros – em que a proporção de irlandeses, e portanto de católicos, era muito maior que entre os próprios colonizadores. Neste caso, não existe nenhum complexo colonial em território vizinho na posição V. A posição H_1 representa as culturas pós-coloniais (não-tradicionais) dos aborígenes, e H_2 e H_3 representam modalidades da cultura pós-colonial ocidental no país. Diferenças, por exemplo, entre a preferência pelo parlamentarismo monárquico e o desejo por um presidente eleito são, até certo ponto, representativas dessa distinção. No contexto estadunidense, para fins de comparação, a posição 1 representa as culturas dos índios, a posição 2 representa os colonizadores britânicos, a posição 3 representa os escravos africanos, e a posição V representa as áreas de colonização francesa e espanhola.

1.4 TESTANDO O MODELO

Este modelo pode ser usado para comparar a maneira em que os vários teóricos do pós-colonial entendem as sociedades do Segundo Mundo (posição H₂) em relação à cultura colonizadora (posição 2) e as outras culturas mais ou menos “colonizadas” (posições 1, 3, H₁ e H₃). O texto já citado de Fanon, por exemplo, trata somente das posições 1 e 2 – “o nativo” e “o colonizador” – sem reconhecer a validade da posição H. Por não ser indígena, o filho “nativo” do colonizador não tem acesso a nenhuma identidade a não ser aquela do próprio colonizador. Num outro contexto, Fanon afirma que o intelectual “nativo” sente a necessidade de “renovar o contato com as fontes mais antigas e mais pré-coloniais da vida do seu povo”.¹ Num país do Velho Mundo, como Angola, as fontes culturais disponíveis são simplesmente indígenas, mas a situação no Novo Mundo do Brasil é mais complexa: vizinhos morando na mesma rua – todos brasileiros – podem sentir as suas mais profundas ligações com raízes na América indígena, na África escravizada ou na Europa colonizadora. Conforme o modelo bipolar de Fanon, a primeira possibilidade é legitimamente pós-colonial, a segunda não existe e a terceira deve se identificar com o colonizador: a posição H₂ será para sempre idêntica à posição 2.

Homi Bhabha, por sua vez, trabalha com o hibridismo cultural e com a necessidade de produzir manifestações culturais híbridas, realçando “o trabalho fronteiro da cultura” que “cria uma impressão do novo como um ato insurgente de tradução cultural”.² Partindo de um contexto asiático, porém, a sua preocupação principal não é com as culturas e sociedades profundamente híbridas no Novo Mundo, e sim com a microestrutura do contato intercultural dos imigrantes e das minorias. As suas posições 1, 2 e H, portanto, representam elementos de

¹ FANON, Frantz. National culture. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 153-154. No original: “native intellectuals ... relentlessly determine to renew contact once more with the oldest and most pre-colonial springs of life of their people”.

culturas pós-coloniais ou do Terceiro Mundo, ou de migrantes do Terceiro Mundo para o Primeiro. Em vez de focar o processo pelo qual a translação de elementos do colonial resulta numa cultura pós-colonial, ele se concentra no hibridismo do pós-colonial que se insere na própria metrópole, na “cultura parcial [que] é o tecido contaminado mas conectivo entre culturas”.³

Bhabha cita um trecho de T. S. Eliot sobre a relação entre a cultura do Segundo Mundo e aquela da metrópole, em que o poeta nota que não é uma “cultura total”, mas somente aspectos da cultura do colonizador que são levados para o Novo Mundo, e que esse processo inevitavelmente cria culturas “estranhamente parecidas e diferentes da cultura ancestral”.⁴ O interesse do teórico indiano por essas idéias não é, porém, de examinar o posicionamento de culturas do Segundo Mundo (posição H₂), mas de desviar-se explicitamente do contexto americano para aquele da “condição atual de migrações do Terceiro Mundo”.⁵ Em relação à posição 3, Bhabha se refere ao “cânone anglo-celta da literatura australiana”,⁶ reduzindo todas as diferenças entre as posições 2 e 3 naquela cultura a uma unidade que se opõe à posição 1. O autor também insiste numa oposição entre o clima inglês e “o seu duplo demoníaco: o calor e a poeira da Índia, o vazio escuro da África, o caos tropical visto como despótico e ingovernável e, portanto, merecedor de uma missão civilizadora”.⁷ Essa polaridade climática exclui as neo-Europas do quadro pós-colonial e,

² BHABHA, Homi K. Introduction: Locations of culture. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 7. No original: “The borderline work of culture ... creates a sense of the new as an insurgent act of cultural translation”.

³ BHABHA, Homi K. Culture’s in between. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 30. No original: “This ‘part’ culture, this *partial* culture, is the contaminated yet connective tissue between cultures”.

⁴ BHABHA, 1998. p. 30. No original: “The people have taken with them only a part of the total culture ... The culture which develops on the new soil must therefore be bafflingly alike and different from the parent culture”.

⁵ BHABHA, 1998. p. 30. No original: “the contemporary condition of third world migration”.

⁶ BHABHA, Locations of culture, 1994. p. 5. No original: “the Anglo-Celtic canon of Australian literature and cinema is being rewritten from the perspective of Aboriginal political and cultural imperatives”.

⁷ BHABHA, Homi K. DissemiNation: time, narrative and the margins of the modern nation. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 169. No original: “The English weather also revives memories of its daemonic double: the heat and dust of India; the dark emptiness of Africa; the tropical chaos that was deemed despotic and ungovernable and therefore worthy of the civilising mission”.

junto com elas, muitas das culturas do Segundo Mundo, eliminando o Canadá, a Nova Zelândia, o sul do Brasil, a região do Prata e as partes mais populosas da Austrália.

Por dar ênfase às posições indígenas, vários teóricos acabam minimizando as diferenças entre as posições 2 e H₂. Terry Goldie, por exemplo, sugere uma relação paradoxal entre “o canadense branco” e “o índio”, e afirma que a relação seria essencialmente igual em outros contextos do Segundo Mundo britânico, como a Austrália e a Nova Zelândia.⁸ Pelo modelo, o índio representa a posição 1, e o “canadense branco” se encontra na posição H₂. A cor da pele, porém, não é um fator essencial. Um canadense de origem jamaicana ou paquistanesa ocuparia a mesma posição, que seria mais corretamente “o canadense de cultura britânica” ou simplesmente “o canadense britânico”. O suposto paradoxo depende do uso da palavra inglesa “alien” em dois sentidos mais ou menos distintos, que podem ser representados como “alheio” e “estrangeiro”. Na seguinte tradução, o termo “alien” substitui-se sempre pela palavra “alheio”, justamente para criar uma sensação de estranhamento e mostrar como o deslizamento dessa palavra do primeiro para o segundo sentido conduz uma transferência da argumentação de uma polaridade cultural ou racial para uma identidade nacional e uma ligação essencialista entre cultura e território.

O canadense branco mira o índio. O índio é outro e, portanto, alheio. Mas o índio é indígena e, portanto, não pode ser alheio. Então o canadense deve ser alheio. Como é que o canadense pode ser alheio dentro do Canadá?⁹

Na segunda frase, então, a palavra “alien” funciona simplesmente como um sinônimo de “outro”, como um marcador de diferença cultural. Não se trata de uma posição absoluta, mas relativa: ninguém é simplesmente “alheio”, mas alheio em relação a algo. Por serem os dois de culturas diferentes – 1 e H₂ –, o índio é “alheio” ao canadense britânico que, por sua

⁸ GOLDIE, Terry. The representation of the indigene. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 232. No original: “Whether the context is Canada, New Zealand, or Australia becomes a minor issue”.

vez, seria necessariamente “alheio” ao índio. Com a próxima frase, porém, introduz-se um terceiro termo: a relação de alheamento não trata somente de duas culturas, mas de duas culturas e um território. O indígena – corretamente – “não pode ser alheio” ao lugar, mas continua culturalmente alheio ao canadense britânico. A quarta frase cria a aparência de paradoxo, sugerindo que o canadense britânico (agora chamado simplesmente de “canadense”) seja abstratamente “alheio”, sem referência ao outro termo da relação. O truque da frase é de sugerir não uma relação triangular entre o território, o índio e o canadense britânico, e sim uma relação binária do “canadense” com uma unidade índio-território. Se o Canadá se identifica com o seu território e aquele território implica uma relação necessária com uma determinada cultura (implicitamente única e fixa), então o canadense não pode pertencer ao Canadá: ser alheio ao indígena vem a ser igual a ser alheio ao próprio “ser canadense”. Essa lógica ignora a multiplicidade de culturas indígenas dentro das fronteiras do Canadá, mas também parece negar a sua fluidez. Diana Brydon nota que “toda cultura viva está constantemente em fluxo e aberta a influências novas”,¹⁰ mas a construção de Goldie corre o risco de reduzir as culturas indígenas à condição de mero aspecto da natureza, como o voar das aves migratórias.

Partindo dessa situação, existem só duas maneiras de o canadense britânico (e, por extensão, o australiano britânico e o brasileiro latino) poder superar o seu alheamento existencial: ou a sociedade canadense incorpora o indígena, ou o rejeita. Para Goldie, um dos sinais da rejeição seria a formação – não somente no Canadá, mas também nas outras culturas britânicas – dos chamados “native societies”: clubes para britânicos nascidos no Novo

⁹ GOLDIE, 1995. p. 234. No original: “The white Canadian looks at the Indian. The Indian is Other and therefore alien. But the Indian is indigenous and therefore cannot be alien. So the Canadian must be alien. But how can the Canadian be alien within Canada?”.

¹⁰ BRYDON, Diana. The white Inuit speaks: contamination as literary strategy. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 141. No original: “All living cultures are constantly in flux and open to influences from elsewhere”.

Mundo.¹¹ Não se discute o fato de que essas organizações opunham-se à inclusão dos habitantes originais dos territórios colonizados, mas não era necessário formar clubes – nem usar a palavra “nativo” – para criar uma exclusão desse tipo: as culturas dos indígenas e dos colonizadores já se encontravam em situações bastante exclusivas. O motivo para estabelecer tais clubes seria uma necessidade psicológica, não de marcar a diferença entre as posições H₂ e 1, mas de criar uma distinção fundamental entre as posições 2 e H₂, entre o britânico nascido na metrópole e aquele que nem conhecia o Velho Mundo. Nesse contexto, a palavra “nativo” tem um sentido análogo ao uso dos termos “criollo” na Nova Espanha e “mazombo” no Brasil colonial, só que usado com orgulho, enquanto os mazombos eram uma “categoria social à parte, a que ninguém queria pertencer”.¹² Pela sua ênfase na relação com o indígena, Goldie não trata dessa relação entre a cultura do Segundo Mundo e aquela do Primeiro.

Simon During também esvazia a relação entre as posições 2 e H₂, definindo o pós-colonialismo como “a necessidade, em nações ou grupos que são vítimas do imperialismo, de conseguir uma identidade não contaminada por conceitos e imagens eurocêntricos ou universalistas”.¹³ A princípio, as culturas híbridas derivadas principalmente dos colonizadores dificilmente seriam vistas como “vítimas” do imperialismo, ao passo que as hibridizações associadas aos indígenas e aos transportados podem adotar esse rótulo com certa naturalidade. O enfoque principal nessa distinção é a relação de poder e de opressão entre o “colonizador” e o “colonizado”: entre, por um lado, as posições 2 e H₂ e, por outro, as posições 1, 3, H₁ e H₃. A posição H₂ – as culturas no Novo Mundo que são produtos do processo imperial, mas não propriamente as suas vítimas – é implicitamente excluída da “necessidade pós-colonial”. Este modelo também se limita ao identificar a colonização como um projeto europeu, assim

¹¹ GOLDIE, 1995. p. 234. No original: “native societies”.

¹² MOOG, 1964. p. 110.

¹³ DURING, Simon. Postmodernism or post-colonialism today. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 125. No original: “post-colonialism

perdendo a possibilidade de se aplicar ao esclarecimento de outras situações, como aquela de Timor Leste emergindo da colonização indonésia. Em seguida, o autor define “o desejo pós-colonial” como “o desejo das comunidades descolonizadas por uma identidade”:¹⁴ o termo “descolonizado” não se define, mas a relação entre esse desejo pós-colonial e a necessidade pós-colonial descrita anteriormente sugere uma identificação com as mesmas posições. Se as sociedades da posição H₂ também desejam uma identidade distinta da posição 2, esse desejo não pode se definir como “pós-colonial”, nem se relacionar com um processo de “descolonização”.

Impõe-se uma segunda distinção quando During afirma que “o impulso identitário pós-colonial se centra na linguagem” e que, “para o pós-colonial, falar ou escrever nas línguas imperiais é invocar um problema de identidade”.¹⁵ Benedict Anderson mostra que a primeira onda de nacionalismo surgiu nas Américas, onde a escolha de uma identidade e o desejo de se distinguir da metrópole não necessitavam a escolha de um idioma. Para During, essas identidades nacionais do Novo Mundo (típicas da posição H₂) não podem ser descritas como pós-coloniais, porque, como diz Anderson, o uso das “línguas espanhola e inglesa nunca foi contencioso”.¹⁶ Estabelece-se assim uma distinção entre os “pós-colonizados” que “se identificam com a cultura destruída pelo imperialismo e pela sua língua” e os “pós-colonizadores” que “não conseguem abandonar a cultura e as línguas das nações

is ... the need, in nations or groups which have been victims of imperialism, to achieve an identity uncontaminated by universalist or Eurocentric concepts and images”.

¹⁴ DURING, 1995. p. 125. No original: “The post-colonial desire is the desire of decolonized communities for an identity”.

¹⁵ DURING, 1995. p. 125. No original: “the post-colonial drive towards identity centres around language. ... For the post-colonial to speak or write in the imperial tongues is to call forth a problem of identity”.

¹⁶ ANDERSON, 1991. p. 67. No original: “Spanish and English were never issues in the revolutionary Americas”.

imperialistas”.¹⁷ A princípio, a posição H₁ identificaria os pós-colonizados e a posição H₂ os pós-colonizadores: a distribuição da posição H₃ é ambígua.

O autor aceita que nem sempre é possível para indivíduos nas sociedades pós-colonizadoras abandonarem o que são, simplesmente, a sua língua e a sua cultura,¹⁸ mas coloca essa possibilidade de escolher um idioma como a peça central na formação da identidade. É perfeitamente legítimo afirmar que “escolher um idioma é escolher uma identidade”,¹⁹ mas During parece querer dizer o contrário: que escolher uma identidade seja necessariamente escolher um idioma, e que ter uma língua “imperialista” como língua materna impossibilita o desenvolvimento de uma identidade pós-colonial. O autor identifica essa impossibilidade com certos países e com certos indivíduos que ocupariam posições muito diversas: “é essa a situação não somente para a Austrália e o Canadá, como foi certa vez para os Estados Unidos. Também é o caso dos caribenhos e de muitos maoris e aborígenes”.²⁰ As sociedades australiana e canadense são casos típicos da posição H₂, os caribenhos, sendo na maioria descendentes de escravos, ocupariam a posição H₃, e os maoris e os aborígenes, a posição H₁. Por um lado, essa justaposição contradiz a primeira distinção feita à base do status de “vítima”: as sociedades “colonizadas” das posições H₁ e H₃ podem sentir a “necessidade pós-colonial”, mas não têm acesso a uma identidade “pós-colonizada”. Por outro lado, é difícil justificar um esquema capaz de colocar todas as posições híbridas na mesma categoria, descrevendo tanto descendentes de escravos quanto povos indígenas como “pós-colonizadores”.

¹⁷ DURING, 1995. p. 127. No original: “The post-colonized identify with the culture destroyed by imperialism and its tongue; the post-colonizers, if they do not identify with imperialism, at least cannot jettison the culture and tongues of the imperialist nations”.

¹⁸ DURING, 1995. p. 127. No original: “Of course there is not always a choice here”.

¹⁹ DURING, 1995. p. 126. No original: “a choice of language is a choice of identity”.

²⁰ DURING, 1995. p. 127. No original: “For many ex-colonies the native tongue is the world tongue – English. This is not just true for Australia and Canada, say, as it once was for the United States. It is also true for West Indians as well as for many Maoris and Aborigines”.

O autor presume que todas as sociedades surgidas a partir de processos de colonização queiram atingir uma identidade definida como pós-colonizada: uma identidade que não fale a língua do colonizador. Baseado nessa pressuposição, ele separa aqueles países em que esse tipo de identidade é teoricamente possível, como a Nova Zelândia, “onde os maoris constituem uma minoria significativa”,²¹ daqueles onde as línguas indígenas pouco se falam. Por essas definições, sociedades da posição H₂, como a Austrália e o Brasil, são condenados a sentir o que During descreve como o “vazio do pós-colonizador”:²² a sensação de ser diferente do colonizador, mas sem possibilidades lingüísticas de se descolonizar. Ele não explicita qual distância, quais mudanças ou quantas gerações separam o colonizador do pós-colonizador, nem em que momento esse vazio começa a se impor. Existe, porém, uma saída dessa situação, mal esboçada anteriormente na distinção entre os Estados Unidos por um lado e a Austrália e o Canadá (e, presumivelmente, o Brasil) pelo outro, e repetida na sugestão que “o inglês da Índia, da Nova Zelândia, da Austrália ou da Irlanda não é diferente o suficiente do inglês transatlântico” para criar uma identidade própria.²³ Não se explica por qual processo uma sociedade nitidamente pós-colonial como aquela dos Estados Unidos consegue entrar no padrão lingüístico do qual os outros ingleses diferem. Se a distinção é realmente lingüística – se existe um “inglês transatlântico” que seja, como During sugere, “a língua do mercado internacional”²⁴ – falta explicar como o Reino Unido e os Estados Unidos conseguem manter identidades tão distintas, apesar de sua relação cultural entre as posições 2 e H₂. Se a diferença não é realmente um tipo de inglês, mas uma determinada relação com o poder internacional, então a questão de identidade não é lingüística, e sim simplesmente política ou econômica.

²¹ DURING, 1995. p. 126-127. No original: “A country like Australia has almost no possibility of entry into the post-colonized condition, though its neighbour, New Zealand, where Maoris constitute a large minority, does”.

²² DURING, 1995. p. 128. No original: “the post-colonizer’s emptiness”.

²³ DURING, 1995. p. 128. No original: “Indian, New Zealand, Australian or Irish English is not [sufficiently] different from transatlantic English”.

²⁴ DURING, 1995. p. 128. No original: “the language of the international market”.

Nenhuma dessas duas abordagens consegue elucidar o tipo de parentesco cultural que existe entre uma sociedade do Novo Mundo e a sua ex-metrópole. Se o desenvolvimento de culturas distintas dentro da família anglófona pode ser visto como análoga ao processo de individuação de um ser humano, o que distingue os Estados Unidos não é nada essencial, mas simplesmente a sua idade. Da mesma maneira que um indivíduo não tem de se definir como o contrário dos seus pais, mas como diferente dentro de uma relação de semelhança, o descendente do colonizador não sente nenhuma necessidade de abandonar a sua própria cultura e a sua própria língua – nada é mais natural, afinal, que falar a língua materna –, mas sim de descobrir e valorizar diferenças dentro de uma relação de parentesco cultural. Há, claramente, um processo de busca de identidade nesses casos entre as posições 2 e H₂, embora During queira defini-lo como fora do âmbito do pós-colonial.

Outros teóricos, em vez de minimizar as diferenças entre as posições 2 e H₂, parecem exagerá-las. Como citado anteriormente, Helen Tiffin afirma que os “australianos brancos, apesar de ainda colonizados pela Europa e pelas idéias européias, são também os colonizadores dos habitantes originais”.²⁵ Os seus “australianos brancos” são, em primeiro lugar, os australianos britânicos (posição H₂, mas também H₃) e a “Europa” é tanto o colonizador quanto a fonte dos transportados (posições 2 e 3). Essencialismos à parte, porém, os “habitantes originais” estão mortos: os seus descendentes podem ser identificados principalmente com a posição H₁. Não parece exagerado descrever a relação entre as posições H₂ e H₁ em termos de colonização: é essa a situação herdada das culturas fundadoras. Exagerada é a aplicação da mesma terminologia à afiliação cultural entre o colonizador e os seus descendentes (posições 2 e H₂). A relação que During descreve como o “vazio do pós-colonizador” – uma sensação de ser parecido demais –, Tiffin descreve em termos de colonização, como se fosse análoga àquela inicialmente estabelecida entre o

colonizador e o indígena. Seguindo essa lógica, também seria possível descrever a cultura estadunidense como “ainda colonizada pelas idéias européias”, a cultura portuguesa como ainda colonizada por Roma, e a cultura britânica como ainda colonizada por todas as suas raízes, desde Homero e o Pentateuco. Como sugere Tiffin, a posição dos australianos britânicos entre as culturas do indígena e do colonizador é ambígua, mas não ao ponto de simetria: como os próprios aborígenes reconheceriam, a distância cultural entre as posições H_2 e H_1 é muito maior que aquela entre as posições H_2 e 2.

²⁵ TIFFIN, 1995. p. 95. No original: “the ambiguous position of, say, white Australians, who, though still colonised by Europe and European ideas, are themselves the continuing colonisers of the original inhabitants”.

1.5 O OLHAR DUPLO DE ALAN LAWSON

Um dos teóricos literários mais sutis no seu posicionamento sobre culturas de situação H₂ é Alan Lawson, que vem produzindo uma série de observações interessantes ao longo das últimas duas décadas. Um artigo publicado em 1983 mostra a importância fundamental da distância entre a memória cultural trazida da metrópole e a experiência da vida no Novo Mundo: a relação entre as posições H₂ e 2. Trabalhando comparativamente com as literaturas da Austrália e do Canadá, o autor enfatiza a experiência do colono, “alimentado, ou pessoal, ou culturalmente, com imagens de um lugar diferente e distante”, que reconhece “uma discrepância entre a imagem e a experiência, entre a cultura e o contexto, entre a literatura e a vida”.¹ Ele evita reduzir esse reconhecimento colonial à categoria da “nação”: a tarefa do escritor na posição H₂ é de “fornecer imagens d’*aqui* que não sejam nem chocantes, nem vergonhosas em comparação às imagens ancestrais de *lá*”.² “Aqui” e “lá” não são definidos como unidades políticas distintas, e sim como experiências culturais diversas. Quando, por exemplo, um sul-rio-grandense lê Machado de Assis e um australiano lê Jane Austen, a distância cultural que cada um sente não depende de fronteiras políticas: não existe um isomorfismo entre uma cultura e um país, nem uma separação radical entre a cultura que se vive em um país e em outro. Por isso, Lawson enfatiza a percepção individual, glosando a tarefa do escritor como “uma necessidade psicológica”,³ enquanto os “historiadores e comentaristas, tanto no Canadá quanto na Austrália”, pressupõem uma nova categoria social,

¹ LAWSON, Alan. The discovery of nationality in Australian and Canadian literatures. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 168. No original: “The inevitable recognition for the colonial, nurtured either personally or culturally on images of a distant and different place, was that there is a discrepancy between image and experience, between culture and context, between literature and life”.

² LAWSON, 1995. p. 168. No original: “to provide images of the *here* that will not shock or embarrass by comparison with the long-held images of *there*”.

³ LAWSON, 1995. p. 168. No original: “psychological responsibility”.

uma nova nação, inferindo uma responsabilidade de “fornecer uma consciência de identidade nacional”.⁴

Lawson reconhece a importância estrutural do “problema da identidade nacional” em culturas da posição H₂,⁵ mas deixa em aberto o que seria a natureza desse problema. Benedict Anderson reconhece que “no mundo moderno, todo indivíduo pode, deve, vai ‘ter’ uma nacionalidade, assim como ele ‘tem’ um gênero”,⁶ mas realça o contraste entre essa universalidade e a particularidade de cada manifestação concreta da “identidade nacional”. Quando Lawson fala, então, no problema da identidade nacional, ele não pressupõe a necessidade de construir uma nacionalidade nova, nem um modelo sob o qual tal nacionalidade teria de se construir, muito menos uma deficiência nos materiais culturais ou lingüísticos disponíveis. O que afirma, na verdade, é que a necessidade psicológica causada pela discrepância cultural se concretiza na pergunta “inevitável” de “Quem sou eu quando sou desterrado?”.⁷ Como os israelitas no exílio babilônico que perguntaram “Como cantaremos o cântico do Senhor em terra estranha?”,⁸ o sujeito no Novo Mundo lida com a necessidade de uma certa continuidade cultural apesar de uma disjunção geográfica.

É essa a visão de Jorge Klor de Alva quando descreve o conflito entre as novas nações hispano-americanas e a própria Espanha não como “uma luta anti-colonial pela independência”, mas como “uma luta separatista travada entre duas partes do mesmo império”.⁹ Em algumas colônias, como o Brasil, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia,

⁴ LAWSON, 1995. p. 168. No original: “historians and commentators in both Canada and Australia have assumed that it was part of the writer’s task to provide a sense of national identity”.

⁵ LAWSON, 1995. p. 168. No original: “In both countries there are grounds, I suggest, for regarding the problem of national identity as a fundamental one, a structural, colonial one”.

⁶ ANDERSON, 1991. p. 5. No original: “in the modern world everyone can, should, will ‘have’ a nationality, as he or she ‘has’ a gender”.

⁷ LAWSON, 1995. p. 168. No original: “‘Who am I when I am transported?’ is an inevitable colonial question”.

⁸ SALMO 136. In: BÍBLIA sagrada. Traduzida da Vulgata pelo Padre Matos Soares. 10.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. p. 685. Versículo 4.

⁹ KLOR DE ALVA, 1995. p. 257. No original: “not an anticolonial struggle for independence but rather a separatist struggle waged between two parts of the same imperium”.

nem foi necessário lutar, mas em todos os casos de autonomia de uma cultura da posição H₂ em relação à sua metrópole (posição 2) existe a mesma situação fundamental: “aqueles que lutaram e venceram [ou com armas, ou com argumentos] eram descendentes daqueles que tinham chegado e conquistado e, em grande medida, o seu modelo cultural e ideológico continuou a ser a metrópole imperial”.¹⁰ O “problema” da identidade nacional é justamente o de definir como será a relação de parentesco com a cultura ancestral: de construir “uma nova definição do eu – metafísica, histórica, cultural, lingüística e social”.¹¹

Desdobrando os processos dessa definição, em 1986 Lawson lança o termo “Segundo Mundo” para descrever a posição H₂, que ele define em termos da “duplicidade e bifocalidade das culturas e dos seus usos particulares da linguagem, e as maneiras como elas tipicamente tematizam a secundariedade dos seus mundos”.¹² Num outro momento, essa “secundariedade” se glosa em termos de dois primários: “o mundo originário do centro imperial europeu e o Primeiro Mundo dos povos indígenas”,¹³ representando “dois tipos de autoridade e dois tipos de autenticidade que o sujeito do Segundo Mundo inevitavelmente imita”.¹⁴ Por causa dessa situação ambivalente, o autor insiste que o texto da cultura H₂ fala a partir de uma condição ao mesmo tempo “imperializada e colonizadora”:¹⁵ não colonizada, mas inserida numa rede de relações imperiais, em que a antiga metrópole não deixa de ser um fator importante. Ainda trabalhando especificamente com textos da Austrália e do Canadá, Lawson insiste que o seu Segundo Mundo não é uma categoria cultural, nem uma lista de

¹⁰ KLOR DE ALVA, 1995. p. 257. No original: “Those who fought and won were descended from those who had come and conquered, and their cultural and ideological model, for the most part, remained the imperial motherland”.

¹¹ LAWSON, 1995. p. 168. No original: “a new definition of self – metaphysical, historical, cultural, linguistic and social”.

¹² LAWSON, 1991. p. 67. No original: “the doubleness, the bi-focality of the cultures and their particular uses of language, and the characteristic ways in which they thematise the second-ness of their worlds”.

¹³ LAWSON, Alan. Comparative studies and post-colonial “settler” cultures. *Australian-Canadian Studies*, v. 10, n. 2, 1992. p. 157. No original: “forever caught between *two* First Worlds: the originating world of Europe as Imperial centre and the First World of the (ab)original peoples”.

¹⁴ LAWSON, 1992. p. 157. No original: “there are inevitably *two* kinds of authority and *two* kinds of authenticity which the Second World subject is con/signed to mimic”.

¹⁵ LAWSON, 1991. p. 68. No original: “both imperialized and colonising”.

países, e sim uma “posição de leitura”, que ele exemplifica com a imagem do antigo cinema no cais do porto no romance *Harland’s Half Acre*, do australiano David Malouf. Assim, o autor sugere um ato de leitura dupla: ficando na margem tanto da terra quanto do mar, o cinema oferece “um ponto de vista do qual podemos olhar para dentro e para fora” ao mesmo tempo.¹⁶ Em *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, o Sobrado ocupa uma posição parecida, ao mesmo tempo representando e se opondo ao território. Em dois momentos distintos, a casa é introduzida no texto a partir de uma visão de fora que cede lugar a outra de dentro: primeiro é atacado por um soldado inimigo que passa a ser amigo da família, e depois – quase 400 páginas depois, mas quase meio século antes – é o alvo de uma campanha de vingança, em que uma mulher pobre e cobiçosa passa a ser a dona do casarão.

Lawson cataloga uma série de operações de duplicidade lingüística que os textos pós-coloniais executariam nos níveis temático, gramático, retórico e formal ou genérico, operações que, de modo geral, também são identificáveis em *O Tempo e o Vento*. O artigo trata, por exemplo, de estruturas que “negam a harmonia e o fechamento”,¹⁷ como a relação inquietante entre a narrativa de Anna Dawe e as anotações do seu pai em *Badlands* de Robert Kroetsch: a descrição seria igualmente adequada à trilogia de Verissimo, com o enorme desequilíbrio temporal entre os seus volumes e o fim que remete a um início novo e psicologicamente mais complexo. Outra tendência, “quando a visão parece ter se estabilizado”, seria de insistir de novo “formal e tematicamente no foco duplo, fazendo o australiano ou o canadense parecer mais uma vez ‘outro’ ... multiplicando as posições a partir das quais as oposições podem ser lidas e possibilitando a polifonia”.¹⁸ No exemplo do romance *The Year of Living Dangerously*, de Christopher Koch, o protagonista “descobre a

¹⁶ LAWSON, 1991. p. 69. No original: “The reading position I’m exploring ... would observe that the pier is on the edge of the land *and* on the edge of the sea: it provides the vantage point from which to look both out *and* in”.

¹⁷ LAWSON, 1991. p. 72. No original: “the structures of both *Voss* and *Badlands* deny harmony and closure”.

dupla perspectiva do teatro de sombras Wayang” da Indonésia, encontrando um lugar de onde é possível ver o boneco e a sombra ao mesmo tempo. No segundo tomo de *O Continente*, justamente no momento em que a sociedade de Santa Fé está se consolidando, a introdução do doutor Winter também multiplica as perspectivas, oferecendo tanto uma visão nova da sociedade sul-rio-grandense quanto um novo objeto para ser discutido pelos seus cidadãos. Lawson reconhece que essas e outras características não são exclusivas ao texto pós-colonial. Embora pareça impressionante o nível de conformidade entre *O Tempo e o Vento* e os romances citados no artigo, a mesma coincidência pode igualmente se encontrar em textos contemporâneos de outros contextos culturais.

Mais tarde, Lawson estende o conceito do Segundo Mundo também a países não-anglófonos – inclusive o Brasil e a Argentina¹⁹ – mas, em vez de um posicionamento duplo da cultura H₂ entre os dois primários, passa a focar somente um dos lados, o do indígena. Com essa ênfase parcial, perde-se a questão da individuação em relação à metrópole. Lawson reconhece que o nacionalismo no Novo Mundo representa a substituição da diferença entre o colono e o indígena por aquela entre o colono e o centro imperial,²⁰ mas chega a inverter a lógica histórica, sugerindo um desejo de “suprimir o indígena” e de “indigenizar-se”, do qual a diferença em relação ao Velho Mundo seria uma mera consequência.²¹ A princípio, a cultura do colono é simplesmente a cultura colonizadora, mas depois de um certo tempo o sujeito no Novo Mundo vem a reconhecer que a sua nova posição H₂ não é mais idêntica à posição 2. É

¹⁸ LAWSON, 1991. p. 73. No original: “whenever the gaze seems to settle there are novelists who formally and thematically re-insist on a doubled focus; by making the Australian or the Canadian seem once again, ‘other’ ... all multiply the positions from which the binaries can be read and make polyphony possible”.

¹⁹ JOHNSTON, Anna; LAWSON, Alan. Settler colonies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (eds). *A companion to postcolonial studies: a historical introduction*. Oxford & New York: Blackwell, 2000. p. 362.

²⁰ JOHNSTON, 2000. p. 365. No original: “In the founding and growth of cultural nationalism, then, we can see one vector of difference (the difference between colonizing subject and colonized subject: settler-indigene) being replaced by another (the difference between colonizing subject and imperial centre: settler-imperium). ... In this process, ‘the national’ is what replaces ‘the indigenous’ ”.

²¹ LAWSON, 1992. p. 158. No original: “The first of these [motives] is the suppression or effacement of the indigene; the second is the indigenization of the settler, who, in becoming more like the indigene who he mimics, becomes less like the atavistic inhabitant of the cultural homeland whom he is also reduced to mimicking”.

somente neste momento que surge a possibilidade de uma relação entre o colono e o centro imperial: o seu contato com a posição 1 deixa de ser simplesmente um fato do projeto colonizador e passa a fazer parte da sua nova dialética de identificação e de estranhamento em relação à matriz cultural do colonizador. O autor exagera ao pressupor que “o colono procura estabelecer uma nação, e portanto precisa virar nativo e escrever a epopéia da origem da nação”.²² Seria mais legítimo afirmar que o colono – e a sua sociedade da posição H₂ – sente uma necessidade de codificar a sua sensação de diferença em relação à metrópole, e que o processo de “estabelecer uma nação” é mais uma ferramenta que propriamente uma tarefa. “A nação” é a resposta do Novo Mundo à questão da identidade: Como é que essa nossa cultura (trazida do Velho Mundo pelos nossos pais) funciona nesse lugar? Como cantaremos o cântico do Senhor em terra estranha, quando não temos outra coisa para cantar?

²² LAWSON, 2000. p. 28. No original: “The settler seeks to establish a nation, and therefore needs to become native and to write the epic of the nation’s origin.”

2 OS NOVOS CONTINENTES

2.1 ERICO VERISSIMO E PATRICK WHITE

O brasileiro Erico Verissimo nasceu em 1905 em Cruz Alta, uma pequena cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul; em 1912, Patrick White nasceu em Londres, de onde a sua família regressou para a Austrália seis meses depois. Naquela época, White teria sido legalmente um súdito britânico mesmo se tivesse nascido na casa em Sydney onde passou a infância, mas o fato de ter nascido na Inglaterra é ilustrativo do primeiro grande contraste entre as vidas dos dois autores: os White tinham dinheiro. A família criava ovelhas num império que chegou a somar mais que 560 quilômetros quadrados¹ das “melhores terras na Austrália”,² produzindo quantidades imensas de lã para exportação,³ e gerando renda suficiente para os pais do romancista passarem dois anos de lua-de-mel na Europa e no Reino Unido, onde o primeiro filho foi concebido e nasceu. A família Verissimo, por outro lado, vivia em condições mais estreitas: o pai, Sebastião, era dono de uma farmácia onde os amigos “bebiam champanha francesa”⁴ mas “raramente ou nunca os devedores pagavam suas contas”;⁵ a mãe, D. Bega, alimentava a família com as suas rendas de modista.⁶ Antes de se estabelecer no mercado literário em Porto Alegre, Verissimo trabalhou na redação da *Revista do Globo*, traduzindo “contos e artigos de revistas americanas, francesas, inglesas, italianas e argentinas”,⁷ improvisando poemas “à maneira oriental” para serem atribuídos “a um poeta árabe, chinês, japonês ou persa”,⁸ e escrevendo os primeiros cinco romances “apenas em

¹ MARR, David. *Patrick White: a life*. New York: Alfred A. Knopf, 1991. p. 22. No original: “140,000 acres”.

² MARR, 1991. p. 14. No original: “hundreds of thousands of acres of the best land in Australia”.

³ MARR, 1991. p. 25.

⁴ VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta: memórias*. 1º volume. São Paulo: Globo, 1994. p. 38.

⁵ VERISSIMO, 1994. p. 46.

⁶ VERISSIMO, 1994. p. 47.

⁷ VERISSIMO, 1994. p. 237.

⁸ VERISSIMO, 1994. p. 252.

tardes de sábado”.⁹ Patrick White nunca precisou fazer esse tipo de trabalho, “nunca resenhou um livro e não escreveu mais que duas ou três peças jornalísticas na vida”.¹⁰

Nem todas as vantagens na vida são financeiras, porém, e o segundo contraste se refere aos contextos culturais em que os escritores se criaram. Sebastião Verissimo, sem passar mais que duas semanas fora do Brasil,¹¹ “sabia de cor versos de poetas brasileiros, portugueses e franceses”, assinava revistas parisienses, lia autores tão variados quanto Eça de Queirós, Nietzsche, Tolstoi e Stendhal, e juntou uma biblioteca de “mais de dois mil livros”,¹² enquanto as leituras de Dick White, pai de Patrick, limitavam-se a romances policiais, o jornal e os registros genéticos dos seus cavalos.¹³ O terceiro contraste importante se concretiza em 1940, ano em que “as primeiras bombas começaram a cair em Londres”.¹⁴ Verissimo publica o romance *Saga*, em que o brasileiro Vasco Bruno luta na Guerra Civil espanhola,¹⁵ e aceita um convite para fazer a sua primeira viagem ao exterior: do Brasil neutro para os Estados Unidos neutros.¹⁶ White, por outro lado, entrega o original do seu romance *The Living and the Dead*, em que o inglês Joe Barnett luta na Guerra Civil espanhola, e volta dos Estados Unidos ao Reino Unido para “assumir as suas responsabilidades” e servir na inteligência da Real Força Aérea.¹⁷ Na hora da guerra, ser australiano e ser britânico eram dois aspectos da mesma realidade.

Não é de se estranhar que as experiências de Verissimo e White apresentam diferenças importantes: mais surpreendentes são os trajetos estranhamente paralelos das suas

⁹ VERISSIMO, 1994. p. 254.

¹⁰ MARR, 1991. p. 167. No original: “Patrick White never had to undertake the literary chores that dominate the lives of most writers. He never reviewed a book and wrote no more than two or three pieces of journalism in his entire career”.

¹¹ VERISSIMO, 1994. p. 52.

¹² VERISSIMO, 1994. p. 18.

¹³ MARR, 1991. p. 21. No original: “He read only stud books, detective novels and the *Sydney Morning Herald*”.

¹⁴ MARR, 1991. p. 203. No original: “As they ate, the first bombs began to fall on London”.

¹⁵ VERISSIMO, 1994. p. 272.

¹⁶ VERISSIMO, 1994. p. 276.

¹⁷ MARR, 1991. p. 200. No original: “to return to England and face his responsibilities”.

vidas. Depois de uma infância mais ou menos provinciana – Verissimo em Cruz Alta, White em Sydney e outros lugares no estado australiano de New South Wales –, os dois foram estudar em escolas de internato em centros maiores. Verissimo passou três anos no Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre,¹⁸ onde estudou inglês e começou a sentir saudades dos Estados Unidos que ainda não conhecia.¹⁹ White passou quatro anos estudando em Cheltenham, Inglaterra, de onde saiu com um prêmio em francês, mas ainda frustrado pela sua primeira tentativa de ler *Madame Bovary*.²⁰ Durante a Guerra, White se confortava com as memórias do internato, convicto que nada podia ser tão ruim quanto aqueles anos.²¹

Depois de terminar o ensino médio, os dois voltaram aos respectivos lugares de infância e às atividades familiares – Cruz Alta e a farmácia para Verissimo, New South Wales e as estâncias para White –, mas não se conformaram com as vocações herdadas; os dois já estavam escrevendo. Verissimo começou com traduções de “trechos curtos de escritores franceses e principalmente ingleses”,²² seguiu para ficção curta escrita sob “a presença espectral, ora de Machado de Assis ora de Eça de Queirós”,²³ e conseguiu publicar os primeiros contos no final da década de 1920.²⁴ Depois de alguns poemas juvenis, pretensiosamente publicados pela sua mãe,²⁵ White dedicou as noites no campo à ficção, produzindo três romances, escritos à mão e nunca publicados.²⁶

No início da década de 1930, cada um dos jovens autores voltou ao lugar do seu internato para se lançar na vida das letras. Em dezembro de 1930, Verissimo se mudou permanentemente para Porto Alegre, conseguindo publicar um livro de contos, *Fantoches*

¹⁸ VERISSIMO, 1994. p. 124.

¹⁹ VERISSIMO, 1994. p. 143.

²⁰ MARR, 1991. p. 86-87.

²¹ MARR, 1991. p. 221. No original: “I used to tell myself: at least none of this is quite so bad as the years at Cheltenham”.

²² VERISSIMO, 1994. p. 159.

²³ VERISSIMO, 1994. p. 201.

²⁴ VERISSIMO, 1994. p. 221.

²⁵ MARR, 1991. p. 89.

(1932), e uma série de romances de temática contemporânea e urbana, começando com *Clarissa* (1933). Com o quinto romance, *Olhai os Lírios do Campo* (1938), alcançou tal sucesso popular que podia viver exclusivamente da sua criação literária.²⁷ White voltou à Inglaterra em 1932, estudando línguas modernas em Cambridge²⁸ e depois estabelecendo-se em Londres, onde escrevia para o teatro e começou a reescrever um dos romances do tempo na estância.²⁹ *Happy Valley* foi publicado em 1939,³⁰ quando White tinha 26 anos, a mesma idade em que Verissimo lançou o seu primeiro livro. Enquanto White começou a escrever numa época em que “a idéia de que existia uma ‘literatura australiana’ era considerada esquisita e pretensiosa”,³¹ Verissimo já integrava um círculo literário no Bar Antonello em Porto Alegre³² e tinha contatos com o círculo do Rio de Janeiro:³³ o conceito de uma literatura brasileira e até sul-rio-grandense não era estranho. Na época dos seus primeiros livros, porém, grande parte das leituras dos dois eram européias. O White de *Happy Valley* admirava os romances de Flaubert, Stendhal e Lawrence,³⁴ “mas Joyce era Deus e *Ulysses* a Bíblia”,³⁵ enquanto Verissimo cita “influências de Ibsen, Shaw, Anatole France e Pirandello” em relação a *Fantoches*.³⁶ Até a neozelandesa Katherine Mansfield, influente na construção de *Clarissa*,³⁷ é vista como uma inglesa.³⁸

Finalmente, depois das suas experiências muito diversas da Segunda Guerra Mundial, os dois voltaram-se – ou física, ou tematicamente – às respectivas terras da infância, e passaram a produzir as obras centrais das suas carreiras. Em 1947, Verissimo começou a

²⁶ MARR, 1991. p. 113.

²⁷ VERISSIMO, 1994. p. 301.

²⁸ MARR, 1991. p. 115.

²⁹ MARR, 1991. p. 150.

³⁰ MARR, 1991. p. 177.

³¹ MARR, 1991. p. 99. No original: “the notion of there being an ‘Australian literature’ was then considered odd and pretentious”.

³² VERISSIMO, 1994. p. 237.

³³ VERISSIMO, 1994. p. 261.

³⁴ MARR, 1991. p. 127.

³⁵ MARR, 1991. p. 151. No original: “Lawrence was important but Joyce was his God and *Ulysses* his Bible”.

³⁶ VERISSIMO, 1994. p. 250.

³⁷ VERISSIMO, 1994. p. 254.

escrever *O Continente*, o primeiro volume da trilogia *O Tempo e o Vento* e o seu primeiro tratamento de uma pequena cidade como Cruz Alta, de uma família como a sua, e da história e do povo do interior do seu estado.³⁹ Mais tarde, Verissimo citou a publicação de *O Continente* como “o acontecimento mais importante da minha carreira de escritor”, pois juntou o sucesso crítico ao sucesso popular.⁴⁰ No mesmo ano, White deixou o hemisfério norte e se estabeleceu definitivamente em New South Wales,⁴¹ comprando um sítio junto com o namorado grego que conhecera no Egito durante a guerra. O seu terceiro romance, *The Aunt's Story*, foi recebido sem entusiasmo na Austrália, e White passou a acreditar que estava perdendo o desejo de escrever,⁴² mas a década depois da volta à Austrália viu a publicação de duas “epopéias australianas”,⁴³ *The Tree of Man* (1955) e *Voss* (1957), que não somente ganharam prêmios, mas, nas palavras da citação para o prêmio Nobel, “introduziram um novo continente à literatura”.⁴⁴

³⁸ VERISSIMO, 1994. p. 202.

³⁹ VERISSIMO, 1994. p. 295.

⁴⁰ VERISSIMO, 1994. p. 301.

⁴¹ MARR, 1991. p. 244.

⁴² MARR, 1991. p. 258.

⁴³ COLMER, John. *Patrick White*. London: Methuen, 1984. p. 28. No original: “two Australian epics”

⁴⁴ NOBEL Foundation. *The Nobel Prize in literature 1973*. Disponível em:

<<http://nobelprize.org/literature/laureates/1973/>>. Acesso em: 14 nov. 2004. No original: “for an epic and psychological narrative art which has introduced a new continent into literature”.

2.2 O CONTINENTE E VOSS

Publicado entre 1949 e 1962, os três volumes da trilogia *O Tempo e o Vento* ocupam um total de quase 2800 páginas, em sete tomos: *O Continente I e II*, *O Retrato I e II* e *O Arquipélago I, II e III*. A intriga percorre o período entre 1745 e 1945, enfocando principalmente a vida da cidade fictícia de Santa Fé, no interior daquela parte da Bacia do Prata que veio a fazer parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. A organização temporal da trilogia sugere uma divisão entre o primeiro volume e os outros dois. A moldura da narrativa de *O Continente* se localiza em 1895, com os eventos anteriores aparecendo na forma de analepses extensas e cronologicamente inseridas. Como um conjunto, *O Retrato* e *O Arquipélago* adotam o mesmo mecanismo, com a moldura narrativa dos dois volumes estabelecida em 1945. Dessa maneira, *O Retrato* dificilmente se sustenta como um romance independente, porque implica a existência de *O Arquipélago* para preencher as suas lacunas históricas. Essa divisão estrutural da trilogia também se apóia num grande desequilíbrio temporal: os dois tomos de *O Continente* representam um total de 150 anos, deixando somente 50 anos para os cinco tomos de *O Retrato* e *O Arquipélago*.

Um terceiro motivo para essa divisão é a presença do escritor Floriano Cambará e as suas anotações no capítulo chamado “Caderno de pauta simples”, que compõe a moldura de *O Arquipélago*. Ao longo desse último volume da trilogia, Floriano se esforça para descobrir a maneira de realizar o plano de escrever um vasto romance histórico que contaria dois séculos da história da sua terra e do seu povo. No final do romance, depois de uma discussão crucial com o seu pai, Rodrigo, ele está pronto para escrever o que o leitor reconhece como a primeira frase de *O Tempo e o Vento*. Longe de ser uma simples estrutura circular, em que o fim da trilogia remete ao seu início, a segunda leitura de *O Continente* revela um romance essencialmente diferente e mais rico. Em vez de um narrador heterodiegético e não identificado, o leitor descobre um narrador homodiegético, psicologicamente complexo, com

motivos pessoais para contar aquela história. *O Continente* representa o contexto (histórico, social e familiar) que produziu Rodrigo Terra Cambará, e o conjunto *O Retrato / O Arquipélago* representa o próprio Rodrigo Terra Cambará: o contexto psicológico que produziu o autor Floriano Cambará e o seu romance-dentro-do-romance, *O Continente*.

O Continente consiste em seis capítulos cronológicos – “A fonte”, “Ana Terra”, “Um certo capitão Rodrigo”, “A teiniaguá”, “A guerra” e “Ismália Caré” – e um sétimo, “O Sobrado”, último na seqüência, que serve como moldura para o todo, dividindo-se em sete partes, entre os quais são inseridos os outros seis. O texto principal trata da família Terra Cambará, mas, entre cada capítulo e a parte de “O Sobrado” que o segue, aparece um breve interlúdio, sem título e em itálico, apresentando uma visão histórica mais geral e menos focalizada na família.

“A fonte” trata do período das missões jesuíticas, começando em 1745 com o nascimento do mestiço Pedro Missioneiro, a primeira das raízes da família. Logo antes da destruição da Missão de São Miguel pelas forças ibéricas em 1756, Pedro foge para território português.¹ “Ana Terra” introduz a segunda raiz da família: a própria Ana e os seus parentes. Em 1777 ela encontra Pedro Missioneiro, ferido na guerra: tornam-se amantes, mas ele é morto pelos irmãos da moça ao descobrir que ela está grávida. No verão de 1789-90, depois de ser estuprada por bandidos que destroem a casa e matam os homens da família, Ana abandona a estância e leva o filho, Pedro, para as terras da família Amaral, onde será fundada a cidade de Santa Fé. Na maior elipse do romance, “Um certo capitão Rodrigo” começa em 1828, quando Rodrigo Severo Cambará aparece em Santa Fé e se interessa por Bibiana, filha de Pedro Terra e neta de Ana. Bolívar, filho do casal, nasce em 1830 e o capitão Rodrigo morre em 1836, durante a Revolução Farroupilha.

¹ As datas nessa sinopse derivam-se da cronologia apresentada em: VERISSIMO, Erico. *O continente 1*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 385-406.

Depois de outra elipse significativa, o segundo tomo abre em 1853 com “A teiniaguá”. Bolívar casa com Luzia Silva, neta do negociante pernambucano Aguinaldo Silva, que construiu o Sobrado no terreno que recebeu de Pedro Terra como pagamento de uma dívida. Logo depois do nascimento do filho Licurgo, Bolívar é morto pelos Amaral. “A guerra” contrapõe a Guerra do Paraguai de 1865 a 1870 com a guerra entre Luzia e a velha Bibiana pelo controle psicológico de Licurgo e a posse do Sobrado, conflito encerrado pela morte de Luzia em 1872. Em “Ismália Caré”, Licurgo Cambará liberta os seus escravos em 1884 e casa com a prima Alice, neta de Juvenal Terra, irmão de Bibiana. Os eventos de “O Sobrado” ocorrem em 1895, com a casa sitiada durante a Revolução Federalista, e terminam com o fim do cerco. A filha de Licurgo e Alice, Aurora, nasce morta, mas os filhos Rodrigo e Toríbio sobrevivem. Décadas mais tarde, o menino Rodrigo passa a ser o pai do narrador e o chama de covarde;² aqui, as suas últimas palavras são “Estou com medo, Bio!”.³

Se *O Continente* é um romance do tempo, narrando um grande percurso histórico dentro de um território relativamente limitado, *Voss* é um romance do espaço, encenando um maior trajeto geográfico num percurso temporal mais curto, ao acompanhar o explorador alemão Johann Ulrich Voss na sua tentativa de cruzar o continente australiano a pé. Os dois romances são duplamente contemporâneos: os eventos narrados em *Voss* acontecem entre 1845 e 1865, dentro do período histórico tratado em *O Continente*, e o romance foi publicado em 1957, na mesma época em que Verissimo lançou a trilogia *O Tempo e o Vento* (1949-1962).

Os eventos de *O Continente* acontecem num Rio Grande do Sul que, desde o início, existe numa certa relação com a unidade política e cultural que é o Brasil: a identidade continentina e a identidade brasileira não são iguais. O mundo de *Voss*, por outro lado, é a

² VERISSIMO, Erico. *O arquipélago 3*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 91.

³ VERISSIMO, Erico. *O continente 2*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 396.

colônia de New South Wales, e a Austrália ainda não existe como uma unidade a não ser no sentido geográfico, como a África ou a Ásia. Em 1845, New South Wales ocupava mais que metade do continente australiano e continha a maior parte da sua população. No final do romance, vinte anos mais tarde, a partição do seu território para criar ou ampliar outras colônias baixara essa proporção para pouco mais que 10%. Mesmo assim, por ser a primeira e a mais populosa colônia britânica naquela parte do mundo, não é exagerado dizer que uma identidade neo-sul-galesa e uma identidade australiana seriam essencialmente a mesma coisa durante o período tratado.

Voss, de 448 páginas, se divide em 16 capítulos numerados, alguns com até sete subcapítulos, não numerados mas separados por asterisco. As principais clivagens da narrativa ocorrem depois da partida da expedição de Sydney, no final do capítulo 5, e depois da morte de Voss, no final do capítulo 13. O narrador é heterodiegético. A narrativa abre com o primeiro encontro entre as duas personagens principais: Voss e a órfã Laura Trevelyan, sobrinha do mercador Edmund Bonner, patrocinador da expedição; os dois são apresentados como reservados e orgulhosos. O segundo capítulo introduz quatro integrantes da turma de Voss. Dois são jovens e chegaram na Austrália no mesmo navio que o alemão: Harry Robarts é forte e ingênuo, “feliz ao poder servir a alguém que pensasse por ele”,⁴ enquanto o poeta Frank Le Mesurier aceita a expedição como um caminho ao auto-conhecimento, e talvez à auto-destruição. O trabalhador Turner, “um indivíduo magro e esticado, cuja mente ficara azeda”,⁵ aparece caracteristicamente embriagado. O último é Palfreyman, ornitólogo a serviço de um nobre inglês, que se divide entre a ciência e a fé cristã. Os capítulos de 3 a 5 apresentam os últimos três encontros dos principais personagens, terminando com a partida de Voss.

⁴ WHITE, Patrick. *Voss*. London: Vintage, 1994. p. 32. No original: “glad to offer his services to someone who might think for him”.

⁵ WHITE, 1994. p. 41. No original: “a long, thin individual, whose mind had gone sour”.

Nos capítulos 6 a 13, os eventos da expedição ao interior são apresentados nos capítulos pares, alternando com a vida de Laura e de Sydney nos ímpares. No capítulo 13, esses mundos intercalam-se no nível do subcapítulo. A expedição visita a estância Rhine Towers, onde mais dois homens se integram à turma: o estancieiro Angus, bonito, rico e ignorante, e o ex-prisioneiro Judd, “temperado no inferno”⁶ e agora “uma união de força e delicadeza”.⁷ Antes de continuar, Voss escreve uma carta para Laura, sugerindo que os dois se casem. Mais tarde, na estância Jildra, que marca o limite das terras colonizadas, dois guias aborígenes juntam-se à expedição: o velho Dugald, que fala um pouco de inglês, e o adolescente Jackie. Voss recebe uma resposta afirmativa de Laura e, logo depois de partir, escreve uma resposta que pede para Dugald entregar. Dugald destrói a carta e, a partir daí, o casal se comunica por telepatia.

Voss revela-se cada vez mais antipático e mais inepto como líder e, com a perda de grande parte dos suprimentos e a morte de Palfreyman por aborígenes, o grupo racha: Judd, Angus e Turner voltam, deixando Voss com Jackie, Robarts e Le Mesurier. Em Sydney, além da correspondência com Voss, a vida de Laura envolve o casamento da sua prima, Belle, e a morte da sua empregada Rose, depois de dar à luz um bebê ilegítimo. Laura aceita essa menina como a filha espiritual da sua união com Voss, e resiste às pressões da família de abandoná-la. No capítulo 13, com o grupo dividido, a expedição em crise e os homens perto da morte, Laura sofre uma febre que intensifica a sua comunhão com Voss. Depois da morte de Robarts e Le Mesurier, o alemão é assassinado por Jackie, a febre passa, e Laura volta ao normal.

O capítulo 14 começa depois de uma elipse de dois anos. Laura agora é diretora de uma escola para filhas de estancieiros e a sua vida parece seca e sem perspectivas depois da

⁶ WHITE, 1994. p. 137. No original: “The convict had been tempered in hell”.

⁷ WHITE, 1994. p. 133. No original: “He was, in fact, a union of strength and delicacy”.

experiência intensa com Voss. O Coronel Hebden está a procura de sinais da expedição, mas não encontra nada. As mortes de Turner, Angus e Jackie são reveladas em analepse. Depois de outra elipse de vinte anos, o romance termina com a inauguração de uma estátua de Voss e uma festa na casa da família Bonner. Laura e Judd, o único que não morreu no deserto, procuram dar um sentido mitificado à expedição e a Voss, negando as suas próprias experiências.

No seu trabalho com as literaturas da Austrália, da Nova Zelândia e do Canadá, Alan Lawson afirma que a tendência comparativa é impulsionada “pelo reconhecimento duplo da semelhança e da diferença”,⁸ e ressalta a necessidade de voltar sempre às duas perguntas: “o que é parecido?” e “o que é diferente?”. Qualquer investigação de obras literárias produzidas nos contextos australiano e sul-rio-grandense naturalmente reconheceria enormes divergências entre essas sociedades, e as diferenças fundamentais entre os dois romances examinados aqui são claras: *O Continente* não trata do fracasso de uma expedição ao deserto, nem de um casamento telepático, e *Voss* não narra a fundação de uma cidade e uma sociedade, nem as peripécias de uma saga familiar. A análise que segue, portanto, concentra-se mais na descrição das semelhanças que existem apesar dessas diferenças.

⁸ LAWSON, 1992. p. 153. No original: “Comparison ... is driven by the twin recognitions of similarity and difference”.

2.3 ARMAS BRANCAS EM MÃOS ESCURAS

A imagem na capa do livro *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose* inevitavelmente lembra o punhal de prata cuja presença marca os duzentos anos da trilogia.¹ Ironicamente, a primeira grande obra na Coleção Literatura Brasileira é representada por um elemento da cultura espanhola que se incorpora e se esconde na cultura híbrida do Continente de São Pedro. Levado de Pamplona para a Redução de São Miguel pelo padre Alonzo e apropriado por Pedro Missioneiro (produto de mãe indígena, pai da colônia portuguesa e educação jesuíta), esse objeto simbólico passa a acompanhar a família Terra ao longo das gerações. Esses três momentos – a passagem do Velho Mundo para o Novo, a transferência do colonizador ao colonizado e a integração simbólica – são espelhados no destino de duas facas em *Voss*.

Alonzo é um jesuíta: um colonizador e, portanto, identificável com a posição 2. Numa carta à sua família na Espanha, porém, ele reconhece o processo de construção de uma cultura híbrida, descrevendo o nascimento nos Sete Povos de “uma das mais belas civilizações de que o mundo tem notícia”.² Os índios se adaptam aos valores espirituais e culturais dos padres, vivendo “cristãmente” e tocando “peças dum compositor bolonhês”:³ não se admite a possibilidade do contrário acontecer. Essa civilização não é, obviamente, igual àquela da Europa católica, mas uma adaptação de certas das suas características essenciais a novas condições: uma cultura, portanto, da posição H₂. Na sua transição do Velho Mundo para o Novo, esse padre leva consigo a sua religião, os seus valores, a sua estética, e um punhal.

¹ BORDINI, Maria da Glória; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

² VERISSIMO, Erico. *O continente 1*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 56.

³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 56.

No segundo capítulo de “A fonte”, Alonzo pede o conselho do cura para se aliviar depois de um dos seus “sonhos perturbadores”.⁴ Ele nega que o conteúdo desses sonhos seja lúbrico, mas – produto de um narrador criado na primeira metade do século XX – reconhece que a veemência dessa negação esconde uma outra verdade. O padre relata que, em todos esses sonhos, se sente perseguido e atormentado pela vaga lembrança de ter cometido um crime de natureza desconhecida. Ele foge por uma rua estreita, que identifica ou com Pamplona, a sua cidade natal, ou com uma gravura de “um velho livro ... uma edição do Quixote”,⁵ obra central no cânone da literatura espanhola. Essa inquietação noturna é ligada, então, a uma sensação de culpa e, de certa maneira, às suas origens pessoais e culturais. No sonho específico relatado no romance, Alonzo busca num armário os seus órgãos sexuais e um outro objeto que não consegue identificar. Aos poucos, o padre conta detalhes de um caso amoroso que experimentara aos dezoito anos, descrevendo a sua intenção de assassinar o marido da sua amante – uma intenção não concretizada, porque o outro morre antes –, e a sua subsequente conversão e decisão de dedicar a sua vida à Companhia de Jesus. A migração para o Novo Mundo é, então, o começo de uma nova vida: a sua “verdadeira vida” que substitui o “pesadelo” do passado.⁶

É somente depois de toda essa preparação que Alonzo lembra-se do punhal, o símbolo que une todos os elementos da sua transformação. Guardado no armário, o punhal parece ser o segundo objeto procurado no sonho, o par do membro viril desse amante que virou padre. O fato de estar ao lado de “uma velha edição do Quixote”⁷ sugere uma ligação com a ambientação do sonho e, portanto, com a sensação de culpa, enquanto a presença de livros religiosos lembra a mudança de vida e a tentativa de apagar esse passado. O ponto culminante é a revelação de que Alonzo levava essa arma consigo no dia em que pretendia

⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 47.

⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 47.

⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 49.

matar o outro, cujo nome e feições ele não lembra. Antes mesmo de ser descrito como objeto físico, esse punhal inquietante já carrega conotações ligadas à sexualidade, à ameaça de violência, à religião e a uma sensação de distância das raízes: um exílio em que o presente e o passado são separados pelo mar. O cura reconhece a relação entre os sonhos do outro e os eventos quase esquecidos do seu “passado dissoluto”,⁸ e aconselha que coloque o punhal “em cima da mesa, bem à vista”.⁹

A princípio, é um objeto atraente: “uma bela arma de cabo e bainha de prata lavrada”; desembainhado, repele: “a lâmina triangular de aço” se revela “fria e má”.¹⁰ Recontextualizado, qualquer objeto cultural necessariamente perde e adquire conotações. Ao longo dos séculos, desde o fim da época missioneira até o fim da era Vargas, a beleza do punhal é reconhecida por todos, enquanto a sua suposta maldade é percebida somente pelo padre Alonzo, uma projeção do seu passado e da sua própria capacidade moral. Essa beleza aparente e essa maldade oculta fariam do punhal um símbolo adequado da colonização européia no Novo Mundo, se não fosse um símbolo ainda melhor da própria natureza humana.

Menos desenvolvidos, muitos desses elementos aparecem de maneira passageira em *Voss*. Nesse caso, o portador da arma em questão é o inglês Turner, cuja presença na colônia de Nova Gales do Sul permanece ambígua. Revela-se que tem experiência criminal e que “talvez até tivesse matado um homem”,¹¹ mas, em vez de ser deportado para o Novo Mundo como prisioneiro, “viera a esse país por livre vontade, onde outros estavam sendo forçados a expiar os seus pecados”.¹² Por pouco, representa a posição 2, e não a 3. Esse assassinato ambíguo assemelha-se ao outro que Alonzo teria cometido: mais importante que o fato da

⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 51.

⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 51.

⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 52.

¹⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 56.

¹¹ WHITE, 1994. p. 253. No original: “had been a pickpocket at times, and perhaps had even killed a man”.

¹² WHITE, 1994. p. 253. No original: “had come of his own free will to this country, where others were expiating their sins by force”.

violência é a sua presença como ameaça e como capacidade moral. A principal diferença fica na relação de cada um com o próprio passado: os dois estão no Novo Mundo por causa dos seus ‘crimes’, mas enquanto Alonzo rejeita a sua vida anterior e escolhe mudar, Turner parece escolher a fuga para preservar a sua liberdade, mas foge justamente para aquela colônia-prisão à qual teria sido deportado. Por mais que se envolva num empreendimento tipicamente colonizador – a exploração visando uma expansão territorial – a sua marginalização social mais se assemelha àquela do migrante involuntário. De origem humilde, Turner pede para fazer parte da expedição,¹³ mas mantém uma certa distância psicológica, ocupando uma posição social bem distinta daquela do padre Alonzo, que é de uma família rica¹⁴ e se identifica plenamente com o projeto colonial e com a sua moralidade.

A questão da faca surge quando a expedição está zarpando do porto de Sydney. Turner, caracteristicamente bêbado, levanta-se no meio de um pesadelo, gritando e pedindo a sua faca.¹⁵ Ao acordar, está tomado pela necessidade de encontrar e se desfazer dessa arma. Como no caso de Alonzo, a faca é esquecida e depois lembrada por meio de um sonho inquietante, com a diferença que o espanhol, que não cometeu nenhum crime, sofre de culpa, enquanto o inglês, que provavelmente tenha assassinado um homem, sofre de medo, gritando “não é a minha vez de morrer”.¹⁶ Turner insiste que a sua faca causa infortúnio – uma projeção parecida com o julgamento de maldade feito pelo espanhol – e que foi “obtida em circunstâncias estranhas”,¹⁷ diferentemente do punhal de Alonzo, que já era uma “reliquia de família” antes de chegar ao Novo Mundo.¹⁸ Que essas circunstâncias aconteceram no Reino

¹³ WHITE, 1994. p. 21.

¹⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 46.

¹⁵ WHITE, 1994. p. 119.

¹⁶ WHITE, 1994. p. 119. No original: “It is not my turn to die”.

¹⁷ WHITE, 1994. p. 123. No original: “It was unlucky, he insisted, and come by in strange circumstances”.

¹⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 51.

Unido, e não em Sydney, é indicado pelo próprio objeto: o seu “cabo de osso negro e lâmina elegante”¹⁹ sugerem uma artesanaria além das necessidades da jovem colônia.

Como o punhal, essa faca é atraente e repelente, mas inverte a distribuição desses valores. Sem bainha, não disfarça a sua disponibilidade. Em vez de um cabo bonito e uma lâmina má, a beleza concentra-se agora na própria lâmina. Em vez de prata, lustrosa e indiferente, o cabo é de osso negro, escuro, repleto de conseqüências, lembrando os restos da morte. Enquanto o punhal de Alonzo representa uma face ambivalente da herança européia no Novo Mundo – a sua capacidade de destruição escondida num invólucro de beleza – a faca de Turner é uma representação ainda mais ambígua, em que a própria violência parece fazer parte da atração. O pesadelo do espanhol se resolve com a recuperação e a exposição do punhal, que entra na cultura nova e acaba criando as suas próprias tradições; o inglês se acalma não com a exposição mas com o afastamento da faca, que ele joga no mar:²⁰ o mesmo mar que separa o Velho Mundo do Novo. Esse ato pode ser lido como a tentativa do migrante de se desfazer de aspectos desagradáveis do seu passado, de evitar que entrem com ele na vida nova, até de tornar-se novo para melhor merecer ou desfrutar as possibilidades que espera encontrar. Se é essa a intenção, Turner se engana, porque continua carregando toda a sua história consigo. Quando está a morrer no deserto, “uma coisa de putrescência ressecada”,²¹ o destino de uma faca azarenta é o menor dos seus problemas.

O segundo momento na trajetória do punhal é a sua transferência do colonizador ao colonizado: o mestiço Pedro Missioneiro, que nasce no mesmo dia das revelações do Pe. Alonzo. Filho de uma índia da região de colonização portuguesa e com a pele “muito mais clara que a da mãe”,²² presume-se que o seu pai seja um tropeiro da capitania de São Vicente.

¹⁹ WHITE, 1994. p. 123. No original: “of black, bone handle and rather elegant blade”.

²⁰ WHITE, 1994. p. 123.

²¹ WHITE, 1994. p. 425. No original: “a thing of dried putrescence”.

²² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 61.

Quando a mãe morre ao dar à luz, Alonzo espontaneamente adota o bebê e dá-lhe o nome de Pedro, lembrando somente alguns minutos mais tarde do fato de ter sido Pedro Palacio o nome do homem que ele teria assassinado.²³ Com essa curiosa inversão, o padre assume uma certa responsabilidade espiritual pela criança, mas identifica o marido da sua ex-amante como o pai do mestiço, implicitamente estabelecendo uma equivalência entre este e o “maldito vicentista”²⁴ que teria maculado a índia. Assumindo uma herança ao mesmo tempo mista e mística, Pedro vem a operar a sua própria inversão, imaginando – em vez de uma mãe indígena e um pai branco – uma mãe “bonita... branca... vestida de azul”²⁵ e um pai “guerreiro como o nosso alferes real”,²⁶ Sepé Tiaraju. Com o tempo, o narrador informa que o menino era “mais alto que o comum dos índios da sua idade”,²⁷ mostrando que, a princípio, é com essa categoria que ele deve se comparar, mas também que “não raro ajudava os índios a limpar o trigo”,²⁸ estabelecendo uma distinção fundamental. Diferencia-se também com a flauta, improvisando e inventando melodias, enquanto os índios “em geral” eram “incapazes de compor”.²⁹ Física e culturalmente, Pedro é e não é índio: é como se fosse o primeiro mestiço na história do Continente, e talvez o fundador de uma nova posição H₁.

Depois de uma cena em que Alonzo se mostra incapaz de explicar a relação entre um casamento humano e o casamento da alma com Cristo, a primeira cena de ligação explícita entre Pedro e o punhal revela uma preocupação com o parentesco e a sua própria relação com o mundo do espírito. O narrador apresenta o menino em busca de um pai e o padre negando a sua disponibilidade para tal: o único papel que ele oferece ao menino é “uma rodela de papel na configuração exata da tonsura”.³⁰ Esquivando-se dessa negação simbólica da paternidade,

²³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 62.

²⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 61.

²⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 74.

²⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 75.

²⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 67.

²⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 69.

²⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 70.

³⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 71.

Pedro é fascinado pela “espadinha” e pergunta sobre a sua procedência material – “de que é feita” – e relacional – “de quem é”:³¹ fica claro que essa conversa já foi ensaiada “mil vezes”,³² que é um assunto de alta importância para o menino e de uma certa irritação para o padre. Depois de verificar que o punhal passou de pai para filho até chegar a Alonzo, Pedro procura estabelecer o próximo passo nessa relação filial, perguntando, “quando eu crescer, posso ter um punhal assim?”:³³ o padre repudia o menino, oferecendo a cruz em vez da arma branca. É somente depois dessa rejeição que Pedro transfere a sua filiação simbólica do padre, que “tinha por ele uma estima toda particular”,³⁴ ao “alferes real Tiaraju”, que passa a ser “o homem que ele mais admira na redução”.³⁵ Deste momento em diante, Pedro associa o punhal não à possibilidade de ser o filho de Alonzo, mas a uma outra imagem de hibridização: o líder indígena “no seu uniforme de guerreiro de Espanha”.³⁶

Na cena final entre Alonzo e Pedro, o padre descobre o que o leitor já sabe: que o menino entrava “furtivamente” na sua cela e “tomava o punhal nas mãos”,³⁷ tornando-se cada vez mais independente do padre. Nesse encontro decisivo, o espanhol chama o jovem de “filho”,³⁸ mas descobre que a oportunidade está perdida e que Pedro está conversando – em espírito – com o seu novo pai, Sepé Tiaraju. Vendo como o menino abraça o punhal “amorosamente”³⁹ ao se identificar com o guerreiro, Alonzo reconhece a situação que ajudou a criar e não reivindica nenhum direito, nem sobre a arma, nem sobre o afilhado. Três meses mais tarde, quando a destruição da experiência missioneira está consumada, Pedro leva a sua

³¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 71.

³² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 71.

³³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 71.

³⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 67.

³⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 72.

³⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 72.

³⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 72.

³⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 86.

³⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 86.

chirimia e o seu punhal e volta para a sua terra ancestral, “na direção do grande rio”⁴⁰ que é o Rio Grande visto do outro lado da fronteira.

Enquanto Pedro só se apropria do punhal depois de reconfigurar a relação de paternidade que buscava, Jackie, o jovem aborígine em *Voss*, recebe a sua lâmina no início da sua relação com o explorador alemão: a sua posse não é uma vindicação, mas uma promessa. Como no caso da relação entre Pedro e o padre Alonzo, a estabelecida entre Jackie e o explorador Voss pode ser analisada em termos de uma paternidade simbólica e de um posicionamento ambíguo do jovem indígena entre filiações espirituais. Dois aborígines, o velho Dugald e o jovem Jackie, juntam-se à expedição na estância Jildra, o ponto mais isolado da ocupação britânica, no limite das terras colonizadas. É representado como um lugar onde a civilização ocidental havia chegado mas não vingara, em que o dono, depois de dez anos na região,⁴¹ “arrancara a capa de Homero para calçar a perna de uma mesa”⁴² e vivia servido por “duas pretas estridentes, nuas como a noite”.⁴³ A presença de “meninos ruivos” e de uma “mulher parda”⁴⁴ sugere o início da miscigenação, mas Jackie não é produto desse processo. Os dois aborígines são apresentados numa relação inata com o território, do qual o próprio som dos seus pés descalços confirma o seu domínio.⁴⁵ Aos oito anos, o profundamente hibridizado Pedro Missioneiro já “sabia ler, escrever, fazer contas, e, além do guarani, falava espanhol e podia ler ... em latim” e logo começa a servir como coroinha;⁴⁶ Jackie, por sua vez, não fala nenhuma palavra de inglês e ainda não parece influenciado por crenças exóticas.

Quando Brendan Boyle, dono de Jildra, apresenta os dois aborígines a Voss, o alemão, com um ar de distração, procura estabelecer com eles uma relação paternal,

⁴⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 87.

⁴¹ WHITE, 1994. p. 167.

⁴² WHITE, 1994. p. 166. No original: “had torn the boards off Homer to chock the leg of a table”.

⁴³ WHITE, 1994. p. 167. No original: “a pair of shrieking black women, naked as the night”.

⁴⁴ WHITE, 1994. p. 172. No original: “red-haired boys ... A yellowish woman”.

⁴⁵ WHITE, 1994. p. 169. No original: “Their bare feet made upon the earth only a slight, but very particular sound, which, to the German’s ears, at once established ownership”.

oferecendo objetos que se encontram, por acaso, nos seus bolsos. Dugald recebe um botão que, por algum motivo esquecido, tinha sobrado de uma túnica militar: ele permanece imóvel.⁴⁷ Jackie, por sua vez, fica exageradamente animado e recebe o próximo objeto que sai aleatoriamente do bolso do explorador: uma faca, um canivete que, como se revela mais tarde, tem cabo de osso⁴⁸ e é pequeno o suficiente para ser pendurado no pescoço,⁴⁹ mas grande o suficiente para ser usado para decapitar um homem.⁵⁰ Ao mirar a faca na sua mão, Jackie “treme com uma alegria terrível”,⁵¹ enquanto Voss sofre uma transformação contrária, assumindo a aparência de uma estátua em bronze, como se o explorador recebesse a homenagem do seu público antes mesmo de entrar no deserto.⁵² Essa faca não é descrita em termos de uma beleza física: o seu valor para o jovem é puramente relacional. A relação de Pedro com a figura paternal de Alonzo é uma condição da infância do menino, que cresce dentro de uma cultura da posição H₂ desde o seu nascimento. Jackie, por mais que tenha experimentado contato com o estrangeiro em Jildra, entra definitivamente na rede das relações coloniais somente através da ligação espiritual estabelecida com o alemão, iniciando uma passagem traumática e irreversível da posição 1 para a H₁.

No dia em que aceita matar Voss, Jackie acorda com a sua face esquerda marcada pela faca “sobre a qual ele se deitava”.⁵³ Essa intimidade com o objeto descrito como “triste” e também como “o mais precioso dos seus bens”⁵⁴ lembra a maneira como Pedro Missioneiro “apertava amorosamente o punhal contra o peito”⁵⁵ enquanto conversava com o espírito do

⁴⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 67.

⁴⁷ WHITE, 1994. p. 170.

⁴⁸ WHITE, 1994. p. 394.

⁴⁹ WHITE, 1994. p. 418.

⁵⁰ WHITE, 1994. p. 394.

⁵¹ WHITE, 1994. p. 171. No original: “shivering with awful joy”.

⁵² WHITE, 1994. p. 171. No original: “The numerous creases in his black trousers appeared to have been sculptured for eternity”.

⁵³ WHITE, 1994. p. 394. No original: “His left cheek bore the imprint of a bone-handled clasp-knife given him by Mr. Voss, and upon which he had been lying”.

⁵⁴ WHITE, 1994. p. 394. No original: “this sad possession, certainly his most precious”.

⁵⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 86.

alferes real. A última cena entre Pedro e Alonzo funciona em termos de uma transferência de filiação espiritual e uma apropriação do punhal: o padre se mostra insignificante e pode ser descartado. Na cena final entre Jackie e Voss, o jovem também transfere a sua filiação do colonizador para uma imagem indígena, mas o explorador se mostra enganoso e deve ser sacrificado. Pedro sai da missão (um lugar que ocuparia a posição H₂) para se identificar com a alma do guerreiro Sepé, que “subiu ao céu e virou estrela”,⁵⁶ valorizando assim o elemento indígena da sua cultura e procurando forjar uma posição H₁. Jackie, no momento da penetração do europeu numa região ainda não hibridizada, sente a necessidade de escolher entre a “sua tribo adotiva”⁵⁷ e a personificação do projeto colonizador, entre as posições 1 e 2. Neste caso, é Voss que é identificado com um evento meteorológico: a sua chegada coincide com o aparecimento de um cometa, e os dois eventos são vistos pelos aborígenes daquela região como uma manifestação da Grande Serpente dos seus mitos: quando o cometa desaparece sem maiores revelações, eles se sentem “enganados, pela Serpente e pelo branco”.⁵⁸ É Jackie que deve assassinar o seu padrinho, tanto para merecer a confiança da tribo quanto para “romper a terrível magia que o amarrava, sem piedade e sem fim, aos homens brancos”.⁵⁹

Na verdade, nem Pedro, nem Jackie conseguem estabelecer uma versão do hibridismo pós-colonial em que a influência indígena seria predominante. Depois de toda a sua experiência com Voss, Jackie se torna “a consciência vacilante e inquieta daquela terra vasta em que ele andava sem parar”⁶⁰ Abandona a sua tribo adotiva, e “tribos inteiras de nativos desconhecidos”⁶¹ evitam contato com ele por não querer ouvir as suas “histórias da

⁵⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 87.

⁵⁷ WHITE, 1994. p. 394. No original: “his adoptive tribe”.

⁵⁸ WHITE, 1994. p. 391. No original: “deceived, both by the Snake and by the white man”.

⁵⁹ WHITE, 1994. p. 394. No original: “He must break the terrible magic that bound him remorselessly, endlessly, to the white men”.

⁶⁰ WHITE, 1994. p. 421. No original: “Of the great country through which he travelled constantly, he was the shifting and troubled mind”.

⁶¹ WHITE, 1994. p. 420. No original: “whole tribes of strange natives”.

vida dos espíritos”.⁶² Se ele não pode ser simplesmente indígena, tampouco consegue voltar à sua vida na estância, onde “as crianças de Jildra fugiam dele, gritando”.⁶³ As posições 1 e H₂ são fechadas a ele, e o velho Dugald, a sua última esperança, está caduco: sozinho, o jovem não tem a força para encontrar o que seria a posição H₁. Jackie perde a faca com a qual terminou a vida do seu líder, mas “a ausência do peso físico [...] não acalmou o seu espírito”.⁶⁴ Quando a morte chega, ele não resiste, mas aceita “dissolver-se, finalmente, na terra hospitaleira”.⁶⁵

Pedro, por sua vez, passa para o outro lado de uma fronteira entre dois complexos coloniais – um de língua espanhola e o outro de língua portuguesa –, mas também não encontra uma posição H₁ e acaba aceitando a sua morte com uma certa tranquilidade. Dos seus três pólos de origem – vicentista, indígena e missioneiro –, somente dois são perceptíveis pelos seus anfitriões. Visualmente, ele é identificado como índio, embora não como “índio puro”,⁶⁶ enquanto a sua cultura missioneira, a sua “língua misturada”⁶⁷ e o seu uso de um lenço vermelho, “bem como os castelhanos”,⁶⁸ ocultam a sua ascendência portuguesa pelo lado paterno. Ninguém imagina que o seu pai tropeiro podia ter sido parente da família Terra, e ele não é bem-vindo naquela cultura da posição H₂: a pressuposição é que “índio é bicho traiçoeiro”,⁶⁹ e a primeira reação ao ver o seu punhal de prata é “onde será que o índio roubou isso?”.⁷⁰ Com o tempo, os Terra reconhecem que o mestiço é, ao mesmo tempo, parecido com eles (europeizado, portanto civilizado) e diferente (indígena, portanto selvagem), e os últimos três movimentos da arma mostram uma oscilação entre essas duas identidades. Nessas

⁶² WHITE, 1994. p. 421. No original: “he recounted to their unwilling ears tales of the spirit life”.

⁶³ WHITE, 1994. p. 420. No original: “The children of Jildra ran screaming from him”.

⁶⁴ WHITE, 1994. p. 419. No original: “The absence of the knife’s physical weight did not relieve his spirit, however”.

⁶⁵ WHITE, 1994. p. 427. No original: “The boy had not attempted to resist. He lay down, and was persuaded to melt at last into the accommodating earth”.

⁶⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 110.

⁶⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 121.

⁶⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 115.

⁶⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 115.

páginas, o punhal, a flauta e o pênis passam a representar a paternidade física e a filiação cultural.

Primeiro, ao tocar música para a família, Pedro se mostra civilizado, portanto confiável e até atraente: de Maneco, ele conquista o direito de portar o punhal; com Ana, cria uma ligação emocional. Segundo, alguns meses depois, quando não é só “a flauta do índio” que está “falando por ela”,⁷¹ a moça descobre que está grávida; gostaria de continuar a sua vida com Pedro longe da estância e da sua família, “em qualquer lugar”,⁷² mas ele, tão visionário quanto Jackie, já prevê a sua morte e não aceita fugir. Não existe, afinal, lugar para ele: híbrido demais para ser simplesmente índio (posição 1), índio demais para ser genro de Maneco Terra (posição H₂), e solitário demais para fundar uma cultura própria da posição H₁. As suas últimas palavras são “rosa mística”:⁷³ a mãe de Jesus representa a mãe que ele nunca conheceu e, agora, a mulher que será a mãe de um filho que ele não conhecerá. O seu último ato é o de passar para Ana o punhal que vai acompanhar a sua prole ao longo das gerações.

Morto e enterrado pelos homens que não queriam ser os seus cunhados, “nunca mais o nome de Pedro foi pronunciado naquela estância”.⁷⁴ Na realidade, ninguém mais fala do homem, mas o seu nome é passado ao filho, completando uma seqüência de sobrenomes que parecem representar a aristocracia, o clero e o povo: Pedro Palacio, Pedro Missioneiro e, por último, Pedro Terra. Visualmente também, o mestiço assassinado não se apaga, mas permanece nos “olhos meio oblíquos” do menino, e no “mesmo corte de boca”.⁷⁵ Finalmente, aos onze anos, o filho pede informações sobre o pai, mas recebe somente meias verdades. Na ausência de uma figura paterna, o menino assume o punhal como um aspecto da sua

⁷⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 111.

⁷¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 119.

⁷² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 138.

⁷³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 138.

⁷⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 143.

⁷⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 153.

identidade, e logo mostra mais uma semelhança com o Missioneiro, usando a arma para fazer desenhos, improvisando a arte, fechando o círculo entre paternidade física e filiação cultural.

Jackie perde a sua faca e morre, integrando-se à mãe terra. Pedro também morre, mas o seu punhal passa adiante, junto com a sua identidade genética, para o filho, o neto, o bisneto: os descendentes de Ana Terra.

2.4 O POVO ANTIGO DESSA TERRA NOVA

Desde o primeiro momento da colonização, há contato entre os indígenas da posição 1 e os colonizadores da posição 2, cuja sociedade evolui imperceptivelmente para uma posição H_2 . Entre os elementos culturais herdados por essa nova sociedade, junto com os seus jeitos de falar, de agir e de crer, estão as imagens dos primeiros povos e as suas relações com eles. Em *O Continente*, essas relações podem ser analisadas em termos de três contextos, separados mais no tempo que no espaço: primeiro, nas missões, onde os povos indígenas têm um papel considerável, apesar da dominação dos padres jesuítas; segundo, na relação de Pedro Missioneiro e Ana Terra, onde acontece uma miscigenação; e, finalmente, na cidade de Santa Fé, onde a única presença indígena é a miscigenada. Três contextos existem também em *Voss*, separados mais no espaço que no tempo: na cidade de Sydney, com a sua parca presença indígena; na estância Jildra, onde as culturas do colonizador e do indígena entram em contato; e no interior não-colonizado do continente, onde a única sociedade é a aborígine. Invertendo o eixo temporal de *O Continente* para dar o devido destaque à moldura urbana de “O Sobrado”, os três contextos indígenas nos dois romances se revelam equivalentes, e podem ser caracterizados como: *a cidade*, representando os valores que centram os dois romances (Santa Fé e Sydney), *o lugar de miscigenação* (as estâncias de Maneco Terra e de Brendan Boyle) e *a não-cidade*, onde os indígenas têm um papel mais destacado (a redução de São Miguel e o deserto australiano).

Se as duas cidades representam sociedades da posição H_2 , os outros contextos mostram diferenças importantes, por causa da natureza diversa das duas fronteiras coloniais. *O Continente* apresenta uma fronteira entre as colônias de Portugal e da Espanha, enquanto a fronteira em *Voss* fica entre uma colônia e uma não-colônia. Analisadas em si, as missões jesuíticas se identificariam com a posição H_2 , mas o livro privilegia o lado luso da fronteira, deslocando a sociedade missioneira à posição H_2V , dentro de um complexo colonial vizinho.

As grandes diferenças nas experiências indígenas nos dois lados dessa fronteira exemplificam o fato de que as culturas da posição H₂ não seguem sempre um padrão único. Os aborígenes do deserto australiano, por outro lado, ocupariam a posição 1, já que o seu primeiro contato com a cultura ocidental acontece com a própria expedição. Os contextos caracterizados como o lugar da miscigenação também representam posições diversas. No caso de *O Continente*, esse contexto é essencialmente uma relação pessoal, em que Ana Terra e Pedro Missioneiro incorporam o contato entre as posições H₂ e H₂V, criando uma miscigenação que se incorpora numa única pessoa: o filho Pedro Terra. Em contraste, Jildra é um lugar físico, representando uma fronteira geográfica onde duas culturas, das posições H₂ e 1, estão se encontrando e se mesclando.

Entre a cidade de Santa Fé e os povos indígenas, há pouca convivência: o que se verifica, do ponto de vista da posição H₂, é uma presença miscigenada e o perigo de ataques cometidos pelos índios que sobrevivem no mesmo espaço da colônia, mas fora da sua sociedade e das suas leis. Juvenal Terra exemplifica essa separação entre a herança genética indígena e a identificação cultural: descrito fisicamente como “um tipo indiático”,¹ ele rejeita qualquer ligação com o comportamento do “índio vadio” que não faz nada além de “ficar numa venda conversando à toa”.² A infidelidade do capitão Rodrigo é identificada com “uma velha índia”, presumivelmente do Paraguai, que prostitui a sua neta:³ anos mais tarde, a viúva Bibiana ainda identifica os paraguaios como “índios bandidos”.⁴ O *Almanaque*, publicado em 1853 pelo juiz maranhense Nepomuceno Garcia de Mascarenhas, oferece uma visão de fora do Rio Grande do Sul, e nota uma influência indígena em somente dois pontos. No nível individual, ainda sobrevive o centenário Cacique Fongue que nascera “na redução de Santo

¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 210.

² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 216.

³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 315.

⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 245.

Ângelo”,⁵ mas não há sinal de um povo do qual seria chefe. No nível cultural, existe um curandeiro que diz ter aprendido as suas práticas medicinais “dos índios coroados, dos quais parece ser descendente”,⁶ mas Zé das Pílulas não reivindica nem nome, nem identidade indígena.

Em *Voss*, não existem sinais da miscigenação nem em Sydney, nem naquelas estâncias que não ficam na fronteira, e a presença indígena surge dentro da sociedade colonial somente no porto, no momento da partida da expedição. As duas mulheres aborígenes que estão sentadas no chão perto do cais parecem existir numa outra dimensão, sem entrar em contato com a realidade que as cerca, como se não reconhecessem a sua jurisdição.⁷ Vestem-se pobremente, mas mantêm um silêncio que exige um certo respeito, enquanto assam peixes que elas mesmas pescaram. Quando a jovem Belle Bonner, filha do patrocinador da expedição, é obrigada a abandonar o lugar antes de ver o barco zarpar, ela contrasta a sua situação com a liberdade dessas mulheres.⁸ Longe de serem vistas com desprezo, então, o único comentário que se faz a respeito delas é positivo, como se existissem na história somente para representar uma liberdade não disponível às filhas dos colonizadores.

A visão típica das cidades de Santa Fé e Sydney é a de que os indígenas representam um perigo, com uma diferença importante: os aborígenes temíveis são um perigo imaginado, a uma distância considerável de Sydney, não somente localizados no interior do continente, mas identificados com ele, enquanto os índios “ferozes”⁹ são um perigo real e podem estar muito perto de Santa Fé, vivendo escondidos nos interstícios da colonização. Sem nenhuma experiência da vida fora de Sydney, Belle Bonner repete uma impressão comum do interior

⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 16.

⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 17.

⁷ WHITE, 1994. p. 99. No original: “Two aboriginal women, dressed in the poorest shifts of clothing, but the most distinguished silence, were seated on the dirt beside the wharf, broiling on a fire of coals the fish that they had caught”.

⁸ WHITE, 1994. p. 115. No original: “I wish I was free ... like that black woman. I would stay and wait for the wind”.

como sendo cheio de “muitos pretos, e desertos, e rochas, e esqueletos, dizem, de homens que morreram”.¹⁰ Outro representante da sociedade urbana, Pringle, rejeita a possibilidade de um verdadeiro paraíso no interior e afirma que Voss encontrará “uns poucos homens pretos, algumas moscas, e algo parecido com o fundo do mar”.¹¹ Nos dois casos, o contraste é estabelecido entre a vida civilizada e o conjunto aborígine-deserto. Essa visão permanece dois anos depois do desaparecimento da expedição: embora haja a teoria de que “descobriram um paraíso em algum lugar no meio do Continente e não agüentam voltar”,¹² a posição mais comum é representada – na sua forma mais extrema – pela menina que acredita que “o alemão foi comido por pretos”.¹³ A única opinião positiva sobre os aborígenes que se expressa em Sydney é a de Judd, que diz ter sobrevivido vinte anos com “uma tribo de aborígenes”,¹⁴ mas ele é visto como um “homem branco selvagem”,¹⁵ e nem todo mundo consegue acreditar na sua história.

A sensação de perigo é diferente em Santa Fé, fundada “à beira duma estrada antiga, por onde em outros tempos passavam os índios missioneiros”.¹⁶ Quando Ana Terra lembra dos eventos importantes da sua vida na vila, os positivos são os momentos marcantes no crescimento do filho, e os negativos todos envolvem índios: um coroado que ela mata quando esse se aproxima do filho Pedro, o vizinho Marciano Bezerra “branco como papel” depois de ser “frechado por um bugre”, e a conseqüente “caça dos índios”,¹⁷ liderada pelo coronel

⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 193.

¹⁰ WHITE, 1994. p. 28. No original: “a lot of blacks, and deserts, and rocks, and skeletons, they say, of men that have died”.

¹¹ WHITE, 1994. p. 62. No original: “There may, in fact, be a veritable paradise adorning the interior. Nobody can say. But I am inclined to believe, Mr Voss, that you will discover a few black-fellers, and a few flies, and something resembling the bottom of the sea”.

¹² WHITE, 1994. p. 400. No original: “they have discovered a paradise somewhere in the middle of the Continent, and cannot bear to return”.

¹³ WHITE, 1994. p. 398. No original: “the German was eaten by blacks”.

¹⁴ WHITE, 1994. p. 436. No original: “professed to have been living all those years with a tribe of aboriginals”.

¹⁵ WHITE, 1994. p. 436. No original: “the wild white man”.

¹⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 168.

¹⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 176.

Ricardo Amaral, que talvez tenha matado o guerreiro indígena Sepé Tiaraju.¹⁸ Na colônia de São Leopoldo, exemplo da mesma posição H₂ que Santa Fé, onze colonos são mortos por índios num único dia.

Nos dois romances, apesar dos padrões muito diversos de convivência entre os povos, existe a mesma tendência de ver o indígena como parte de uma natureza selvagem. Em *O Continente*, por exemplo, três colonos são mortos por “um cedro”, “uma cobra” e “um índio”,¹⁹ enquanto Voss, na segunda carta para Laura, se nega a descrever os meros fatos de “cada árvore, cada ave, cada nativo encontrado”.²⁰ Não parece coincidência que o explorador alemão na Austrália reproduza exatamente a mesma ordem natural percebida pelo colono alemão no Rio Grande do Sul: as plantas, os animais não-mamíferos, e os homens indígenas.

O lugar de miscigenação em *O Continente* é o rancho de Maneco Terra e, mais especificamente, a relação entre a sua filha Ana e o mestiço Pedro Missioneiro. Pedro representa a cultura missioneira, da posição H₂V, mas é visto pela família Terra principalmente como indígena, que quer dizer algo menos que humano. No dia em que o futuro marido aparece na sua vida, Ana está lavando roupa na sanga e percebe que não está só. As primeiras duas possibilidades que passam pela cabeça são que “podia ser um bicho, mas podia também ser uma pessoa”,²¹ mas logo percebe uma terceira, pior que as outras: “e se fosse um índio?”. É com essa percepção que ela quase chega a gritar. Sem se dar o trabalho de resolver essa questão de categorização, Ana corre na direção da casa e anuncia o aparecimento de “um homem”.²² Maneco Terra, por outro lado, se refere ao mestiço simplesmente como “este animal”,²³ e essa identificação continua, especialmente quando

¹⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 169.

¹⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 193.

²⁰ WHITE, 1994. p. 217. No original: “every tree, every bird, every native encountered”.

²¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 106.

²² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 107.

²³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 110.

Pedro consegue domar um potro “como se ele conhecesse a língua do cavalo”.²⁴ Ironicamente, o Missioneiro doma a família Terra com a sua flauta,²⁵ “desarmando-os espiritual e fisicamente e conquistando-lhes a confiança e a simpatia”,²⁶ exatamente com os jesuítas fizeram com os guaranis.

Para Ana, virgem de vinte e cinco anos,²⁷ a etnia do forasteiro se confunde com o seu gênero: ela vê na própria casa um rosto “dum bonito que chamava a atenção” e um “torso nu e musculoso”, e reage “como se tivesse enxergado alguma parte secreta e vergonhosa do corpo daquele homem”.²⁸ Daqui em diante, as suas impressões do homem-animal são cada vez mais sexuais, misturando desejo com nojo: Pedro é como uma cobra, e o seu cheiro é diferente dos homens da família;²⁹ a moça pensa em “cadelas em cio” e “touro cobrindo vacas”.³⁰ Finalmente, ele é “quase invisível ... como certos bichos que tomam a cor do lugar onde estão”,³¹ e, no momento de consumir a atração, a sua mão anda no corpo feminino “como uma grande aranha-caranguejeira”.³² Mesmo depois de morto, Pedro é enterrado “como um cachorro pesteadado”,³³ e D. Henriqueta pergunta se o filho dele vai nascer “na rua ou numa estrebaria, como um animal”.³⁴

Se o número de tipos indiáticos em Santa Fé é uma medida confiável, a miscigenação deveria ser uma atividade bastante comum, mas quando é um homem indígena com a filha de colonos, o ato é punido com a morte, e a moça fica manchada. No dia em que Maneco Terra compra três escravos, seu filho Antônio acusa a irmã Ana de desejos que acha desnaturais,

²⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 116.

²⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 119.

²⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 59.

²⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 102.

²⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 109.

²⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 117.

³⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 127.

³¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 134.

³² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 135.

³³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 141.

³⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 142.

dizendo que “vai dormir também com um desses negros”.³⁵ É somente depois desse insulto, em que ela é rebaixada a um nível que a família percebe como bestial, que ela chama os irmãos de assassinos, termo que não se usaria para quem mata um bicho. Com essa reação, Ana explicita pela primeira vez a plena humanidade do seu amor por Pedro.

Em *Voss*, o lugar de miscigenação é Jildra, a estância de Brendan Boyle. Em vez de um único homem indígena e uma família de colonos, como no caso de Pedro e os Terra, Boyle parece ser um único colonizador convivendo com um grupo não especificado de aborígenes. Qualquer que seja a organização familiar ou social desses indígenas e apesar da sua maioria numérica, Jildra representa a posição H₂, porque se centra em princípios que são do projeto colonizador, e não da cultura indígena: homens trabalham como pastores,³⁶ mulheres servem numa casa permanente,³⁷ e esses serviços são indispensáveis.³⁸ Em contraste à visão colonizadora de Maneco Terra, as instruções de Boyle aos guias Dugald e Jackie sugerem uma necessidade de imaginar um futuro em conjunto, em que a expedição de Voss vai “achar terra nova e fazer bem para todo mundo, preto e branco”.³⁹ Enquanto a família Terra não tem a menor intenção de aprender um idioma indígena, e detesta até o “português misturado com espanhol” que Pedro usa,⁴⁰ Boyle se comunica com os aborígenes não somente em um inglês quebrado e berrado,⁴¹ mas com “algumas frases na sua própria língua”.⁴² Seria um engano, porém, acreditar que o irlandês tratasse os aborígenes como iguais: avisa que os guias não são nem infalíveis, nem realmente confiáveis, e que, “como todos os aborígenes, vão vagar com o vento, ou virar lagartixas quando ficarem aborrecidos com suas formas

³⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 146.

³⁶ WHITE, 1994. p. 173.

³⁷ WHITE, 1994. p. 167.

³⁸ WHITE, 1994. p. 172. No original: “a man could not do without them”.

³⁹ WHITE, 1994. p. 170. No original: “find new country, do good all of us, black and white feller”.

⁴⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 113.

⁴¹ WHITE, 1994. p. 169. No original: “if he raised his voice to a bellow, it was only because he was addressing blacks”.

⁴² WHITE, 1994. p. 170. No original: “a few phrases of their own tongue”.

atuais”.⁴³ Num outro momento, uma mulher parda amamenta um cachorrinho:⁴⁴ bem como em *O Continente*, existe uma certa identificação do indígena com o natural e o animal.

A diferença mais importante entre esse aspecto dos romances é nas relações pessoais em que a miscigenação acontece. O amor entre Ana e Pedro é intenso e lírico no nível individual, mas rigorosamente punido no nível social, enquanto o contato sexual entre Boyle e as suas mulheres é tratado mais indiretamente e com desdém. Em parte, essa reticência é um elemento estilístico: Peter Wolfe reconhece que *Voss* é um romance em que White “conseguiu o avanço de combinar uma ambientação vitoriana com um linguajar vitoriano”.⁴⁵ No final de um parágrafo que descreve a casa e o seu dono, enfatizando o que parece ser uma rejeição consciente de valores como a beleza e a limpeza, o narrador menciona as “mulheres pretas que satisfaziam as necessidades cruas de Brendan Boyle”:⁴⁶ presumivelmente a comida e o sexo. Logo depois dessa primeira sugestão de uma vida erótica em Jildra, duas mulheres pretas e nuas trazem uma janta – um pedaço de charque e algumas batatas frias –,⁴⁷ e mais tarde, quando todo mundo está a dormir, a cama de Boyle “parecia estar cheia de risos”.⁴⁸ Pedro Missioneiro é representado como plenamente humano, apesar das opiniões dos Terra, mas as parceiras em Jildra não: não se sabe se os risos e a janta são fornecidos pelas mesmas mulheres, porque nenhuma delas recebe um nome. Voss, por sua parte, vê a miscigenação com o mesmo nojo expressado por Antônio Terra, descrevendo a estância de Boyle em termos dos “prazeres esquálidos de corpos pretos”.⁴⁹

⁴³ WHITE, 1994. p. 169. No original: “I cannot recommend these blacks as infallible guides and reliable companions ... Like all aboriginals they will blow with the wind, or turn into lizards when they are bored with their existing shapes”.

⁴⁴ WHITE, 1994. p. 172. No original: “A yellowish woman, of spreading breasts, sat giving suck to a puppy”.

⁴⁵ WOLFE, Peter. *Laden choirs: the fiction of Patrick White*. Lexington: University of Kentucky, 1983. p. 106. No original: “*Voss* made the breakthrough of matching a Victorian setting to a Victorian idiom”.

⁴⁶ WHITE, 1994. p. 166. No original: “those black women who satisfied the crude requirements of Brendan Boyle”.

⁴⁷ WHITE, 1994. p. 167. No original: “a lump of salt beef and some cold potatoes, which a pair of shrieking black women, naked as the night, had set on the table’s edge”.

⁴⁸ WHITE, 1994. p. 168. No original: “His bed, it seemed, was full of giggles”.

⁴⁹ WHITE, 1994. p. 175. No original: “the squalid pleasures of black flesh”.

A presença na estância de “meninos ruivos”⁵⁰ sugere que tais prazeres tinham sido experimentados por algum tempo, mas os dez anos que Boyle passara naquela região são insuficientes para explicar a imagem de uma “mulher parda” que se apertava contra o seu corpo “no outro lado do sono”.⁵¹ Assim como no caso dos tipos indiáticos em Santa Fé, existem sinais do início de uma presença miscigenada na colônia de New South Wales.

Nenhuma personagem indígena feminina se representa nos dois romances: nenhuma índia fala, nenhuma aborígine tem nome. Há, de fato, não mais que quatro personagens identificáveis como indígenas nesses livros: Pedro Missioneiro e Sepé Tiaraju em *O Continente*, e Jackie e Dugald em *Voss*. Como discutido no contexto do punhal e da faca, os dois jovens buscam um futuro que não se encontra. Os dois velhos, por outro lado, procuram defender um passado que está ameaçado: a cultura da posição 1, no caso de Dugald, e o projeto colonial jesuíta, no caso de Sepé. O alferes real da redução de São Miguel é geneticamente indígena, mas culturalmente hibridizado. Identificado pelo jovem Pedro com “o arcanjo são Miguel”,⁵² ele é visualizado “nos dias de procissão todo metido no seu uniforme de guerreiro de Espanha”.⁵³ Qualquer que seja a força do seu corpo e da sua personalidade, a posição de corregedor depende diretamente da aceitação dos valores ensinados pelos padres. O próprio conceito da posse da terra não surge de uma relação autóctone, e sim de um cristianismo europeu, sendo baseado na crença que “Deus e são Miguel haviam dado aquelas terras aos índios”.⁵⁴ a cultura plenamente indígena já não existe mais. Na entrevista com o capitão-general Gomes Freire, o guerreiro guarani pergunta para o intérprete português, “pensas acaso que estou na terra dele e não na minha?”,⁵⁵ mas essa rejeição da autoridade do general não representa uma América indígena se defendendo contra

⁵⁰ WHITE, 1994, p. 172. No original: “red-haired boys”.

⁵¹ WHITE, 1994, p. 177. No original: “He remembered how the yellow woman had flattened her belly against him the other side of sleep”.

⁵² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004, p. 84.

⁵³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004, p. 72.

uma invasão européia, e sim a resistência de um projeto colonial à imposição de outro. No fundo, é a mesma resposta que um soldado britânico receberia de um quebequense em Montreal ou de um bôer no interior da África do Sul.

Na pessoa de Dugald, a Austrália indígena rejeita um ato de colonização, representado não por um exército, mas pela vontade megalomaniaca de um indivíduo e de meia dúzia de seguidores ambivalentes. Essa rejeição não se dá por meio de um conflito armado, mas pela simples desistência da expedição. A imposição de valores, tão exitosa no caso de Sepé, permanece no plano dos sonhos de Voss. No dia da partida de Jildra, o alemão sente-se “fortalecido pela visão de espaço ininterrupto” e à vontade com os dois aborígenes, que conceitua com “os seus súditos leais”,⁵⁶ mas Dugald não se rende à visão colonial: fica tímido perante a “ausência do esperado” nas palavras do explorador, e se sente “perdido entre vários mundos”.⁵⁷ Um desses mundos seria a própria expedição, da posição 2, e outro seria Jildra, pelo menos aqueles elementos que caberiam na posição 1, mas é difícil especular além desse ponto, porque as personagens aborígenes não têm acesso pleno à linguagem da narrativa, nem a narrativa à linguagem deles. Em “A fonte”, Sepé e Pedro falam um espanhol perfeito, representado no texto por um português perfeito; em “Ana Terra”, Pedro se comunica com os falantes de português numa linguagem mista, porém inteiramente inteligível. A narrativa de Verissimo representa o pensamento e a fala dos índios hibridizados com clareza; White revela a interioridade dos aborígenes somente através de uma perspectiva ocidental, limitando-se à mimetização daquela comunicação pouco mais que monossilábica à qual os colonizadores têm acesso. A “ausência do esperado” na fala de Voss, portanto,

⁵⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 78.

⁵⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 84.

⁵⁶ WHITE, 1994. p. 189. No original: “strengthened by his vision of uninterrupted space”; “his loyal subjects”.

⁵⁷ WHITE, 1994. p. 189. No original: “there was a certain absence of the expected in the white man’s words which made him shy”; “Dugald ... was lost between several worlds”.

representa três fatores: os pensamentos incomuns do explorador, o seu inglês idiossincrático e misturado com alemão, e o inglês limitado do ouvinte indígena.

Mais tarde, naquele mesmo dia, Jackie mata uma lagartixa, que pretende comer. Quando Voss pergunta se é boa comida, Dugald ri da possibilidade de um homem branco comer o que pertence à realidade indígena.⁵⁸ Quando a expedição encontra o primeiro bando de aborígenes, Dugald se recusa a conversar com os estranhos, limitando-se a uma linguagem “de grande formalidade e frieza”,⁵⁹ mas as complexidades da sociedade indígena permanecem incompreendidas pelo colonizador. Voss não reconhece o que é claramente uma distinção importante entre esses aborígenes e os dois guias, querendo tratar todos como se fossem iguais. Com a passagem do tempo e do espaço, Dugald se desliga cada vez mais da expedição e do seu líder.

Finalmente, atormentado pelos “espíritos hostis de lugares desconhecidos,”⁶⁰ o velho insiste em voltar à estância, dizendo que não quer morrer no deserto: é a primeira crítica aberta ao comportamento de Voss. Na viagem de volta, Dugald sabe encontrar água e comida naquele terreno pouco propício do ponto de vista ocidental. O cavalo morre, mas o homem continua, encontrando “terra boa, de pasto e água”,⁶¹ e um lago onde mulheres estão colhendo raízes: são da tribo dele, e ele é reconhecido, não como um velho que fracassou numa expedição, mas como “um homem cheio daquela sabedoria e dignidade derivada de viagens grandes e importantes”.⁶² Dugald está com cartas de Voss para Laura e Bonner, e explica aos outros que esses papéis contêm “os pensamentos dos quais os brancos querem se livrar”:⁶³ os aborígenes rasgam e espalham os pensamentos negativos do europeu e seguem para o norte,

⁵⁸ WHITE, 1994. p. 190.

⁵⁹ WHITE, 1994. p. 191. No original: “tentative language, of great formality and coldness”.

⁶⁰ WHITE, 1994. p. 214. No original: “The hostile spirits of unfamiliar places were tormenting him”.

⁶¹ WHITE, 1994. p. 219. No original: “good country of grass and water”.

⁶² WHITE, 1994. p. 219. No original: “a man full of the wisdom and dignity that is derived from long and important journeys”.

⁶³ WHITE, 1994. p. 220. No original: “These papers contained the thoughts of which the whites wished to be rid”.

onde a sua memória cultural anuncia comida farta naquela época do ano. Rejeitando o futuro colonial e as suas hibridizações, são “plenamente absorvidos pelo presente”.⁶⁴

É no último contexto, o da não-cidade, em que esses romances representam culturas com maior influência indígena, embora sob a ótica de dois projetos de dominação espiritual. Em *Voss*, fica evidente a existência de várias tribos de aborígenes no deserto australiano, mas não se reconhecem diferenças entre as suas culturas. Para o explorador, todos os indígenas são “súditos do seu novo reinado”,⁶⁵ que pertence a ele “por direito de visão”.⁶⁶ Em *O Continente*, apesar de serem citados os “minuanos, tapes, charruas, guenoas, arachanes, caaguás, guaranis e guaraná”,⁶⁷ a única cultura minimamente indígena que se retrata é a das missões jesuíticas. Nesse regime colonial, os índios recebem um tratamento menos violento que nas colônias portuguesas, mas a sua cultura é apagada e a vida é completamente moldada pelos padres, até o ponto de “arranjar e apressar o casamento” de adolescentes.⁶⁸ Para os padres, os índios não catequizados “vegetavam na ignorância”, e o feito mais maravilhoso era “transformar-se um índio pagão num cristão”.⁶⁹ O dinheiro que resulta do trabalho desses cristãos é usado para pagar impostos ao rei da Espanha e para enriquecer a igreja em Roma,⁷⁰ e os jesuítas, além de viver do esforço dos outros, também aceitam enviar escravos para trabalhar “na construção de edifícios públicos” em Buenos Aires, sabendo que vão receber um “tratamento pouco humano”.⁷¹

White começou a planejar o seu romance no deserto africano durante a Segunda Guerra Mundial, quando “todas as nossas vidas estavam dominadas por aquele alemão

⁶⁴ WHITE, 1994. p. 220. No original: “the present absorbed them utterly”.

⁶⁵ WHITE, 1994. p. 191. No original: “subjects of his new kingdom”.

⁶⁶ WHITE, 1994. p. 29. No original: “it is his by right of vision”.

⁶⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 92.

⁶⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 62.

⁶⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 65.

⁷⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 56.

⁷¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 63.

megalomaníaco maior”.⁷² Felizmente, o projeto do explorador permanece no nível de um delírio individual. A visão comunitária do padre Alonzo, porém, sugere um outro totalitarismo, ainda vigente no final da década de 1940: em uma narrativa escrita em pleno stalinismo, Alonzo prega o que Maria da Glória Bordini chama de “o comunismo idílico das reduções”.⁷³ Em nome de Deus, o jesuíta sonha com uma “ditadura justa mas inexorável”, em que seria preciso “exercer uma censura feroz em todos os setores da vida” para poder garantir a submissão total, e onde “o fim era bom”, portanto “todos os meios ... seriam necessariamente lícitos”.⁷⁴ Neste Continente de guerras, revoluções e violências arbitrárias, os padres são apresentados como a fonte de todos aqueles que acreditam que os fins justifiquem os meios.

Em *Voss*, por outro lado, as várias personagens revelam opiniões diferentes sobre os aborígenes. Para Angus, Robarts, Turner e Judd, são “imundos”⁷⁵ e “bárbaros”,⁷⁶ e “não se deve nunca confiar neles”.⁷⁷ Palfreyman afirma amá-los “como ama toda a humanidade,⁷⁸ mas no momento daquela afirmação são os pagãos, não o cristão, que se comportam de modo “superior, quase divino”.⁷⁹ Somente Voss e Le Mesurier, os dois videntes da expedição, procuram ver nos aborígenes algo positivo em si. Quando Le Mesurier aceita que “ainda não os entendemos”,⁸⁰ o narrador reconhece as dúvidas do jovem como um caminho à sabedoria, e afirma que os indígenas atingem “nobreza na tranqüilidade da sua concentração”.⁸¹ Voss, por sua vez, é capaz de responder ao canto de um aborígene, chamando-o de “poeta”, mas não

⁷² MARR, 1991. p. 223. No original: “all our lives were dominated by that greater German megalomaniac”.

⁷³ BORDINI, Maria da Glória. *O Continente: um romance de formação? Pós colonialismo e identidade política*. In: _____; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 84.

⁷⁴ VERISSIMO, *O continente I*, 2004. p. 66.

⁷⁵ WHITE, 1994. p. 204. No original: “filthy”.

⁷⁶ WHITE, 1994. p. 378. No original: “heathen”.

⁷⁷ WHITE, 1994. p. 284. No original: “In no circumstances are they to be relied upon”.

⁷⁸ WHITE, 1994. p. 342. No original: “he could honestly say that he did love all men”.

⁷⁹ WHITE, 1994. p. 341. No original: “of superior, almost godlike mien”.

⁸⁰ WHITE, 1994. p. 204. No original: “We do not understand them yet”.

⁸¹ WHITE, 1994. p. 204. No original: “Some of the men grew noble in the stillness of their concentration”.

reconhece a autonomia espiritual do indígena, nem a sua própria incapacidade de “se comunicar intuitivamente com esses súditos pretos”.⁸² Os jesuítas no pampa usavam a música e “a força simbólica da catequese” para conquistar os índios,⁸³ mas Voss imagina que a sua mera presença vá inspirar lealdade e deixá-lo “reinar sobre eles com uma simpatia além das palavras”.⁸⁴

Quando esse projeto de colonização espiritual não encontra sucesso, o alemão rapidamente conclui que os aborígenes são primitivos demais para entender, parados “num estágio em que somente são capazes de apreciar objetos materiais”.⁸⁵ Alonzo oferece um julgamento parecido dos índios, dizendo que “o povo não estava ainda esclarecido, não sabia o que lhes convinha”.⁸⁶ Visto como ingênuo por acreditar literalmente nos versículos bíblicos,⁸⁷ o índio é dotado de “ricas reservas mentais”⁸⁸ e uma imaginação que mal consegue “separar o mundo real do mundo de sua fantasia”.⁸⁹ Do ponto de vista jesuíta, porém, a “natureza verdadeira” do indígena se revela somente no momento de defender a redução contra as forças ibéricas, quando os súditos intoxicavam-se com “as possibilidades de violência”⁹⁰ e “não mais obedeciam aos padres”.⁹¹

Das culturas indígenas, quase nada sobrevive aos efeitos da experiência missioneira em *O Continente*. No deserto australiano onde os exploradores se destroem, os aborígenes vivem tranqüilamente, “ocupados com as suas atividades diurnas, caçando, procurando inhames, arrumando redes e fazendo visitas”,⁹² mas os índios na redução não mantêm

⁸² WHITE, 1994. p. 334. No original: “he must communicate intuitively with these black subjects”.

⁸³ BORDINI, *O Continente: um romance de formação?* 2004. p. 84.

⁸⁴ WHITE, 1994. p. 334. No original: “rule them with a sympathy that was above words”.

⁸⁵ WHITE, 1994. p. 205. No original: “They are at that stage when they can only appreciate material things”.

⁸⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 66.

⁸⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 54.

⁸⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 82.

⁸⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 50.

⁹⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 79.

⁹¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 78

⁹² WHITE, 1994. p. 380. No original: “engaged in their various daylight pursuits, of hunting, digging for yams, mending nets, and paying visits”.

nenhuma relação profunda com a sua terra. Em vez de ensinar os colonizadores sobre as plantas e animais nativos, os indígenas são representados como passivos e ignorantes, e é o próprio padre Alonzo que tem que “levá-los em excursões pelos campos”.⁹³ Como indicado anteriormente, o domínio ancestral de Jackie e Dugald sobre a sua terra confirma-se pelo próprio som dos seus pés descalços,⁹⁴ enquanto Sepé Tiaraju aceita que os índios possuem os seus campos somente através da intervenção de um deus estrangeiro, trazido pelos padres.⁹⁵

A arte e a religião indígenas também foram esmagadas pela colonização jesuíta, junto com a própria auto-imagem dos índios. Vários escultores na missão dão “os seus próprios característicos fisionômicos” às peças, mas somente um, Francisco, é visto como “um escultor consumado”, porque o seu trabalho lembra “certas imagens do século XI que Alonzo vira em igrejas da Europa”.⁹⁶ Os músicos indígenas tocam “composições difíceis, e até trechos de ópera italiana”,⁹⁷ mas o seu trabalho é imitativo, já que não conseguem improvisar, nem compor.⁹⁸ Todos os elementos da “bela civilização” que o padre descreve numa carta à família são importados,⁹⁹ e até o Deus das reduções é imaginado como europeu pelos indígenas: “um homem grande, branco, de barbas compridas”.¹⁰⁰ O momento de rebeldia dos índios contra a submissão se revela na substituição dos hinos cristãos “pelos cantos tribais de guerra”:¹⁰¹ Deus e São Miguel não ajudam na defesa das terras que teriam dado aos guaranis, e o pouco que sobrou da cultura indígena não basta.

O contraste com a situação retratada em *Voss* se ilustra mais claramente num episódio em que os exploradores acampam numa caverna durante um período de chuva. Voss

⁹³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 63.

⁹⁴ WHITE, 1994. p. 169. No original: “Their bare feet made upon the earth only a slight, but very particular sound, which, to the German’s ears, at once established ownership”.

⁹⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 78.

⁹⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 55.

⁹⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 58.

⁹⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 70.

⁹⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 56.

¹⁰⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 50.

é o primeiro a espiar os desenhos indígenas nas paredes da caverna, e pergunta a Jackie o seu significado. Apesar de estar nas terras de um outro povo, o jovem explica a imagem da Serpente, pai de todos os aborígenes, e os espíritos dos homens mortos, que estão por toda parte. Voss entende, absorvendo-se na visão indígena do mundo ao ponto de querer, secretamente, “acrescentar a sua contribuição aos desenhos na rocha”.¹⁰² “A simplicidade e a veracidade dos símbolos”¹⁰³ exercem o seu poder sobre todos os integrantes da expedição: o simples Harry Robarts “entendeu imediatamente o que os desenhos pretendiam comunicar”,¹⁰⁴ enquanto Le Mesurier, febril, passa a noite “lutando com a grande serpente, seu Rei”.¹⁰⁵ A arte e a religião indígenas, quase completamente substituídas pela cultura ocidental no fim de um ciclo colonial em *O Continente*, estão fortemente presentes em *Voss*, num momento em que a colonização ainda está começando.

¹⁰¹ VERISSIMO, *O continente I*, 2004. p. 79.

¹⁰² WHITE, 1994. p. 275. No original: “secretly he would have liked ... to contribute to the rock drawings”.

¹⁰³ WHITE, 1994. p. 279. No original: “The simplicity and truthfulness of the symbols”.

¹⁰⁴ WHITE, 1994. p. 280. No original: “Harry Robarts understood immediately what the drawings were intended to convey”.

¹⁰⁵ WHITE, 1994. p. 281. No original: “Le Mesurier was wrestling with the great snake, his King”.

2.5 GENTE COMO NÓS

A relação entre as posições 2 e 1 surge somente no contexto da colonização: bem como a fauna e a flora, os povos indígenas fazem parte daquilo que o colonizador encontra no Novo Mundo. As interações entre as posições 2 e 3, por outro lado, reproduzem na terra nova relações de poder já estabelecidas no Velho Mundo. Quase todos os prisioneiros condenados a servir sentenças na Austrália eram da própria metrópole, e o africano tinha sido assimilado ao imaginário português antes do início da escravatura no Brasil. No primeiro capítulo da sua *História da Província Santa Cruz*, Pero de Magalhães Gandavo relata a surpresa dos primeiros navegadores da Europa ao descobrir que os habitantes das Américas eram visivelmente diferentes dos africanos da Guiné e “fóra do comum parecer de toda outra que tinham visto”.¹ Tanto quanto a sua religião e a sua língua, as imagens que o colonizador tem do escravo e do prisioneiro fazem parte da cultura que leva ao Novo Mundo. Se o indígena é visto, a princípio, como se fosse parte da própria terra nova, o indivíduo transportado é visto como uma das ferramentas empregadas para domá-la.

Antes de analisar as representações da posição 3/H₃ nas obras de Verissimo e White, é preciso notar certas diferenças históricas entre os casos do Rio Grande do Sul e de New South Wales: o conceito de diferença racial, as possibilidades de sobrevivência cultural e o regime de servidão sofrido pelos transportados. Nos dois contextos estudados, o colonizador (posição 2) se define como “branco” em relação ao indígena “não-branco” (posição 1), mas a relação com as posições 3 e V difere. No Rio Grande do Sul, o português via o africano (posição 3) como “não-branco”, e o espanhol (posição V) como “branco”: o fato deste ser um inimigo não implicava uma distinção em termos raciais. Nos Estados Unidos, para fins de comparação, o britânico também via o africano (posição 3) como “não-branco”, mas o espanhol (posição V) não era visto como “branco”. O termo “branco” não representa

¹ GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. São Paulo: Obelisco, 1964. p. 25.

características biológicas, e sim o posicionamento de uma sociedade em relação a outras. A diferença de aparência e de cultura entre os povos mais germânicos (e protestantes) e os povos mais latinos (e católicos) na América do Norte era percebida como uma distinção racial, e somente a posição 2 se identificava como “branco”. Na Austrália, diferentemente das Américas, a categoria “branco” também incluía os prisioneiros (posição 3), fossem eles ingleses, escoceses ou irlandeses, protestantes ou católicos. Preconceito anti-irlandês certamente existia – em 1846, por exemplo, a revista inglesa *Punch* descreveu o irlandês como “uma criatura claramente entre o Gorila e o Negro”² – mas não se expressava em termos de cor. Devido a uma coincidência de pigmentação, é até comum ignorar os conflitos culturais entre as posições H₂ e H₃ na Austrália, e falar como se existisse uma “hegemonia anglo-celta”³ no país. No Brasil, seria necessário inventar uma surreal “hegemonia luso-africana” para encontrar uma falsificação equivalente.

O número de africanos levados à escravidão no Brasil entre 1550 e 1855 estima-se em 4 milhões,⁴ em comparação aos 162.000 prisioneiros transportados às colônias australianas a partir de 1788,⁵ mas “os negros ... provinham de muitas tribos ... com suas culturas próprias”,⁶ enquanto quase todos os prisioneiros na Austrália eram oriundos de somente três, todas falantes de inglês.⁷ A continuidade de culturas africanas no Brasil complicava-se não somente pela sua variedade, mas pela política de separações arbitrárias de

² MARSHALL, Peter James. Introduction: the world shaped by empire. In: _____ (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 9. No original: “*Punch* wrote of ‘A creature manifestly between the Gorilla and the Negro’, which ‘belongs to a tribe of Irish savages’”.

³ STRATTON, Jon; ANG, Ien. Multicultural imagined communities: cultural difference and national identity in the USA and Australia. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 158. No original: “the continued hegemony of Anglo-Celtic culture”.

⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 51.

⁵ *Convicts and the European settlement of Australia*. Disponível em: <<http://www.cultureandrecreation.gov.au/articles/convicts/>> Acesso em: 23 set. 2005.

⁶ FAUSTO, 2002. p. 51.

⁷ *Convicts and the European settlement of Australia*, 2005. No original: “the vast majority of the convicts to Australia were English (70%), Irish (24%), or Scottish (5%)”.

escravos do mesmo povo.⁸ Conforme o egípcio Ihab Hassan, “é suficiente ler *The Fatal Shore*, o livro dilacerante de Robert Hughes, para perceber os extremos de degradação dos prisioneiros anglo-celtas na Austrália”;⁹ não se nega, porém, que a degradação dos escravos no Brasil foi ainda mais extrema. O prisioneiro servia durante o período da sua sentença – tipicamente de 7 ou 14 anos¹⁰ – depois do qual era libertado e podia até voltar ao Reino Unido; o escravo servia até morrer. O filho da prisioneira nascia livre; até a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871,¹¹ o filho da escrava nascia escravo. O prisioneiro servia por ter cometido, tipicamente, uma série de crimes;¹² o escravo servia porque tinha sido reduzido à condição de propriedade. Não havia somente uma percepção de diferença racial entre o colonizador europeu e o escravo africano: a própria escravatura dependia dessa percepção.

Enquanto os escravos no Brasil tiveram de esperar até 1888 para o fim da escravidão,¹³ as condições dos prisioneiros em New South Wales começaram a melhorar com a indicação do Major-General Lachlan Macquarie como governador, logo depois da vitória abolicionista de 1807 no Reino Unido. Em 1810, recém chegado na colônia, o escocês explicitou a sua política de emancipação: que um ex-prisioneiro que se comportasse bem deveria receber o mesmo tratamento e gozar dos mesmos direitos de um homem livre, como se nunca houvesse transgredido a lei,¹⁴ e foi a partir desse momento que os ex-prisioneiros e

⁸ FAUSTO, 2002. p. 52.

⁹ HASSAN, Ihab. Counterpoints: Nationalism, colonialism, multiculturalism. In: BENNETT, David (ed). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 287. No original: “It is enough to read Robert Hughes’s shattering work, *The Fatal Shore*, to realise the ultimate degradations of Anglo-Celtic convicts in Australia”.

¹⁰ *Convicts and the European settlement of Australia*, 2005.

¹¹ FAUSTO, 2002. p. 566.

¹² MARSHALL, Peter James. 1783-1870: an expanding empire. In: _____ (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 38. No original: “Studies of convicts suggest that ... most of them seem to have been persistent offenders”.

¹³ FAUSTO, 2002. p. 566.

¹⁴ RITCHIE, John. *Lachlan Macquarie: a biography*. Melbourne: Melbourne University Press, 1988. p. 132. No original: “that a convict, on the expiry or remission of his sentence, provided he was well-behaved, ought to be treated as if he had never transgressed the law and should possess the same rights as a free man”.

seus filhos começaram a ver New South Wales como o seu lar.¹⁵ Essas diferenças históricas invalidam qualquer paralelo direto entre a representação dos escravos em *O Continente* e dos prisioneiros em *Voss*, mas não a comparação das duas culturas da posição 2/H₂ nas suas relações com os indivíduos transportados e seus descendentes e na definição de categorias sociais de inclusão e de exclusão.

As posições sob discussão representam heranças culturais, não genéticas. Não é, por exemplo, por ter aparência negra que uma personagem em *O Continente* vai ser identificada com uma ou outra posição cultural. A posição 3 representa os próprios indivíduos transportados, nascidos numa cultura fora da colônia e mantendo a experiência viva daquela cultura – na memória, se não na prática. A libertação de um prisioneiro ou um escravo não implica nenhuma mudança necessária dessa posição. A posição H₃ representa os descendentes de indivíduos transportados que mantenham, de forma modificada, algum aspecto da cultura da posição 3. Essa posição pode ser ocupada igualmente por personagens escravas, libertadas ou nascidas em liberdade. Os descendentes de indivíduos transportados que venham a perder o contato com a cultura pré-colonial são absorvidos pela posição H₂. Nessa situação, a experiência da servidão pode se tornar um marcador de classe social, mas não indica uma posição cultural distinta.

Nenhum indivíduo de origem africana representa a posição 3 em *O Continente*, a não ser que o apelido “Sinhô d’Angola”¹⁶ indique que esse homem tenha nascido na África. Algumas poucas mulheres no romance podem ser identificadas com práticas derivadas de culturas africanas e, portanto, com uma possível posição H₃: as negras da cozinha do Sobrado contam “histórias belas e terríveis” para o menino Licurgo de “uma África que nada tinha a

¹⁵ RITCHIE, 1988. p. 161. No original: “Before 1810, no emancipist or native-born talked of the colony as his own; after 1819 such refractory chatter swelled audibly”.

¹⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 15.

ver com a dos livros de geografia”,¹⁷ outra negra “geme uma melopéia africana” no quintal,¹⁸ “a negra Anastácia” conhece ervas para fazer abortos,¹⁹ e outras exercem ofícios médico-religiosos, sendo descritas como “a negra velha Mãe d’Angola”,²⁰ as “negras velhas curandeiras”²¹ e as “negras velhas benzedoras”.²² Dado que nenhum dos outros negros no romance apresenta sinal explícito de cultura africana, tais indivíduos fazem parte da posição H₂, junto com a classe de gaúchos pobres representada pela família Caré, que conta com descendentes de “escravos foragidos”,²³ numa mistura genética que também inclui portugueses, espanhóis e índios. O destino dos ex-escravos não parece se distinguir dessa categoria de miseráveis.

O Continente representa escravos, mas nenhum na posição 3; *Voss*, por outro lado, oferece dois indivíduos transportados, mas ambos já em liberdade: Rose Portion, criada da casa da família Bonner, e Albert Judd, que integra a expedição de Voss e assume a liderança do grupo que decide abandonar o alemão. A princípio, os dois representam a posição 3, mas o texto não oferece nenhum motivo para supor que a sua cultura seja diferente daquela dos colonos livres mais humildes. Sendo a rosa um símbolo nacional da Inglaterra e o príncipe Albert o marido da então rainha Vitória, até os nomes parecem identificar os dois com a mesma origem cultural compartilhada pela maioria dos outros colonos. Por mais que o romance represente o atrito entre a minoria católica (irlandesa) e a maioria protestante (inglesa e escocesa), a caracterização dos dois ex-prisioneiros como claramente ingleses evita identificar essas diferenças culturais como um conflito entre as posições 2/H₂ e 3/H₃. As duas questões de identidade cultural e de posição social não são fundidas numa só. Em *O Continente*, por outro lado, há uma ligação clara entre ser negro e ser descendente de escravos

¹⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 213.

¹⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 371.

¹⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 372.

²⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 283.

²¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 131.

transportados. É difícil definir se as opiniões das personagens se baseiam numa concepção de raça ou de classe, porque as eventuais diferenças culturais entre as categorias “negro” e “branco” são explicitamente derivadas de uma diferença histórica entre as posições 3 e 2. Nos dois romances, portanto, a questão de uma posição 3 ou H_3 quase desaparece. Em *O Continente*, fora os poucos sinais referidos anteriormente, os descendentes dos indivíduos transportados integram a posição H_2 , por não serem identificados com quaisquer traços culturais distintos. Em *Voss*, a cultura irlandesa, a princípio identificável com a posição H_3 , não é tratada nesses termos, enquanto Rose e Judd representam uma posição 3 culturalmente indistinguível da posição 2: os seus filhos vão integrar a posição H_2 .

Embora não represente a mesma posição no modelo que Albert Judd, João Batista é o único indivíduo em *O Continente* que se pode comparar com esse ex-prisioneiro em termos da sua aceitação pela sociedade depois de ser libertado. Surgindo pela primeira vez em “O Sobrado IV”, João Batista é descrito como “um negro que foi escravo de Curgo”.²⁴ Logo se revela muito parecido com o capitão Rodrigo Cambará: diverte-se com a idéia de “um entrevero de arma branca”,²⁵ e valoriza a liberdade a ponto de dizer que, “se um dia me botassem na cadeia, eu morria louco”.²⁶ Quando o capataz Fandango afirma que “Hai gente que nasceu pra ser mandada”,²⁷ não parece ser nesse negro que ele está pensando. Diferentemente dos outros escravos libertados por Licurgo, João Batista entrara no Sobrado “de cabeça erguida”, recebendo sua carta de alforria “como um rei que acaba de receber a homenagem a que tem direito”.²⁸ Naquele momento, Licurgo não aceitara ver um negro incorporar sua própria crença na igualdade de todos os homens, e quase reagira com violência. Uma década mais tarde, no cerco do Sobrado, o estancieiro parece ter conseguido

²² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 101.

²³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 190.

²⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 373.

²⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 373.

²⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 375.

superar essa rejeição, aceitando a presença de João Batista sem fazer distinção entre esse e os outros peões.

Nos últimos momentos do romance, o ex-escravo vê o corpo de Mauro Caré caído na praça e afirma que “a gente dele sempre viveu nas costas do coronel Licurgo”:²⁹ o homem descrito por Licurgo como “um bom peão, um bom domador, um trabalhador incansável” acha indigno o comportamento do outro. Seguro na sua identidade, João Batista recebera seu título de manumissão “sem o menor gesto ou palavra de agradecimento”,³⁰ mas descreve a atitude do rebelde como “ingratidão”.³¹ Com essas últimas palavras, o ex-escravo se coloca num nível acima de Mauro Caré, sugerindo que a superioridade de um indivíduo depende não das origens, da família ou da posição social, mas das qualidades pessoais: da dignidade. Ninguém relativiza essa opinião: nem o narrador, nem Licurgo, antigo proprietário de João Batista, e nem Fandango, o qual uma vez afirmara que “negro é negro”.³²

A relação entre o explorador Voss e o ex-prisioneiro Albert Judd reflete elementos da que ocorre entre Licurgo e João Batista: o homem socialmente superior percebe o outro como pelo menos seu igual como ser humano, e procura puni-lo para manter a sua autoridade. Inicialmente descrito por Bonner como “o homem de força física e integridade moral”,³³ logo se revela que Judd foi transportado em circunstâncias “ridículas”.³⁴ A resposta de Voss, que tais circunstâncias são sempre ridículas, sugere uma atitude de fraternidade que só é ironizada mais tarde. Licurgo, por sua parte, é vítima de uma ironia imediata: acredita na igualdade de

²⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 285.

²⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 354.

²⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 398.

³⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 354.

³¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 398.

³² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 285.

³³ WHITE, 1994. p. 22. No original: “a man of physical strength and moral integrity”.

³⁴ WHITE, 1994. p. 22. No original: “The circumstances of his transportation were quite ridiculous”.

todos e sente compaixão pelos escravos que está libertando, mas logo lembra que “mais de uma vez fora obrigado a dar de relho em pretos que lhe faltaram com o respeito”.³⁵

Em Rhine Towers, a estância do inglês Sanderson, Voss finalmente conhece Judd, que se revela “uma união de potência e delicadeza”.³⁶ O jovem e rico Angus, que também se junta à expedição, parece obcecado pelo problema social de jantar com o condenado, mas Sanderson não mostra nenhuma dificuldade em aceitar o homem que descreve simplesmente como um vizinho. Voss percebe o preconceito de Angus, mas sente sua própria antipatia crescer: “não desaprovava Judd como ex-prisioneiro, mas desconfiava dele como homem”.³⁷ O motivo dessa desconfiança logo se revela: bem como Licurgo se sente ameaçado pelo jeito “altivo e provocador” de João Batista,³⁸ o alemão percebe as qualidades superiores de Judd e começa a duvidar das suas, concluindo que “ninguém que dependa de outros é forte”.³⁹ Durante a expedição, Voss reconhece as habilidades do ex-prisioneiro, mas se esforça para rebaixá-lo a cada oportunidade. Quando Judd decide se separar da expedição e voltar, o alemão não possui nenhum recurso além da mera afirmação da autoridade: “você não percebe que está sob minha liderança?”.⁴⁰ Na resposta negativa do outro, o explorador reconhece “a confirmação dos seus piores medos”:⁴¹ sem a presença do “homem prático”,⁴² do “mestre dos objetos”,⁴³ Voss sabe que sua visão já está a fracassar.

Angus mantém sua forte percepção da desigualdade social revelada no primeiro encontro em Rhine Towers, quando sai cedo da janta para evitar a necessidade de acompanhar

³⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 320.

³⁶ WHITE, 1994. p. 133. No original: “a union of strength and delicacy”.

³⁷ WHITE, 1994. p. 134. No original: “He did not object to Judd as a convict, but already suspected him as a man”.

³⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 354.

³⁹ WHITE, 1994. p. 138. No original: “no man is strong who depends upon others”.

⁴⁰ WHITE, 1994. p. 345. No original: “Do you not realize you are under my leadership?”.

⁴¹ WHITE, 1994. p. 345. No original: “The corroboration of his worst fears”.

⁴² WHITE, 1994. p. 212. No original: “a practical man”.

⁴³ WHITE, 1994. p. 290. No original: “master of objects”.

o condenado.⁴⁴ No deserto, quando Turner sugere pela primeira vez que Judd seja o novo líder, Angus reconhece sua superioridade natural, mas sente um profundo nojo ante a possibilidade de “se colocar nas mãos do prisioneiro”.⁴⁵ Mais tarde, depois de uma das pequenas injustiças de Voss, Angus sente que sua “compaixão pelo condenado começa a lutar com as convenções que ele fora instruído a respeitar”.⁴⁶ Tão fortes são essas convenções que, ao finalmente se sentir obrigado a reconhecer que qualidades pessoais superiores se encontram nas camadas sociais inferiores, Angus sente que está “traindo sua classe, no presente, e para sempre”.⁴⁷

Duas outras personagens das classes educadas mantêm um relacionamento mais positivo com o ex-prisioneiro. O estancieiro Sanderson afirma ter vizinhos emancipados e livres, e “bons e ruins dos dois tipos”⁴⁸ e, até o fim do romance, caracteriza Judd como um dos bons. Na chegada em Rhine Towers, o ornitólogo Palfreyman desmaia, e é Judd que espontaneamente assume a responsabilidade de cuidar dele: a partir daquele momento, “os dois reconhecem, aliviados, que são iguais”.⁴⁹ Essa solidariedade se vê mais claramente no momento na expedição quando Judd calcula que está perto do Natal: contra a vontade de Voss, o cristão Palfreyman concorda com ele em parar para celebrar a data, querendo “se juntar ao prisioneiro emancipado, naquele tempo de emancipação completa”.⁵⁰

Fora as diferenças pessoais, não se oferece nenhuma explicação para as atitudes diferentes de Voss, Angus, Palfreyman e Sanderson em relação ao ex-prisioneiro. Vale notar

⁴⁴ WHITE, 1994. p. 137. No original: “Angus at once jumped up, ... to avoid by an immediate start the company of Judd”.

⁴⁵ WHITE, 1994. p. 257. No original: “The young man, ... in the most secret part of him, was disgusted. He could not have given himself into the hands of the convict”.

⁴⁶ WHITE, 1994. p. 292. No original: “compassion for the convict began to struggle with the conventions he had been taught to respect”.

⁴⁷ WHITE, 1994. p. 347. No original: “the young man himself felt he was betraying his class, both then, and for ever”.

⁴⁸ WHITE, 1994. p. 125. No original: “There are both kinds. And there are good and bad of each”.

⁴⁹ WHITE, 1994. p. 138. No original: “they had gratefully sensed they were equal in each other’s eyes”.

⁵⁰ WHITE, 1994. p. 196. No original: “to join with the emancipated convict at that season of complete emancipation”.

que o colono livre Turner é visto como o mais degradado dos integrantes da expedição, e que é somente ao matar um pássaro por prazer que ele se sente “o igual de todos os homens”.⁵¹ Assim como *O Continente* endossa a superioridade do ex-escravo João Batista em relação a Mauro Caré, *Voss* mostra que as qualidades pessoais de Judd e Turner não são refletidas na história do seu relacionamento com o sistema legal.

Na década de 1840, os católicos irlandeses na colônia de New South Wales se encontravam quase exclusivamente na classe formada pelos prisioneiros e seus descendentes, entre os quais constituíam uma minoria importante. Os negros no Rio Grande do Sul da mesma época se encontravam na classe equivalente, mas com a grande diferença de constituir nela a maioria absoluta. Dentro de um contexto de conflito e de rejeição, os dois romances também representam momentos da convivência pacífica e respeitosa entre essas categorias e a sociedade geral. Em *O Continente*, por exemplo, um negro anônimo aparece “repondo um rebanho de ovelhas”,⁵² e “o negro Caetano” acende os lampiões nas ruas da cidade de Santa Fé;⁵³ em *Voss*, há um seleiro com o nome de O’Halloran, que conduz o seu negócio na rua principal da cidade,⁵⁴ um ex-prisioneiro irlandês que trabalha como carroceiro⁵⁵ e a esposa irlandesa de um marinheiro anônimo.⁵⁶

Em geral, porém, as comunidades branca, no Rio Grande do Sul, e protestante, em New South Wales, não aceitam como iguais nem os descendentes dos povos transportados, nem suas culturas. Em *Voss*, criadas católicas e protestantes brigam num colégio,⁵⁷ filhas de

⁵¹ WHITE, 1994, p. 332. No original: “Never before had he felt himself the equal of all men”.

⁵² VERISSIMO, *O continente* 2, 2004, p. 221.

⁵³ VERISSIMO, *O continente* 2, 2004, p. 294.

⁵⁴ WHITE, 1994, p. 37. No original: “Mr O’Halloran, the saddler, in George Street”.

⁵⁵ WHITE, 1994, p. 94. No original: “Voss climbed upon the cart of an Irish emancipist”.

⁵⁶ WHITE, 1994, p. 119. No original: “an Irish person, wife of the boatswain”.

⁵⁷ WHITE, 1994, p. 439. No original: “the war between Roman Catholic and Protestant maids that was disturbing the otherwise tranquil tenor of life at their school”.

fazendeiros, alunas na mesma instituição, debatem se uma determinada família é “católica” ou “aceitável”,⁵⁸ e Edmund Bonner discursa sobre o perigo de deixar católicos assumirem posições de poder na colônia.⁵⁹ O narrador confirma o antagonismo generalizado entre a sociedade e sua minoria católica ao sugerir que os únicos cidadãos não impressionados pelos dois navios da Marinha Real que ancoram em Sydney sejam “céticos profissionais” de origem irlandesa.⁶⁰ Em *O Continente*, a relação sociocultural equivalente, entre os “brancos” e os “negros”, merece um tratamento mais detalhado.

A questão da escravidão é introduzida no romance no capítulo “Ana Terra”, onde se apresenta em termos de três perspectivas: no imaginário dos homens da posição H₂, no das mulheres da mesma posição e na representação dos indivíduos negros. Para os homens da família Terra, a presença de escravos significa riqueza e sucesso: junto com as suas “vastas lavouras de trigo”, os estancieiros ricos possuem “peões e escravos”,⁶¹ enquanto os açorianos bem-sucedidos “compravam escravos, pediam e conseguiram sesmarias”.⁶² Nos planos de Maneco Terra, a compra de escravos é um investimento necessário: pensa primeiro em “contratar peões e comprar escravos”, para depois comprar “mais gado, mais cavalos, mais mulas”.⁶³ Ao plantar o seu primeiro trigo, sonha com a possibilidade de comprar três categorias de necessidades para a expansão da lavoura: “mais uma junta de bois, ferramentas e mais escravos”.⁶⁴ Nessa construção, os escravos não são mais gente que os bois.

Para Ana Terra, a situação das mulheres se confunde com aquela dos escravos, até o ponto de sentir um certo alívio com a morte da mãe, que “finalmente tinha deixado de ser

⁵⁸ WHITE, 1994, p. 399. No original: “ ‘I was always under the impression that the Hayleys were Roman Catholics.’ ... ‘Oh, dear, no,’ said Maud Sinclair, ... ‘The Hayleys are all right.’ ”.

⁵⁹ WHITE, 1994, p. 92. No original: “... the dangerous hold the sectarians, not to say Roman Catholics, already had upon the Colony”.

⁶⁰ WHITE, 1994, p. 298. No original: “one or two professional sceptics, possibly of Irish descent ...”.

⁶¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 123.

⁶² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 125.

⁶³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 128.

⁶⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 151.

escrava”.⁶⁵ Depois do ataque em que a família e a estância são destruídas e ela estuprada, a jovem Ana reflete sobre essa condição de servidão, identificando características que podem igualmente se aplicar aos africanos escravizados: a tristeza e a saudade da terra natal, o medo, a ausência de esperança e de alegria, e a necessidade de trabalhar “como uma negra”.⁶⁶ Com essa equivalência, o próprio caudilho Ricardo Amaral deveria concordar, pois afirma que “trabalho manual era para mulher ou para negro”.⁶⁷ A capacidade dessa jovem mãe solteira de desafiar “a sua sina” e “contrariar o destino” sugere que a mesma possibilidade possa existir para os escravos: que haja, no fundo, uma humanidade comum. Com essa perspectiva, o dono de Santa Fé dificilmente concordaria.

Os próprios indivíduos de origem africana surgem em *O Continente* somente quando Maneco Terra volta de Rio Pardo com “três escravos de papel passado”, dois dos quais são, aparentemente, indistinguíveis, sendo “pretos de canela fina, peito largo e braços musculosos”, enquanto o outro se destaca pela sua estatura mais baixa e seu “jeito de bugio”.⁶⁸ Se o irmão Antônio vê um escravo principalmente como uma ferramenta, ele não deixa de reconhecer uma certa humanidade nesses três ao sugerir que Ana, mãe de um filho mestiço, agora “vai dormir também com um desses negros”.⁶⁹ Por outro lado, se Ana imagina uma sina comum, compartilhada pelas mulheres e os escravos, ela instintivamente rejeita essa ligação: tão ofensiva é a sugestão que dormiria com um negro, que ela supera pela primeira vez o seu medo de falar do assassinato do seu amante, Pedro Missioneiro. Sua imagem de uma humanidade comum tem os seus limites.

Durante as suas vidas curtas na estância, os três africanos expressam opiniões⁷⁰ e mostram emoções e reações diferentes um do outro,⁷¹ mas a humanidade que se reconhece

⁶⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 148.

⁶⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 162.

⁶⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 170.

⁶⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 146.

neles é muito limitada. Quando o narrador relata que “uma peste atacou o gado e um raio matou um dos escravos”,⁷² o negro não parece mais humano que os animais. Mesmo depois de serem mortos na defesa da estância, nenhum dos escravos recebe um nome, um dos atributos mais fundamentais de um ser humano: são descritos simplesmente como “o mais magro” e “o outro”.⁷³ Essa carência coloca os escravos no mesmo nível de semi-humanidade ocupada pelo Negrinho do Pastoreio, que Toríblio afirma não ter nome,⁷⁴ pela filha de Licurgo e Alice, que nasce morta e não tem nome “porque não foi preciso”,⁷⁵ e pelos indivíduos de origem duvidosa que andam pelo Continente “sem cavalo, sem armas, sem botas, sem nada”, e que “de seu às vezes nem nome tinham”.⁷⁶ É em relação a esses “pobres-diabos” que o gentílico “gaúcho” aparece pela primeira vez no romance, e é uma descendente de um desses gaúchos que, décadas mais tarde, passa a ser a amásia do estancieiro Licurgo Terra Cambará. A relação entre a sociedade e os escravos evolui pouco nesse tempo todo: os indivíduos que o pretensamente liberal Licurgo liberta chegaram a ser batizados, mas muitos “já haviam esquecido os nomes de batismo”, por serem tratados sempre por apelidos pouco respeitosos como “Dente de Porco” e “Bento Burro”.⁷⁷

No capítulo “Um certo capitão Rodrigo”, a escravidão é assunto de debates entre padre Lara e o próprio Rodrigo, que representam valores opostos. Para o católico, o mais importante é a ordem: todos os seres humanos – “até os negros” – são iguais perante Deus, mas “tem de haver categorias para haver ordem e respeito”,⁷⁸ e o escravo é uma categoria conveniente do ponto de vista da igreja. Para Rodrigo, o valor supremo é uma liberdade que

⁶⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 146.

⁷⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 148.

⁷¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 155.

⁷² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 148.

⁷³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 161.

⁷⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 263.

⁷⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 203.

⁷⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 190.

⁷⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 354.

⁷⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 311.

se estende a todos os homens: se fosse o criador do mundo, dividiria as grandes propriedades para dar “um pedaço pra cada peão, pra cada índio, pra cada negro”.⁷⁹ Opõe-se à escravatura por não gostar “de ver homem rebaixado por homem”,⁸⁰ mas, bem como o seu inimigo Ricardo Amaral, não vê nada de estranho no rebaixamento da mulher. Privado do direito de acumular terras, um homem no mundo do Deus Rodrigo teria o direito de possuir “quantas mulheres quisesse. Dez, quinze, vinte, mil ...”.⁸¹ Fechando esse círculo de ironias, quem reclama que as mulheres na província “levam uma vida de escravas” é Luzia,⁸² que também afirma que “negro não é gente”.⁸³

Adepto da violência, Rodrigo defende um negro contra o branco que o espanca, bem como puxa a faca para ajudar um viajante atacado por dois homens, mas também chicoteia um índio por maltratar um burro.⁸⁴ Nisso, de certa forma, se iguala ao pernambucano Aguinaldo, dono do Sobrado e dono de escravos, que espanca um negro por “maltratar uma pobre mula”.⁸⁵ Para o continentino, o divertimento da briga entre os homens é mais importante que a justiça, apesar dos seus valores aparentemente igualitários. Para o nordestino, “animal é o mesmo que gente”,⁸⁶ mas negro não. No Continente de São Pedro, a violência acaba se justificando por vários caminhos.

Bibiana, esposa de Rodrigo, não compartilha seus valores anti-escravistas: só aceita contratar uma criada porque “o marido se recusava a comprar uma escrava”⁸⁷ e, depois de conseguir terras e riquezas pelo sacrifício do filho, descreve a libertação dos escravos da

⁷⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 308.

⁸⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 312.

⁸¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 309.

⁸² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 115.

⁸³ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 73.

⁸⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 319.

⁸⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 72.

⁸⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 72.

⁸⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 317.

família como “o maior disparate do mundo”.⁸⁸ Quando reclama que Luzia estaria “decerto maltratando as negras”,⁸⁹ os seus valores não são muito diferentes daqueles de Aguinaldo: afinal, as escravas são sua propriedade, bem como a mula do pernambucano, e ela não quer que sejam abusadas. No final da cerimônia de manumissão, Bibiana manda abrir as janelas “pra sair o bodum”,⁹⁰ afirmando uma diferença entre as pessoas na casa e aquelas no quintal. Não se explicita, porém, se a velha conceitua essa diferença em termos raciais ou de classe. Seu comentário lembra o pensamento de Licurgo em “O Sobrado V”, quando sofre uma sensação de repulsa ao ficar cercado na casa junto com “cinco peões ... empestando o ar com o cheiro azedo de seus corpos sujos”.⁹¹ Entre esses homens, somente João Batista é descrito como negro, mas a sensação de diferença e de superioridade parece igual. Em “O Sobrado I”, ironicamente, Maria Valéria sente o mesmo “cheiro quente, azedo, penetrante, repulsivo” e pensa em mandar defumar a casa,⁹² mas para a prima de Licurgo essa sensação desagradável nada tem a ver com a raça, nem com a classe dos indivíduos, e sim com o seu gênero. Para ela, é “cheiro de homem”, e quem vai resolver a situação é a criada, a mulata Laurinda, descendente tanto de africanos quanto de europeus.

No geral, as personagens da posição H₂ em *O Continente* parecem operar com uma distinção inconsciente entre a categoria abstrata “negro” e os indivíduos específicos que encontram, sejam esses negros ou de outra maneira marginalizados. Alguns, como o padre Lara, afirmam acreditar na igualdade de todos os homens, mas mantêm um conservadorismo social que aceita a posse de escravos. Florêncio Terra trata o indivíduo Chiru Caré “de igual pra igual” durante a Guerra do Paraguai,⁹³ mas nega essa igualdade à categoria dos escravos, sugerindo que “no Rio Grande os negros são felizes” por “trabalhar ombro a ombro com os

⁸⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 291.

⁸⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 249.

⁹⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 355.

⁹¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 177.

⁹² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 36.

brancos”.⁹⁴ Fandango parece acreditar numa diferença essencial entre duas raças, afirmando que “negro é negro. Hai gente que nasceu pra ser mandada”,⁹⁵ mas respeita como companheiro o ex-escravo João Batista e conta com dignidade a “história linda” do Negrinho do Pastoreio aos meninos Toríbio e Rodrigo.⁹⁶ Outros pregam um igualitarismo social, mas não conseguem superar a sua crença na superioridade fundamental dos brancos. O doutor Winter, por exemplo, afirma a humanidade dos negros como “uma verdade científica incontestável”, mas também considera a miscigenação um dos “maus hábitos” do Rio Grande do Sul,⁹⁷ e admite sentir que, como indivíduos, os negros são mais parecidos com os “animais inferiores”.⁹⁸

Mesmo Luzia apresenta uma certa complexidade na sua relação com os negros. Afirma, sim, que “negro não é gente”,⁹⁹ mas é a única a se interessar pela libertação dos escravos nos Estados Unidos.¹⁰⁰ Regozija-se com o enforcamento do escravo Severino e tortura a filha de uma das escravas da casa, mas não pode acreditar mesmo que “negro não tem sentimento”:¹⁰¹ tortura a menina justamente por saber que tem sentimentos e está sofrendo. Mais que racista, Luzia é simplesmente sádica, e se aproveita de qualquer vítima que esteja disponível. No fundo, é difícil afirmar que o prazer perverso de deixar uma criança negra sem comida seja diferente daquele experimentado ao queimar a mão de um marido branco,¹⁰² ou se divertir com o espetáculo de “gente sofrendo e morrendo nas ruas” de Porto Alegre durante a peste.¹⁰³ Vale lembrar que, na batalha entre Luzia e Bibiana sobre a marmeleira-da-índia, é a velha que busca uma pistola e ameaça matar o escravo Faustino,

⁹³ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 168.

⁹⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 315.

⁹⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 285.

⁹⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 267.

⁹⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 49.

⁹⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 74.

⁹⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 73.

¹⁰⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 235.

¹⁰¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 135.

¹⁰² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 148.

relatando com “um brilho de malícia” que “era capaz de atirar mesmo”.¹⁰⁴ Para Bibiana e Luzia, os seres humanos não têm valor intrínseco, e qualquer um pode ser sacrificado se for necessário, seja ele preto, branco ou pardo, filho, marido ou escravo.

O mais ambivalente nessa questão é justamente aquele que mais quer criar uma auto-imagem de progressista, Licurgo Terra Cambará, o primeiro homem da família a nascer proprietário, rico e dono de seres humanos. No Angico, a estância herdada da mãe, ele gosta de sentir o orgulho de ser dono de tanta propriedade, catalogando: “os *meus* campos, os *meus* peões, a *minha* cavalhada, o *meu* gado ...”.¹⁰⁵ No espaço dessas reticências caberiam também os seus escravos, um dos quais aparece justamente no parágrafo seguinte, antes de raiar o dia, ordenando as vacas. Seu desejo de libertar esses escravos é rigorosamente ironizado. Assim como “A teiniaguá” justapôs o enforcamento do escravo Severino com o noivado de Bolívar – “dois enforcamentos ao mesmo tempo”¹⁰⁶ – e “A guerra” estabelece um paralelo entre batalhas na esfera pública e outras na vida privada, o capítulo em que os escravos recebem a manumissão chama-se “Ismália Caré”, lançando luzes sobre todas as questões de origem genética e posição social. Não há como duvidar que Licurgo procura usar a libertação dos escravos para tirar vantagem política e egoística. Gosta de sentir-se “afogado pela idéia da própria bondade”,¹⁰⁷ mas percebe que a cerimônia “não oferecia metade da emoção que ele esperava: era uma coisa tão lenta e aborrecida como uma eleição”:¹⁰⁸ com um simples tropo, consegue esvaziar tanto os seus ideais humanistas quanto as suas convicções republicanas.

O debate entre uma diferença inata de raças e uma diferença cultural se centra na relação amorosa entre esse caudilho semi-iluminado e Ismália Caré, filha “duma família de

¹⁰³ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 149.

¹⁰⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 251.

¹⁰⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 210.

¹⁰⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 63.

¹⁰⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 289.

¹⁰⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 354.

posteiros miseráveis e molambentos”.¹⁰⁹ Licurgo reconhece uma desproporção entre a pobreza da família e a beleza da mulher, “com traços mais finos que os de muita filha de estancieiro rico”,¹¹⁰ mas não tira nenhuma conclusão baseada em uma humanidade comum ou em injustiças sociais: continua dominado pela convenção social, acreditando que “seria rebaixar-se muito” dar explicações a uma amante de origem tão humilde.¹¹¹ Ao imaginar a possibilidade de ter um filho com Ismália e outro com a esposa Alice, percebe que os dois “iam crescer juntos no Angico. Um na casa-grande, o outro no rancho dos Carés”,¹¹² e chega a especular, horrorizado, sobre a possibilidade de uma relação sexual entre os dois.

“Há sempre uma ligação entre pós-colonialismo e ansiedade?” pergunta Alan Lawson em 2000: “Freud diria que provavelmente sim”.¹¹³ Aqui, Verissimo brinca com a sensação que Lawson descreve como “a ansiedade da proximidade, ... que expressa um desejo e uma ansiedade frente a um modo de relacionamento difícil, talvez impossível, certamente desigual e parcial”.¹¹⁴ Licurgo sente essa ansiedade, mas não consegue juntar as informações e reconhecer a origem comum da sua classe e a dela. Contra todas as evidências, o republicano e anti-escravista do Sobrado continua acreditando que a posição social seja relacionada a qualidades pessoais, e que suas origens sejam de algum modo diferentes das origens da amásia. O capítulo fecha com um último retoque de ironia, quando Bibiana menciona que a pobre Ismália tem “na cara, nos olhos, no jeito, qualquer coisa que lembra a mãe do Curgo”.¹¹⁵ A velha não sabe que Luzia era de origem completamente desconhecida,

¹⁰⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 369.

¹¹⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 369.

¹¹¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 370.

¹¹² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 372.

¹¹³ LAWSON, 2000. p. 24. No original: “‘Are post-colonialism and anxiety always tied together?’ they ask. Freud would reassure them that it probably is”.

¹¹⁴ LAWSON, 2000. p. 27. No original: “I have been thinking about that secondariness ... not as signifying belatedness but as a strong manifestation of the anxiety of proximity. ... expressing a desire and an anxiety for a difficult relationality – perhaps impossible, certainly unequal and incomplete”.

¹¹⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 382.

“órfã de pai e mãe”,¹¹⁶ adotada pelo rico Aginaldo. O narrador retrata uma sociedade incapaz de perceber que, se a cultura dependesse da origem genética, não haveria nada de diferente entre a gente do Sobrado e aquela do quintal.

¹¹⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 23.

2.6 O CORDÃO UMBILICAL

Não há mistério nas relações da posição 2 com as posições 3 e 1: o contato entre os colonizadores e os transportados já existe na cultura metropolitana antes da fundação da colônia, enquanto o choque entre os colonizadores e os colonizados surge muito visivelmente no momento da colonização. A sociedade híbrida que se desenvolve no Novo Mundo pode manter ou alterar a situação de que é herdeira, mas os termos são, a princípio, conhecidos: a definição da posição H_2 em relação às posições $1/H_1$ e $3/H_3$ continua a refletir, de alguma maneira, as condições iniciais da colonização. A relação entre as posições H_2 e 2, porém, não pode ser herdada de lugar nenhum, porque surge justamente no momento em que o Novo Mundo percebe sua diferença em relação ao Velho. É a única das relações que é realmente pós-colonial, porque vem a existir somente quando a sociedade nova deixa de ser simplesmente uma colônia e passa a reconhecer uma identidade nova. Esse auto-conhecimento não coincide necessariamente com uma independência política, e existe apesar da continuação de muitos traços culturais claramente identificáveis como a herança da metrópole. Antes de analisar a representação desse processo nos dois romances, é necessário reconhecer três pontos de divergência das culturas sul-rio-grandense e australiana em relação à posição H_2 idealizada no modelo: seus graus diferenciados de separação política e social de suas respectivas metrópoles, a relação do Rio Grande do Sul com os centros políticos e econômicos do seu país, e a relação do Brasil com a França, que passou a ocupar um lugar destacado como centro de autoridade cultural, apesar de não ter sido a potência metropolitana do país.

Embora o caminho brasileiro rumo à independência tenha sido mais tortuoso que aquele dos seus vizinhos castelhanos, não resta dúvida de que o Brasil tenha rompido definitivamente com Portugal, se não com a posse do “rei português” Dom Pedro I em 1822,¹

¹ FAUSTO, 2002. p. 134.

pelo menos com a proclamação da Primeira República em 1889. A situação no mundo britânico é mais ambígua, porque a independência chegou, não somente sem violência, mas sem nenhum rompimento radical: até hoje, as coroas do Reino Unido, do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, embora legalmente distintas, são unidas na mesma pessoa. Na década de 1890, sete colônias na Oceania tinham governo responsável dentro do Império Britânico: a Tasmânia e as cinco no continente australiano votaram a favor da formação de uma federação, enquanto a Nova Zelândia resolveu ficar fora. A constituição do novo país foi aceita pelo parlamento britânico em 1900,² e a Austrália recebeu o status de Domínio: o mesmo nível de autonomia concedido ao Canadá em 1867 e à Nova Zelândia em 1907, mas uma autonomia que existia mais na prática que na letra da lei.³ A situação legal dos Domínios dentro do Império formalizou-se em 1931 com o Estatuto de Westminster, no qual o parlamento do Reino Unido explicitou não ter nenhum poder residual sobre o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia: a partir daquele momento, os quatro países tornaram-se formalmente autônomos e iguais sob a coroa.⁴

Se não houve rompimento político, também não houve na esfera da identidade. O historiador australiano Ken Ingliss explica que os monumentos comemorando a participação australiana na Primeira Guerra Mundial sempre se referem ou ao país, ou ao império, mas que não encontrou nenhuma inscrição que faça referência aos dois. Conclui-se que “as duas palavras compartilhavam tanto sentido ... que não havia motivo para separá-las. As pessoas que faziam os monumentos ainda eram ‘britânicos australianos independentes’ ”.⁵

² *Documenting a democracy*. Commonwealth of Australia constitution act 1900. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=82>> Acesso em: 29 ago. 2005.

³ *Commonwealth Secretariat: history*. Disponível em: <<http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=34493&int1stParentNodeID=20596>> Acesso em: 29 ago. 2005.

⁴ *Documenting a democracy*. Statute of Westminster adoption act 1942. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=96>> Acesso em: 29 ago. 2005.

⁵ INGLISS, Ken. Australia. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 343. No original: “On 1914-18 war memorials I have found no inscription saying men fought and died for both country and empire: evidently the two words shared so

Legalmente, indivíduos australianos, canadenses e neozelandeses eram simplesmente súditos britânicos até a criação das cidadanias nacionais distintas no final da década de 1940.⁶ Entre 1947-1948 e a década de 1970, o cidadão da Austrália, do Canadá ou da Nova Zelândia mantinha o status britânico ao lado da sua nova cidadania; esse elo foi extinto somente depois do Reino Unido entrar na Comunidade Econômica Européia, em 1973.

A ambigüidade que existe entre a identidade australiana e o mundo britânico tem sua contrapartida não nas ligações do Brasil com sua metrópole, mas na relação conturbada do estado do Rio Grande do Sul com o Brasil. No caso australiano, existe o reconhecimento de uma semelhança que ultrapassa fronteiras internacionais; no caso sul-rio-grandense, a sensação é mais de uma profunda diferença em relação ao próprio país que integra. Simbolicamente, a bandeira nacional da Austrália inclui a bandeira do Reino Unido, enquanto a bandeira estadual do Rio Grande do Sul ostenta a legenda “Republica Rio Grandense” e a data “20 de setembro de 1835”, lembrando o momento em que a província lutou para se separar do Brasil Imperial. Essa sensação da diferença meridional não é mero romantismo, mas baseia-se em diferenças objetivas nos níveis econômico e social. Até a proclamação da República, conforme o economista Luiz Roberto Pecoits Targa, a economia agrícola que se concentrava em São Paulo tinha três características dominantes: “latifúndio, escravismo e monocultura de exportação”.⁷ O Rio Grande do Sul, por outro lado, se diversificava, apresentando três setores interligados: a pecuária, que usava mas não dependia de escravos, as charqueadas, dependentes do trabalho escravo, mas proto-urbanas em vez de rurais, e os pequenos produtores nas colônias de povoamento, que criaram “uma sociedade alternativa à

much meaning in the inscribers' minds that it did not make sense to separate them. The people who made the memorials were still 'independent Australian Britons' ”.

⁶ *Documenting a democracy*. Nationality and citizenship act 1948. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=97>> Acesso em: 29 ago. 2005.

⁷ TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Negações da identidade do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, v. 24, n. 2, 2003. p. 305.

escravista”.⁸ Vianna Moog, por sua vez, nota as semelhanças importantes entre essas regiões de colonização alemã e italiana e os “núcleos pioneiros dos Estados Unidos”,⁹ que ele contrasta com os valores do bandeirante e do caudilho. A cultura sul-rio-grandense que se desenvolveu a partir dessas raízes merece seu destaque dentro do cenário brasileiro.

A influência cultural que os Estados Unidos da América atualmente exercem sobre o Brasil e a Austrália – qualquer que seja – não é nem colonial, nem pós-colonial, mas pertence ao que Joseph Nye chama de “poder brando”.¹⁰ Da mesma maneira, quando Eça de Queirós descreveu um Portugal onde se encontravam “nos teatros – só comédias francesas; nos homens, só livros franceses; nas lojas – só vestidos franceses; nos hotéis – só comidas francesas”,¹¹ ele lamentava não uma relação pós-colonial, e sim um exemplo extremo do poder brando. Portugal era “um país traduzido do francês em calão”,¹² não por causa de uma colonização, mas de um desejo de imitar o país que o século XIX via como o centro da cultura. Transferida para o Brasil, porém, essa mesma dependência cultural é pós-colonial: o poder brando de segunda mão é um elemento da cultura do colonizador, herdada pela ex-colônia junto com a língua portuguesa, a religião romana e os outros valores latinos. Mais de sessenta anos depois da morte de Eça de Queirós, Vianna Moog ainda sente a necessidade de ironizar os brasileiros que “chegam a Paris e não têm a impressão de aportar a uma cidade estranha”, mas de voltar para a própria casa, como se a França fosse “a civilização redescoberta, como se dela anteriormente tivessem estado temporariamente extraviados”.¹³

O modelo sugere uma relação simples entre uma cultura da posição H₂ e outra da posição 2, que é exatamente o que se encontra no caso da Austrália e o Reino Unido, embora

⁸ TARGA, 2003. p. 307.

⁹ MOOG, 1964. p. 188.

¹⁰ NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. Traduzido por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2002. p. 36.

¹¹ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. “O francezismo”. In: _____. *Últimas páginas: manuscritos inéditos*. Porto: Lello, 1938. p. 406.

¹² QUEIRÓS, 1938. p. 397.

com uma separação política um pouco menos nítida que se esperava. No caso do Rio Grande do Sul, porém, a relação envolve quatro termos em vez de dois: além da relação Brasil x Portugal entre as posições H₂ e 2, existe uma relação Rio Grande do Sul x Brasil dentro da posição H₂, e os reflexos da relação Portugal x França que surgiu dentro da posição 2 e foi transferida para o Novo Mundo.

Uma das diferenças mais nítidas entre as duas sociedades representadas em *O Continente* e *Voss* é nas relações que mantêm com a religião cristã. Enquanto *O Continente* mostra a centralidade da Igreja Católica desde o primeiro parágrafo, com o próprio nome de “Santa Fé”, *Voss* começa com uma moça que não vai ao culto com os outros membros da família por ter decidido que “não pode mais acreditar naquele Deus cuja benevolência e poder lhe foram ensinados tão seriamente”.¹⁴ Logo em seguida, o leitor é informado que Laura “lera bastante daqueles livros que encontrara naquela colônia remota”,¹⁵ uma justaposição que sugere não somente uma distância física, intelectual e política do Velho Mundo, mas um distanciamento de todas as velhas verdades, inclusive dos livros sagrados e do seu Deus. No romance de Verissimo, por outro lado, o poder dos padres e da igreja de Roma na colonização do Rio Grande é inescapável, desde o espanhol Alonzo na colônia jesuítica em 1745 até o italiano Atílio, o primeiro a entrar no Sobrado depois do cerco em 1895.¹⁶

A opinião geral nas duas sociedades pode ser representada por duas moças conservadoras que casam com homens militares na primeira metade do século XIX: Bibiana Terra, em *O Continente*, e Belle Bonner, em *Voss*. Na década de 1860, o doutor Winter descreve a religião de Bibiana como uma questão de “puro hábito”,¹⁷ mas tudo indica que ela

¹³ MOOG, 1964. p. 224.

¹⁴ WHITE, 1994. p. 9. No original: “she could not remain a convinced believer in that God in whose benevolence and power she had received most earnest instruction”.

¹⁵ WHITE, 1994. p. 9. No original: “She had read a great deal out of such books as had come her way in that remote colony”.

¹⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 395.

¹⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 244.

continue a acreditar que o Deus do Velho Mundo seja também Deus do Novo. Na mesma década, Belle parece refletir “a visão amplamente laica e materialista da sociedade colonial” na Austrália:¹⁸ ela simplesmente “nunca se interessava pelas espadas e os santos da fé religiosa”.¹⁹ É irônico, portanto, que o padre Lara descreva os açorianos como aqueles que “não tinham ainda cortado completamente o cordão umbilical que os prendia a Portugal”,²⁰ quando ele – talvez até inconscientemente – representa um cordão colonial muito mais duradouro na vida de Santa Fé. O padre Atílio assume essa relação de poder ao dizer que a igreja não precisa do Estado, mas que, mesmo na véspera do século XX, “o Estado é que não poderá viver” sem a igreja.²¹ Apesar de todas as guerras, revoluções e declarações de independência nesses 150 anos de história, e apesar de exceções notáveis como Rodrigo Cambará, a influência colonizadora de Roma parece ter passado intacta da posição 2 para a posição H₂.

A definição das sociedades novas nos romances começa com exclusões herdadas do Velho Mundo: entre espanhóis e portugueses em *O Continente*; entre britânicos e o explorador alemão em *Voss*. Logo no início do texto de White, a criada Rose Portion anuncia a presença de um homem, e Laura Trevelyan, sugerindo uma categorização por classe social, pergunta se não seria, por acaso, um gentil-homem. A criada afirma não saber como classificar o intruso nesses termos, mas reconhece uma distinção mais fundamental: “ele é um tipo de homem estrangeiro”.²² Laura aceita essa definição, concluindo que “só pode ser o alemão”,²³ e assim confirma a existência de uma categoria que inclui a ex-prisioneira e sua patroa, ambas nascidas na Inglaterra, mas exclui como “estrangeiro” o alemão. Essa distinção

¹⁸ PORTER, Andrew. Empires of the mind. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 209. No original: “separation between church and state had happened much more rapidly than in Britain itself, reflecting ... the widely secular and materialistic outlook of settler society”.

¹⁹ WHITE, 1994. p. 428. No original: “Belle Radclyffe was never for the swords and saints of religious faith”.

²⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 263.

²¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 353.

²² WHITE, 1994. p. 7. No original: “I do not know, ... It is a kind of foreign man”.

não depende do lugar de nascimento porque, tanto para Voss quanto para Laura, descontinuidade define a relação com um passado fisicamente distante. Na primeira conversa, os dois revelam memórias das respectivas infâncias no outro lado do mundo, ambos em termos que ameaçam a integridade do indivíduo no presente: Laura sente que vai “desintegrar-se nas vozes do passado”,²⁴ enquanto, para Voss, o próprio passado começa a “inchar com bolhas que o distorciam”.²⁵ O fato de ser estrangeiro também não depende de uma relação com a paisagem de New South Wales: o explorador se sente “em casa” nessa terra que é “parecida com as partes pobres da Alemanha”,²⁶ enquanto Laura “sente medo do lugar que, por falta de outro, admitia ser o seu”.²⁷ O fator fundamental na definição do estrangeiro acaba sendo seu “sotaque desajeitado e grosso”:²⁸ uma distância lingüística que representa todas as diferenças culturais. A comunidade em Sydney é, em primeiro lugar, falante de inglês.

Em *O Continente*, a distinção lingüística é ainda mais clara, constituindo uma fronteira entre dois projetos coloniais. Essa diferença não aparece em “O Sobrado I”, onde os dois lados da revolução são descritos como “a mesma gente, só que com idéias diferentes”,²⁹ mas surge no primeiro capítulo na seqüência histórica, “A fonte”. Para o espanhol Alonzo, os lados inimigos se definem em termos puramente europeus: o território é “um pomo de discórdia entre Espanha e Portugal”,³⁰ e os bandeirantes são portugueses – mesmo quando são identificados por gentílicos como “lagunistas e vicentistas” – e servem ao “MUITO ALTO E

²³ WHITE, 1994. p. 7. No original: “A foreigner? ... It can only be the German”.

²⁴ WHITE, 1994. p. 12. No original: “Already she herself was threatening to disintegrate into the voices of the past”.

²⁵ WHITE, 1994. p. 13. No original: “So the past now swelled in distorting bubbles”.

²⁶ WHITE, 1994. p. 11. No original: “I am at home ... It is like the poor parts of Germany”.

²⁷ WHITE, 1994. p. 11. No original: “She was also afraid of the country which, for lack of any other, she supposed was hers”.

²⁸ WHITE, 1994. p. 10. No original: “that blundering, thick accent”.

²⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 32.

³⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 44.

PODEROSO REI DE PORTUGAL, D. JOÃO V”.³¹ Por mais que tenha começado como um conflito territorial entre esses vizinhos ibéricos, a inimizade transfere-se para os povos que estão ocupando os campos entre Laguna e o Prata. As potências européias podem assinar o Tratado de Madri e os “exércitos unidos de Portugal e Espanha” podem destruir o inimigo indígena comum,³² mas os “homens sem lei e sem pátria”,³³ como o curitibano Chico Cambará, não se identificam com os interesses da Corte. Oponentes do Estado português, representado pelo “Regimento de Dragões”,³⁴ esses colonizadores lutam com os “castelhanos” não por identificação com uma autoridade política, muito menos por causa de qualquer diferença de valores, mas simplesmente porque quem fala castelhano é inimigo.

Também surge uma distinção dentro da comunidade de fala portuguesa, entre esses homens toscos e os descendentes dos imigrantes açorianos “que respeitam a lei e odeiam a guerra, que falam cantando”.³⁵ Quem fala castelhano é inimigo, mas quem fala português de jeito diferente também é suspeito. Ao pensar nos açorianos de Porto Alegre, Maneco Terra, ele mesmo “neto de português”, reconhece que são pessoas de bem, trabalhadoras e habilidosas, mas sente uma certa antipatia em relação a eles, achando “detestável sua fala cantada e o jeito como pronunciavam certas palavras”.³⁶ Natural de Laguna, Ricardo Amaral “lutara como tenente nas forças portuguesas”,³⁷ mas não se identifica com eles, dizendo que a lavoura é um trabalho indigno – “coisa de português” – e falando com desdém dos açorianos com “seus olhos azuis e sua fala esquisita”.³⁸ O preconceito do coronel contra a lavoura é o contrário dos valores de Maneco Terra, mas a distância cultural em relação aos açorianos é a mesma. Passadas duas gerações, a antipatia sentida por Pedro Terra se expande dos açorianos

³¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 45.

³² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 81.

³³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 91.

³⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 91.

³⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 93.

³⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 126.

³⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 169.

³⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 170.

para “tudo quanto fosse português”, mas seu núcleo continua sendo “o jeito de falar dos ‘galegos’ ”.³⁹

A primeira personagem capaz de analisar essas diferenças é o padre Lara, destacado no contexto de Santa Fé por ser um “homem letrado”.⁴⁰ Como em todos os aspectos da vida, seu primeiro instinto parece ser pela ortodoxia na fala: quando a família Terra usa o termo ‘varanda’ para designar a sua sala de jantar, o padre afirma que “varanda na verdade era outra coisa”.⁴¹ Seguro no seu papel oficial de dono de verdades imutáveis, o vigário não reconhece a validade da evolução lingüística, querendo impor um padrão que pode ser o da Corte, mas não é o do Continente. Um tempo depois, porém, quando Lara define como antitética a relação entre Rodrigo Cambará e o “filho de açorianos” que casa com uma moça de Santa Fé, o primeiro elemento que descreve é a diferença de dialeto: um contraste entre o “português castiço” e “cantante” de Porto Alegre e a fala “clara, [...] quadrada [...] e cheia de castelhanismos” do interior da Província.⁴² Diferentemente da primeira intervenção, o padre agora parece aceitar o processo de hibridização lingüística e a conseqüente autodefinição de uma comunidade continentina distinta, onde a fala castelhana é sinal de um inimigo, mas a ausência de influência castelhana na fala é marca de gente estranha que mal sabe andar a cavalo.

Para os centauros de Santa Fé, esse noivo porto-alegrense é tão desajeitado na sela que um cidadão o chama de “baiano”, mas é somente no segundo tomo do romance, meio século mais tarde, que aparece um baiano verdadeiro, o republicano e “mau cavaleiro”⁴³ Toríbio Rezende. Para Bibiana Terra, a mesma distinção que excluía o açoriano do litoral exclui também o nortista: “o baiano era um estrangeiro, de fala e costumes diferentes dos da

³⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 233.

⁴⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 231.

⁴¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 231.

⁴² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 264.

gente da Província”.⁴⁴ O capataz Fandango reconhece três comunidades lingüísticas no Rio Grande do Sul: na fronteira “falam sempre meio gritando e com ar de provocação”, nas missões “falam pouco”,⁴⁵ e no litoral “têm fala cantada que só galego”.⁴⁶ Depois de passar a vida inteira na mesma cidade, a velha viúva do capitão Rodrigo instintivamente identifica sua pátria com “a Província”, e a Província com a maneira de falar de Santa Fé.

Por motivos temporais e espaciais, esse tipo de regionalismo lingüístico não existe em *Voss*. Em primeiro lugar, a colônia é muito jovem: nenhum dos adultos representados em Sydney na década de 1840 nasceu em New South Wales. Em segundo lugar, enquanto a ação de *O Continente* se situa no limite das possessões portuguesas, numa região sujeita à colonização interna oriunda dos povoados mais antigos, *Voss* começa e termina em Sydney, o centro da colonização britânica na Austrália e o ponto de partida da colonização interna. A relação de centro e fronteira que cria um jogo complexo de identificações com o Rio Grande do Sul e/ou com o Brasil não encontra equivalente no romance de White. O que existe nos dois romances é uma rede sutil de referências a conceitos de povo e de lugar, que permitem traçar a autoconsciência de sociedades no caminho entre as posições 2 e H₂.

A edição mais recente de *O Tempo e o Vento* comete a incoerência de oferecer um mapa do estado brasileiro do Rio Grande do Sul como se fosse idêntico ao Continente de São Pedro:⁴⁷ o Continente do romance não é um território fixo, identificável de uma vez para sempre num mapa. Na madrugada de abril de 1745 em que começa a seqüência histórica da narrativa, o padre Alonzo olha para o leste, onde fica “O Continente do Rio Grande de São Pedro”.⁴⁸ O jesuíta está na Redução de São Miguel, mas não está no Continente: tanto a rota

⁴³ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 332.

⁴⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 305.

⁴⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 257.

⁴⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 258.

⁴⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 17.

⁴⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 44.

das “comunicações entre Laguna e Sacramento” quanto o “presídio militar no Rio Grande”⁴⁹ ficam muitas léguas para o sudeste da zona missioneira. Durante as guerras entre os exércitos ibéricos e as forças de Sepé Tiaraju, uma batalha acontece na margem direita do Rio Jacuí,⁵⁰ que parece servir como uma fronteira entre os campos disputados e o território indubitavelmente sob domínio português. É “na direção do grande rio”⁵¹ que Pedro Missioneiro foge no final do capítulo, e o Continente que faz o padre perder o sono é associado principalmente com as terras portuguesas na sua margem esquerda, onde acontecem os eventos principais do capítulo “Ana Terra”. Quando Rafael Pinto Bandeira fala com Ana e sua família em termos de “ficar donos de todo o Continente”,⁵² jamais se definem os limites dessa totalidade, mas ele está pensando em expulsar os castelhanos, não definir fronteiras nacionais com eles.

Mais que um século depois da destruição da experiência missioneira, porém, os limites do Continente são outros. Fandango jura que “não hai canto destes pagos que eu não conheça”,⁵³ mas a terra desse tropeiro se conforma rigorosamente com o traçado do estado atual. Ele cita o rio Mampituba e a cidade de Vacaria na divisa com o estado de Santa Catarina, as cidades de São Borja e Uruguaiana e o vale do Uruguai, que marcam a fronteira com a Argentina, e as cidades de Santana de Livramento, Dom Pedrito e Bagé e o rio Chuí, indicando a fronteira com a República Oriental do Uruguai.⁵⁴ Essa visão mostra uma inversão no conceito do Continente: Laguna e a Colônia do Sacramento se perdem além dos limites do território, e a parte do estado a princípio excluída acaba sendo seu núcleo. Para Fandango, “o

⁴⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 45.

⁵⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 83.

⁵¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 87.

⁵² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 105.

⁵³ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 256.

⁵⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 256, 258.

verdadeiro Rio Grande fica da margem direita do Jacuí”,⁵⁵ enquanto “da margem esquerda pro norte e pro mar” – inclusive na própria cidade de Rio Grande – “tem gringo demais”.⁵⁶

Em vez de definir o continentino como aquele que mora no Continente, a ausência de fronteiras claras sugere o caminho inverso: definir o Continente pela presença daqueles que se identificam como continentinos. O termo surge logo no início de “Ana Terra”: para o espanhol Alonzo, falante de português é português, mas a família Terra mostra uma visão mais complexa e o começo de algo novo. Quando a família de Zé Borges aceita as promessas d’El-Rei e sai da ilha Terceira para o Novo Mundo, é o marido que sonha com riquezas, “vê suas terras e rebanhos, come pão de seu trigo”, enquanto a esposa quer ficar, com “medo do mar, dos índios, das feras e das febres”.⁵⁷ A realidade acaba sendo mais dura que o sonho: as febres e o mar lhes tiram dois dos filhos, e no Continente vivem “como degredados”.⁵⁸ No mesmo momento, os descendentes de migrações anteriores estão passando por experiências paralelas mas profundamente diferentes. D. Henriqueta, mãe de Ana Terra, também não queria ir para esses descampados: não queria lutar “contra índios, feras e bandidos”, mas acompanhou o marido que tinha “a mania de vir um dia para o Rio Grande de São Pedro criar gado e plantar”.⁵⁹ Essa vida também é dura, as feras também matam um dos filhos, “picado por uma cascavel”,⁶⁰ e a mulher sente que os homens estão “ficando como bichos”.⁶¹ A diferença entre as duas famílias não está nos valores dos homens, nem nas relações entre maridos e esposas, nem nos sofrimentos da vida cotidiana, mas nas memórias. Quando os Borges “suspiram de saudades”,⁶² estão pensando na vida e nas comidas do Velho Mundo,

⁵⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 258.

⁵⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 258.

⁵⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 88.

⁵⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 90.

⁵⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 108.

⁶⁰ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 104.

⁶¹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 108.

⁶² VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 90.

mas o passado que Henriqueta Terra recorda é “de Sorocaba, de sua casa, de seu povo”.⁶³ Assim como Maneco insiste que “pátria é a casa da gente”,⁶⁴ o “povo” da sua esposa não sugere uma nova identidade nacional, mas o povoado ou a família. Mesmo nessa escala pequena, uma mudança começou: um elo já foi quebrado, o Velho Mundo foi deixado para trás, e a posição H₂ começa a aparecer.

A relação entre os continentinos e os portugueses muda com a chegada no Rio de Janeiro da Corte portuguesa que, com o tempo, passa a ser a Corte brasileira. Rodrigo Cambará comenta que “no fundo a independência não mudou nada”,⁶⁵ e – momento raro de concordância – seu sogro, Pedro Terra, conclui que “não tinha mudado nada, nem podia mudar”.⁶⁶ Mais contundente, porém, é a crítica desse processo feita inconscientemente por João Caré, que chega em Rio Pardo no dia da proclamação. Em vez de uma separação amigável, em que a colônia se reconhece como a prole da metrópole e reivindica a autonomia que vem com a maturidade, os luso-descendentes do povoado se declaram “livres dos galegos”,⁶⁷ projetando Portugal como o estrangeiro e negando a relação de parentesco entre as posições H₂ e 2. O gaúcho miserável não tem condições de compreender o que quer dizer independência, mas sabe reconhecer um bom negócio e vende a virgindade da sua filha mais moça para comprar comida. Numa paródia cruel, essa negação de parentesco no nível familiar reflete a outra no plano geopolítico.

Quem afirma a ligação lusitana é o pernambucano Aguinaldo, dono do Sobrado que ostenta “duas colunas revestidas de vistoso azulejo português” num estilo que lembra “nossos antepassados lusitanos”,⁶⁸ e o maranhense Nepomuceno, autor dessas descrições. No seu *Almanaque*, esse nortista também publica poemas de “poetas famosos como Camões, Tomás

⁶³ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 108.

⁶⁴ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 106.

⁶⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 310.

⁶⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 233.

Antônio Gonzaga e Gregório de Matos”.⁶⁹ Mais que um simples aproveitamento de estilos ancestrais, como poderia ser o caso do Sobrado, a escolha desses textos afirma não somente uma ligação histórica, mas uma herança viva. É interessante notar que, depois do português Camões, a ordem cronológica se inverte para construir um movimento do Velho Mundo ao Novo: Gonzaga, que nasceu em Portugal de pais brasileiros e só veio para o Brasil aos nove anos,⁷⁰ é citado antes de Matos, nascido no próprio Brasil.⁷¹ Os dois brasileiros foram educados em Coimbra, viviam no Brasil e sofreram exílio na África: em Angola, no caso de Matos,⁷² e em Moçambique, no caso de Gonzaga.⁷³ Essa experiência tricontinental não somente realça a interligação do mundo lusófono na época imperial, mas estabelece um forte contraste com a afirmação do santa-fezense anônimo que “não sendo continentino pra mim é estrangeiro”.⁷⁴

Se o primeiro tomo de *O Continente* discute o continentino e o português, estabelecendo a relação entre as posições H₂ e 2, o segundo tomo transfere o foco da discussão para a relação entre o continentino e o brasileiro, dentro da própria posição H₂. Chico Amaral reclama da relação entre a Capitania do Rio Grande e a Corte portuguesa, dizendo que “vamos continuar aqui embaixo abandonados e esquecidos como sempre”,⁷⁵ e Juvenal Terra relata que a Corte (agora brasileira) se comporta “como se o Rio Grande fosse uma colônia e não uma província do Brasil”,⁷⁶ mas depois da Revolução Farroupilha, são as perspectivas não-continentinas que começam a dominar a narrativa. A partir de “A teiniaguá”, quem debate as idéias são o juiz Nepomuceno, Luzia, o major Erasmo Graça, o doutor

⁶⁷ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 191.

⁶⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 19.

⁶⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 18.

⁷⁰ HULET, Claude Lyle. *Brazilian literature 1: 1500-1880*. Washington: Georgetown University Press, 1974. p. 133.

⁷¹ HULET, 1974. p. 42.

⁷² HULET, 1974. p. 42.

⁷³ HULET, 1974. p. 133.

⁷⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 25.

⁷⁵ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 187.

Winter, o padre Atílio Romano e o jornalista Toríbio Rezende: um maranhense, uma pernambucana, um carioca, um alemão, um italiano e um baiano. São essas as vozes que discutem temas intimamente ligados a uma posição H₂ claramente em existência: “a integridade do nosso Brasil”,⁷⁷ a relação entre a Província, a Corte e “as grandes cidades do mundo”,⁷⁸ o “destino da pátria comum”,⁷⁹ a “vida social da nação”,⁸⁰ a possibilidade de um imigrante “ser brasileiro de coração”⁸¹ e a posição da poesia brasileira “na literatura universal”.⁸²

Em *O Arquipélago*, Roque Bandeira lamenta a impossibilidade de se escrever “neste país imaturo”;⁸³ no segundo tomo de *O Continente*, o romancista Floriano Cambará retrata essa imaturidade. Como sugere Winter, “ninguém tinha plano, ninguém pensava no futuro; os continentinos viviam ao acaso das improvisações”:⁸⁴ fecham-se no seu pequeno mundo, rejeitando igualmente o passado português, o projeto nacional brasileiro e a possibilidade de realizar o sonho de um Estado-nação sul-rio-grandense. As personagens mais fortes são os velhos: o capataz Fandango, um gaúcho comicamente conservador, que reclama da modernice da bombacha e acha “uma pouca-vergonha” usar o telégrafo,⁸⁵ e a ferozmente bairrista Bibiana, que ouve latim e o confunde com alemão⁸⁶ e recusa vinho como coisa de gringo.⁸⁷ Pior é que os jovens também não escapam desse fechamento dos horizontes. Quando o padre Lara sugere que Rodrigo Cambará não deve pensar “que o mundo é só a Província de São Pedro”, o capitão valoriza sua experiência passada e responde: “pra mim tem sido”.⁸⁸ Quando

⁷⁶ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 342.

⁷⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 17.

⁷⁸ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 115.

⁷⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 229.

⁸⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 231.

⁸¹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 303.

⁸² VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 349.

⁸³ VERISSIMO, Erico. *O arquipélago 1*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 79.

⁸⁴ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 85.

⁸⁵ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 259.

⁸⁶ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 325.

⁸⁷ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 311.

⁸⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 241.

Luzia tenta ampliar as perspectivas de seu filho, afirmando que Santa Fé não é “o único lugar no mundo onde a gente pode viver”, o neto de Rodrigo põe limites à sua experiência futura, dizendo que “foi aqui que eu nasci”.⁸⁹ Rejeitando tanto a herança dos navegadores portugueses quanto a própria imaginação, o jovem Licurgo Terra Cambará não tem a menor vontade de ver o mar.⁹⁰

Quase todos os adultos em *Voss* conhecem o mar. Laura Trevelyan lamenta que “é bem provável que nunca viajarei” e tem “inveja das pessoas que desfrutam da liberdade para fazer viagens”,⁹¹ mas somente por não contabilizar os seis meses e meio que teria passado no mar para chegar na colônia.⁹² Os destinos que a moça sonha visitar são “lugares no estrangeiro, como [...] as Índias, as ilhas Maurício, Zanzibar”,⁹³ enquanto New South Wales, apesar de sua localização no outro lado do planeta, nada mais é que um pedacinho do mundo britânico. Se as palavras-chave em *O Continente* são “português”, “continentino” e “brasileiro”, em *Voss*, o nascimento de uma posição H₂ se encontra na intersecção de termos como “country” (território, terra, país), “colony” (colônia), “foreign” (estrangeiro) e “home” (lar). Na análise que segue, não será possível trabalhar com frases traduzidas como se representassem perfeitamente o texto original. Quando necessário, os jogos de sentido serão examinados em termos das palavras em inglês.

É Voss que introduz a palavra *country*, que oscila entre sentidos relacionados a uma unidade política e à própria natureza daquela terra. Sua pergunta inicial, “do you go out much

⁸⁹ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 225.

⁹⁰ VERISSIMO, *O continente 2*, 2004. p. 223.

⁹¹ WHITE, 1994. p. 106. No original: “Most probably I shall never travel”; “I envy the people who enjoy the freedom to make journeys”.

⁹² MARTIN, Ged; KLINE, Benjamin. British emigration and new identities. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 261. No original: “When John Dunmore Lang left Leith in Scotland in 1822 for Hobart in Tasmania, ... it took six and a half months to sail round the world”.

⁹³ WHITE, 1994. p. 106. No original: “foreign places, such as [...] the Indies, Mauritius, Zanzibar”.

into your country?”,⁹⁴ mistura essas duas tendências: o possessivo “your country” sugere “viajas muito no país de vocês?”, mas a preposição “into” sugere a experiência de entrar na paisagem: “vais muito para o interior?”. As três palavras – *into*, *your* e *country* – são manipuladas no diálogo que segue. Inicialmente, Laura inverte o sentido da preposição, dizendo que “we drive out sometimes”:⁹⁵ Voss, o explorador, vê a paisagem como algo para entrar, enquanto Laura, pensando do ponto de vista do povoado, fala em sair. Em seguida, ela afirma que “a week in the country makes a change”,⁹⁶ usando a palavra numa maneira que exclui qualquer referência a posse: é simplesmente “uma semana no interior” que faz a mudança. Voss, porém, responde que “your country is of great subtlety”,⁹⁷ claramente enfatizando o aspecto físico do lugar, mas também insistindo no possessivo: é “esse interior de vocês” que é muito sutil. Laura reflete que tem medo “of the country which, for lack of any other, she supposed was hers”,⁹⁸ aceitando os dois sentidos da palavra. Ela tem medo do *country* como paisagem, como vastidão simbolicamente vazia, mas é uma unidade política que, “por falta de outra, admitia ser a sua”. Essa resposta não abre a possibilidade de ler *country* como “país”, mas reconhece uma diferença entre o Novo Mundo e o Velho que está existencialmente “em falta”. A experiência australiana começa a ser uma coisa própria: é o germe de uma posição H₂. Ao falar de novo, a moça rejeita a ambigüidade de *country* e volta para o termo que realça a relação com a metrópole, e não a separação, perguntando “faz muito tempo que chegaste na Colônia?”.⁹⁹

Quando Laura pensa em comparar Voss com outros homens, as duas categorias que vêm à mente são de fora de Sydney: “oficiais ingleses”¹⁰⁰ e “young landowners [...] from the

⁹⁴ WHITE, 1994. p. 11.

⁹⁵ WHITE, 1994. p. 11.

⁹⁶ WHITE, 1994. p. 11.

⁹⁷ WHITE, 1994. p. 11.

⁹⁸ WHITE, 1994. p. 11.

⁹⁹ WHITE, 1994. p. 11. No original: “Is it long since you arrived in the Colony?”.

¹⁰⁰ WHITE, 1994. p. 11. No original: “English officers stationed there”.

country”.¹⁰¹ Nessa frase, *country* é simplesmente “interior”, mas a justaposição dos soldados servindo temporariamente na colônia e os “jovens estancieiros” se enraizando em New South Wales reforça a possibilidade de uma cisão entre os dois mundos. As mesmas categorias surgem uma segunda vez, ligadas a duas propostas de casamento que a moça quase recebera: uma de um criador de gado e outra de um mercador “before he sailed for Home”.¹⁰² Essa referência ao Reino Unido como ainda o “lar” dos colonos não é uma excentricidade de Laura, mas um termo comum, que aparece várias vezes no romance, sempre quase-oficializado pela inicial maiúscula: a chegada de dois navios da Marinha cria “nostalgia for Home”,¹⁰³ por exemplo, e um astrônomo amador registra suas observações sobre um cometa para enviar “a report Home”.¹⁰⁴ Mais difícil de explicar é o uso do conceito por uma menina nascida na colônia, para descrever sua ansiedade ao ficar em casa quando sua mãe “left for Home”.¹⁰⁵ Que essa percepção de temporariedade tenha sido adotada por crianças sugere uma vontade forte nos habitantes do Novo Mundo de não aceitar que sua migração fosse definitiva. É interessante notar que no último capítulo, vinte anos depois da expedição, o termo não aparece mais.

No diálogo da família Bonner depois da saída de Voss, o jogo de sentidos entre as palavras *country* e *Colony* continua. A primeira a opinar é Emmy, esposa do mercador e tia de Laura, que questiona se é de bom senso enviar o alemão para o interior do que ela descreve como “this miserable country”.¹⁰⁶ O “desgraçado” aqui não é propriamente o lugar, mas seu clima: mais que com o destino do explorador, Emmy está preocupada com sua tez.¹⁰⁷ Num outro episódio, aparece uma personagem menor, Liz Asbold, “de bochechas rosadas que o sol

¹⁰¹ WHITE, 1994. p. 11.

¹⁰² WHITE, 1994. p. 15.

¹⁰³ WHITE, 1994. p. 298.

¹⁰⁴ WHITE, 1994. p. 375.

¹⁰⁵ WHITE, 1994. p. 398.

¹⁰⁶ WHITE, 1994. p. 27.

¹⁰⁷ WHITE, 1994. p. 28. No original: “his wife ... feared for her complexion”.

ainda não conseguira estragar”,¹⁰⁸ e seu marido, já “curtido” depois de uma vida exposta a “all weathers in both countries”. Essas duas visões de *country* não são idênticas. Emmy contrapõe “this country” com suas memórias de “outros”,¹⁰⁹ no plural: outros climas, portanto, porque de outros países ela conhece somente um. Liz Asbold, por outro lado, pensa numa grande variedade de climas e de tempos, mas pressupõe duas unidades geográficas: existem somente o Velho Mundo e o Novo, e seu marido tem experiência da vida “nos dois”. Compartilhando a mesma preocupação com o efeito do sol na pele, as duas mulheres conceituam a relação entre colônia e metrópole de maneiras diferentes. Para Emmy Bonner, Sydney é um *country* ao lado de várias regiões climáticas da Inglaterra; para Liz Asbold, a colônia é radicalmente distinta do Reino Unido, constituindo um novo *country* em contraste ao velho.

A discussão entre Laura e Bonner que prossegue junto com as observações de Emmy oferece uma impressão da mudança produzida na moça pelo contato inicial com Voss. Anteriormente, ela preferia o termo *Colony* a *country*, que lhe causava um medo que “nunca admitiria”;¹¹⁰ agora, ela introduz justamente aqueles temas inquietantes dos quais fugira. Na sua primeira intervenção, Laura explicita um contraste entre a visão de Voss e aquela dos “outros homens” que se interessam somente por dinheiro e querem “make a fortune out of this country”.¹¹¹ Bonner protesta contra essa rejeição dos valores pragmáticos e insiste em uma definição de *country* como um Novo Mundo de oportunidades, em contraste a um Velho Mundo onde tudo já existe e já está feito: esse é “the country of the future”.¹¹² Não se trata de um país novo, nem de uma identidade separatista – afinal, na sua loja o próprio Bonner se

¹⁰⁸ WHITE, 1994. p. 312. No original: “with pink cheeks that the sun had as yet failed to spoil”.

¹⁰⁹ WHITE, 1994. p. 28. No original: “others”.

¹¹⁰ WHITE, 1994. p. 11. No original: “this fear ... was something to which she would never have admitted”.

¹¹¹ WHITE, 1994. p. 28.

¹¹² WHITE, 1994. p. 28.

proclama um “MERCADOR DE TECIDOS INGLÊS”¹¹³ –, mas de um lugar onde o indivíduo pode alcançar o sucesso justamente através do exercício dos valores britânicos.

Laura, porém, continua sua revelação dos novos mistérios, insistindo que Voss é obcecado pelo lugar e não tem medo dele, enquanto os próprios colonos britânicos são “still afraid ... of this country”, que ainda não entendem.¹¹⁴ Esse medo e essa falta de compreensão tratam não das oportunidades do mercado de tecidos, mas da terra em si: não do Novo Mundo britânico, mas do antigüíssimo continente australiano onde está plantado. A jovem Belle Bonner entende o que a sua prima está dizendo, e responde com uma visão de “aborígenes, e desertos, e rochas, e esqueletos ... de homens que morreram”,¹¹⁵ mas seu noivo, o tenente Radclyffe, ridiculariza a acusação de medo da outra. Laura intensifica sua imagem do lugar, afirmando que “it is not my country, although I have lived in it”:¹¹⁶ viver num lugar não é a mesma coisa que possuí-lo. A moça admite que, para ela, o continente é “foreign and incomprehensible”,¹¹⁷ e insiste que o único capaz de compreender essa estranheza é, ironicamente, o “foreigner”, Voss: “é dele por direito de visão”.¹¹⁸ No próximo capítulo, o próprio Voss assume a mesma posição, dizendo que ousará chamá-lo de “my country, although I am a foreigner”:¹¹⁹ o fato de ser política e lingüisticamente estrangeiro não impede o desenvolvimento de uma relação possessiva com a terra nova.

Bonner, por outro lado, rejeita o conceito de uma ligação espiritual com a terra e, para marcar a mudança do seu discurso, abandona a palavra inquietante *country* e introduz o termo *Colony*, exatamente como Laura fez na conversa com Voss. “Estamos falando da nossa

¹¹³ WHITE, 1994. p. 19. No original: “EDMUND BONNER – ENGLISH DRAPER”.

¹¹⁴ WHITE, 1994. p. 28.

¹¹⁵ WHITE, 1994. p. 28. No original: “a lot of blacks, and deserts, and rocks, and skeletons ... of men that have died”.

¹¹⁶ WHITE, 1994. p. 29.

¹¹⁷ WHITE, 1994. p. 29.

¹¹⁸ WHITE, 1994. p. 29. No original: “It is his by right of vision”.

¹¹⁹ WHITE, 1994. p. 40.

Colônia como se ainda não existisse”,¹²⁰ reclama o homem de negócios, que segue falando de progresso, de casas e edifícios públicos, de administradores dedicados e, para deixar claro que o solo e seus produtos são mercadorias, não valores espirituais, termina sua fala com “as realizações concretas dos homens que estão povoando esta terra”.¹²¹ Nesse diálogo, Bonner assume a posição 2, insistindo na continuidade dos valores e dos jeitos de ser trazidos do Velho Mundo. Seguindo o impulso de Voss, Laura sofre a inquietação de perceber que a vida não pode continuar igual num lugar tão diferente. Ela ainda não anuncia a posição H₂, mas reconhece que a sociedade precisa passar por um período de alienação, antes de poder adequar os velhos valores ao Novo Mundo. Essas duas visões – de rejeitar e de aceitar a necessidade da hibridização – continuam a se opor até o final do romance.

Em 1845, a colônia de New South Wales era administrada por um Governador, indicado pela Rainha Victoria, junto com um Conselho Legislativo de 36 membros, dos quais 12 eram indicados e 24 eleitos.¹²² Na cerimônia para marcar a partida da expedição de Voss, o Governador está doente e seu discurso é lido por um coronel. Em 1865, a Rainha ainda era representada por um Governador, mas o governo já estava nas mãos de um Primeiro Ministro, responsável ante uma Assembléia Legislativa eleita pela população.¹²³ Quem faz o discurso na inauguração de uma estátua de Voss vinte anos depois da expedição não é um representante da coroa, mas o líder de um governo eleito. O coronel que discursa em 1845 é descrito como visivelmente inglês, e mantém “seus sentimentos pessoais controlados por trás das barbas”,¹²⁴ enquanto o discurso de 1865 deixa o Primeiro Ministro “trêmulo por causa da

¹²⁰ WHITE, 1994. p. 29. No original: “Here we are talking about our Colony as if it did not exist until now”.

¹²¹ WHITE, 1994. p. 29. No original: “the solid achievement of those men who are settling the land”.

¹²² *Documenting a democracy*. New South Wales Constitution Act 1842. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=77>> Acesso em: 23 out. 2005.

¹²³ *Documenting a democracy*. New South Wales Constitution Act 1855. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/item.asp?sdID=78>> Acesso em: 23 out. 2005.

¹²⁴ WHITE, 1994. p. 113. No original: “His personal feelings were controlled behind his whiskers ... it was possible to tell he was an Englishman”.

oratória exigida por um momento histórico”.¹²⁵ Se os dois são ironizados, é por motivos contrários: o inglês pela formalidade e o colono pela emoção. A audiência também mudou: em 1845, “pescoços rígidos se curvaram em atitudes sugestivas de atenção humilde”,¹²⁶ enquanto um cidadão em 1865 reclama do governo e da sua lentidão “in developing the country”.¹²⁷ Para poder ser desenvolvido, o *country* aqui é essencialmente um país: uma unidade política com seu governo, sua economia e um destino percebido como distinto daquele da metrópole.

Os resultados dessa passagem para a posição H₂ são vistos nos atos de homens públicos, mas a transformação em si é representada, tanto por Verissimo quanto por White, como a triste conquista das mulheres que sobrevivem seus homens. No interlúdio no final do primeiro tomo de *O Continente*, Pichuca Terra Fagundes, sobrinha de Ana Terra, explica que “sina de mulher é essa: ficar em casa esperando, enquanto os homens se vão em suas andanças”.¹²⁸ Neste sentido, a expedição de Voss cumpre o mesmo papel histórico das guerras aparentemente sem fim no Continente de São Pedro: é o contexto no qual os homens são sacrificados e enterrados na terra nova, enquanto as mulheres permanecem, costurando as histórias dessas vidas interrompidas. Esse processo é explícito no caso de dona Pichuca, que “depois da Guerra dos Farrapos ... não falou mais nas proezas de Carlos Magno e seus doze cavaleiros”,¹²⁹ mas transfere sua imaginação mitológica do Velho Mundo aos novos heróis farroupilhas. Em *Voss*, a transferência do foco cultural é mais difusa, e acontece principalmente no contraste entre Laura Trevelyan, que sofre telepaticamente junto com o explorador alemão, e Edmund Bonner, para quem “as Cruzadas não eram mais distantes”¹³⁰ da sua vida cotidiana. Para Bonner, a história é algo impessoal, algo que atinge outras pessoas

¹²⁵ WHITE, 1994. p. 440. No original: “shaky from the oratory prescribed for an historic occasion”.

¹²⁶ WHITE, 1994. p. 113. No original: “stiff necks were bent into attitudes that suggested humble attention”.

¹²⁷ WHITE, 1994. p. 436.

¹²⁸ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 367.

¹²⁹ VERISSIMO, *O continente 1*, 2004. p. 366.

e acontece em outros lugares. Por mais que fale das “conseqüências históricas” da expedição, ele assume seus custos somente “em dinheiro, não nos sofrimentos do espírito”,¹³¹ e termina a vida um “caduco bem-humorado”,¹³² desligado da nova história que ajudou a criar.

Assim como dona Pichuca, porém, Laura substitui as histórias herdadas pela experiência do sofrimento: com a morte de Rose Portion, a moça adota tanto a filha ilegítima da criada quanto o lugar onde vive. Escrevendo para Voss, ela usa o termo *country* duas vezes, ligando o sentido de paisagem ou experiência física com aquele de país ou unidade social. Com o enterro de Rose, Laura diz que começa a compreender “this great country, which we have been presumptuous enough to call ours”.¹³³ No início do livro, ela tinha medo dessa mesma terra e aceitava que fosse dela somente na falta de outra opção. Agora, o lugar é dotado de grandeza, e ela assume tanto a arrogância do pronome possessivo quanto a possibilidade de que venha a representar uma relação real. Mais enigmática é a subsequente referência ao desenvolvimento: um conceito que normalmente sugeriria uma transformação das relações sociais e econômicas de uma unidade política, mas que Laura vincula à experiência pessoal. Contrapondo-se à visão superficialmente materialista do mercador Bonner, ela afirma que um *country* “não se desenvolve através da prosperidade de alguns poucos estancieiros e mercadores, mas do sofrimento das pessoas humildes”.¹³⁴ Amarrando os sentidos geográfico e social na mesma palavra, a moça sinaliza o surgimento de uma identidade australiana, da posição H₂, e exige que seja fundada numa relação existencial com o continente.

Depois de vinte anos morando com os aborígenes, o ex-prisioneiro Judd, único sobrevivente da expedição, também vincula *country* com uma relação existencial e com o

¹³⁰ WHITE, 1994. p. 155. No original: “The Crusades were not more remote”.

¹³¹ WHITE, 1994. p. 155. No original: “in hard cash, and not in sufferings of the spirit”.

¹³² WHITE, 1994. p. 431. No original: “a cheerful dotard”.

¹³³ WHITE, 1994. p. 239.

sofrimento, ao afirmar que “Voss left his mark on the country”.¹³⁵ Aqui, é a própria paisagem que é marcada, tanto no sentido meramente físico das árvores onde entalhou o seu monograma, quanto num sentido espiritual, ligado ao local da sua morte. Para Judd, “quando uma pessoa vive e sofre por um bom tempo num lugar, ela nunca sai por completo dali”:¹³⁶ o resultado não é uma nova visão social, mas um paralelo pessoal com sua própria experiência de perder a família e a propriedade. Para Laura, a ligação é menos específica. Ela aceita que sabe muito pouco das coisas em geral e especialmente de “our country”¹³⁷ – a posse do qual não é mais questionada –, mas especula que o verdadeiro saber se encontra somente através dos sofrimentos “in the country of the mind”.¹³⁸ Sem minimizar o misticismo e a mitificação inerentes nessa expressão, não é impossível ouvir nela a sugestão de uma “comunidade imaginada”: uma nação.¹³⁹

Ouvindo essas divagações estão dois artistas: o professor de música, Topp, e o pintor, Willie Pringle, que rompera a ligação filial com o Reino Unido e fora estudar a sua arte na França.¹⁴⁰ Vinte anos antes, o inglês Topp rejeitara qualquer vínculo com a colônia, declarando que “It is no country of mine”, “fora o triste acidente de estar aqui”,¹⁴¹ mas o tempo criara nele um amor perverso pelo “solo azedo da colônia”.¹⁴² Com as palavras de Laura, ele começa a perceber a possibilidade de expressar esse amor numa música nova, “de pedra e caatinga, ... de riachos magros lutando em direção aos mares da eternidade ... sobre

¹³⁴ WHITE, 1994. p. 239. No original: “a country does not develop through the prosperity of a few landowners and merchants, but out of the suffering of the humble”.

¹³⁵ WHITE, 1994. p. 443.

¹³⁶ WHITE, 1994. p. 443. No original: “if you live and suffer long enough in a place, you do not leave it altogether”.

¹³⁷ WHITE, 1994. p. 446.

¹³⁸ WHITE, 1994. p. 446.

¹³⁹ ANDERSON, 1991. p. 6. No original: “the nation ... is an imagined political community”.

¹⁴⁰ WHITE, 1994. p. 435.

¹⁴¹ WHITE, 1994. p. 40. No original: “except for the unfortunate accident of my being here”.

¹⁴² WHITE, 1994. p. 445. No original: “out of his hatred for the sour colonial soil ... had developed a perverse love”.

um leito de rostos olhando para cima”.¹⁴³ Nesses rostos, nessa imagem que une comunidade e território, ele percebe um limite: “a nossa mediocridade como um povo”.¹⁴⁴ Na década de 1840, mesmo quem falava em *country* não falava num povo distinto de New South Wales: somente uma das meninas no colégio reconhecia que “não somos mais ingleses, não de verdade”.¹⁴⁵ Na década de 1860, o conceito não parece chocar: assim como o continentino é latino sem ser português, o australiano deixou de ser inglês, mas continua britânico. Nascido no Novo Mundo, Willie Pringle vê a mediocridade não como “um estado final e irrevocável”, mas como um processo de hibridização: “uma fonte de criatividade de inesgotável variedade e sutileza”.¹⁴⁶ Esse homem da posição H₂ não percebe sua cultura como a falta da posição 2, mas como a possibilidade de algo novo. As novas relações são explicitadas no último diálogo do romance, quando a posição 2 reconhece a existência da posição H₂: um visitante inglês se posiciona como um estrangeiro num país que não é dele.¹⁴⁷ Ele reconhece esse Novo Mundo como “a country with a future”, mas pergunta “quando é que o futuro vira presente?”.¹⁴⁸ Laura afirma que é “agora ... cada momento que vivemos e respiramos, e amamos, e sofremos, e morremos”.¹⁴⁹ Em vez de buscar a definição de um estado final, ela aposta no próprio processo. Segura na sua identidade, ela não fecha o romance com uma declaração grandiosa, mas, um pouco rouca, “passa a pensar em voz alta se não tinha trazido as pastilhas”.¹⁵⁰

¹⁴³ WHITE, 1994. p. 446. No original: “Of rock and scrub ... of thin rivers struggling towards seas of eternity ... over a bed of upturned faces”.

¹⁴⁴ WHITE, 1994. p. 446. No original: “our mediocrity as a people”.

¹⁴⁵ WHITE, 1994. p. 398. No original: “but we are not English, not properly, not any more”.

¹⁴⁶ WHITE, 1994. p. 447. No original: “the mediocrity of which he speaks is not a final and irrevocable state; rather it is a creative source of endless variety and subtlety”.

¹⁴⁷ WHITE, 1994. p. 448. No original: “I have been travelling through your country”.

¹⁴⁸ WHITE, Patrick. *Voss*. L

ondon: Vintage, 1994. p. 448. No original: “But when does the future become present?”.

¹⁴⁹ WHITE, 1994. p. 448. No original: “Now ... Every moment that we live and breathe, and love, and suffer, and die”.

¹⁵⁰ WHITE, 1994. p. 448. No original: “she had grown hoarse, and fell to wondering aloud whether she had brought her lozenges”.

Escritas logo depois do florescimento desastroso do nacionalismo alemão que terminou com a queda de Berlim em 1945, as narrativas de Verissimo e White usam personagens alemães para questionar a relação entre a nação, o país, o idioma e o povo. O doutor Winter em *O Continente* e o próprio explorador em *Voss* sabem perfeitamente bem que são alemães, mas nenhum dos dois conhece o Estado-nação alemão, que surgiu sob a liderança de Bismarck nas décadas de 1860 e 1870. Para eles, a Alemanha não é um país, mas uma nação, definida em termos lingüísticos, não políticos. A experiência do nacionalismo nos dois romances é exatamente o contrário deste modelo: no Novo Mundo, a nacionalidade surge através da experiência, não do idioma. Benedict Anderson nota que a primeira onda do nacionalismo, aquela que surgiu nas Américas entre o final do século XVIII e o início do século XIX, não dependia de distinções lingüísticas, mas da percepção de diferenças existenciais que distinguem a vida na colônia daquela na metrópole. Foi somente na segunda onda, a européia, que o conceito de uma língua nacional foi vinculado ao conceito da nação: no Novo Mundo “a questão do idioma nunca chegou a ser um problema”.¹⁵¹

Com a multiplicidade de países de língua castelhana e com os vizinhos canadenses e americanos falando o mesmo inglês, a experiência do Novo Mundo mostra que o surgimento de uma identidade nacional não depende de uma identidade lingüística. Ao mesmo tempo, a presença de alemães nos dois romances mostra que uma nação – uma comunidade cultural – também não precisa ser idêntica a um país para ter certeza da sua existência. Nesse sentido, as narrativas de Verissimo e White representam sociedades novas em transição da condição de colônia para a consciência da nacionalidade. O New South Wales de *Voss* está longe de ser um país: é uma colônia que começa a perceber a sua diferença em relação ao Reino Unido e caminha rumo à autonomia política. Mesmo no final do romance, é cedo para falar numa identidade nacional neo-sul-galesa ou australiana, mas o seu princípio está claramente

¹⁵¹ ANDERSON, 1991. p. 47. No original: “language was never even an issue in these early struggles for national

evidente. O Rio Grande do Sul de *O Continente* é um estado que já ensaiou a independência e continua com a sensação de ser nação apesar de não ser país. O padre Atílio afirma que Garibaldi sonhou com duas vitórias nacionalistas: na guerra separatista dos farroupilhas e na “unificação da pátria distante” da Itália.¹⁵² No Velho Mundo, Estados-nação podem ser criados pela unificação: a princípio, aqueles que falam a mesma língua já se reconhecem como uma unidade. No Novo Mundo, porém, não existe essa possibilidade. Aqui, como em *O Continente* e em *Voss*, a nação não se cria por unificação, mas por divisão: por se definir como diferente da metrópole, apesar dos laços familiares, apesar das raízes compartilhadas e apesar do idioma comum.

liberation”.

¹⁵² VERISSIMO, *O continente* 2, 2004. p. 302.

CONCLUSÃO

As duas partes do presente estudo realizam os dois objetivos propostos na introdução. A primeira parte, *Colônias, países e nações*, estabelece a lógica por trás de uma comparação entre obras literárias do Brasil e da Austrália em termos das suas experiências coloniais e pós-coloniais, através de um modelo das interações culturais que caracterizam a colonização. O modelo fornece uma terminologia para comparar o hibridismo cultural em contextos diferentes, esquematizando as relações entre as várias raízes culturais de sociedades que surgem no processo da colonização. A segunda parte do trabalho, *Os novos continentes*, consiste na análise comparativa da representação das relações coloniais e pós-coloniais em dois romances que tematizam a formação de sociedades novas nos mundos latino e britânico: *O Continente*, de Erico Verissimo, e *Voss*, de Patrick White. O estudo comprova a utilidade analítica do modelo e mostra um alto grau de semelhança morfológica entre as relações culturais representadas nos dois textos.

O capítulo 1.1, *Culturas novas no Novo Mundo*, relembra as raízes antigas da colonização e nota que as culturas colonizadoras são também produtos de processos coloniais anteriores. Sem negar a sua violência, a presente abordagem procura investigar a colonização não como um modo de opressão – muito menos como um modo de opressão peculiarmente europeu –, mas como uma instância de contato entre culturas distintas, que necessariamente gera experiências culturais novas. Argumenta-se que o traço definidor do Novo Mundo não é a predominância de indivíduos colonizadores e seus descendentes, mas dos elementos culturais introduzidos no ato de colonizar: as culturas podem ser assumidas por descendentes de qualquer grupo étnico, e conceitos como o de uma “cultura branca” devem ser rejeitados. Finalmente, examina-se a percepção da novidade experimentada pelas culturas do Novo Mundo e conclui-se que uma identidade pós-colonial surge através de um processo de individuação em relação à cultura metropolitana.

O capítulo 1.2, *O Brasil e a teoria pós-colonial*, trata de três possíveis inserções da experiência brasileira na teoria pós-colonial anglófona. A primeira, ao lado dos Estados Unidos, tem o mérito de relacionar duas grandes repúblicas que chegaram a ter uma influência cultural maior que as suas respectivas metrópoles. A segunda, ao lado da Austrália, do Canadá e da Nova Zelândia, reconhece semelhanças entre países separados pacificamente das suas metrópoles antes da Primeira Guerra Mundial e não hegemônicos no mundo atual. A terceira ignora grandes diferenças históricas para destacar uma percepção de opressão econômica, colocando o Brasil junto com o chamado “Terceiro Mundo”: a história e as limitações desse conceito geopolítico são traçadas. Introduzem-se as definições do “Quarto Mundo” dos povos indígenas ainda colonizados, e do “Segundo Mundo” de culturas que se posicionam entre a prioridade cultural dos colonizadores e a prioridade existencial dos povos indígenas. Dentro da complexidade do Brasil, as culturas da região sul são identificadas como representantes desse “Segundo Mundo”, junto com países como a Austrália.

O capítulo 1.3, *Um modelo das relações coloniais*, desenvolve um modelo para descrever as interações culturais entre os três pólos fundadores da população de uma colônia. A primeira posição é a dos povos indígenas, a segunda, a dos povos colonizadores e a terceira, a dos povos transportados: os escravos, no caso brasileiro, e os prisioneiros, no caso australiano. Reconhecem-se três outros fatores que influem na formação cultural de uma nova sociedade: as proporções de homens e mulheres entre os colonizadores, a percepção de semelhança ou de diferença geográfica e climática entre a colônia e a metrópole, e a presença ou não de uma cultura indígena letrada. Na confluência entre as posições 1, 2 e 3, o modelo estabelece uma posição H, representando a sociedade híbrida que surge por causa da colonização. Três variações são possíveis neste ponto, conforme a predominância cultural: H₁, com maior influência indígena, H₂, com maior influência metropolitana, e H₃, com maior

influência dos povos transportados. Inclui-se também uma posição V, representando a presença de um segundo complexo colonial vizinho.

O capítulo 1.4, *Testando o modelo*, examina as idéias de uma série de teóricos nos termos do modelo, especificamente comparando as suas descrições da posição H₂: o Segundo Mundo. Para Frantz Fanon, que pensa em termos raciais, os “brancos” das posições 2 e H₂ são idênticos. Homi Bhabha, trabalhando principalmente com as culturas da Ásia, reconhece o hibridismo, mas trata sobretudo da posição H₁. Terry Goldie e Simon During abordam justamente as culturas da posição H₂ no Canadá e na Austrália, mas o seu enfoque na experiência indígena resulta numa minimização das diferenças entre as posições 2 e H₂. Goldie percebe a individuação da posição H₂ em relação à posição 2 como nada mais que uma maneira de oprimir os povos indígenas. During identifica o desejo por uma identidade pós-colonial com a escolha de um idioma, sugerindo que as sociedades brasileira e australiana não têm como responder a tal desejo, por não terem acesso a outro idioma além daquele da metrópole. Helen Tiffin, por outro lado, exagera as diferenças entre as posições 2 e H₂ ao sugerir que uma sociedade da posição H₂ continue colonizada pela metrópole, ao mesmo tempo que coloniza os povos indígenas.

A primeira parte termina com o capítulo 1.5, *O olhar duplo de Alan Lawson*, que trata do pensamento desse criador do termo Segundo Mundo. Seu trabalho comparativo com as literaturas da Austrália e do Canadá tem o mérito de não reduzir a identidade nacional da posição H₂ a um pressuposto, mas de investigar as suas raízes na continuidade cultural que existe apesar da distância geográfica. Em vez de relações entre unidades políticas ou administrativas, Lawson deixa a nova identidade surgir na diferença existencial entre “aqui” e “lá”. Da dupla percepção de secundariedade em relação à metrópole e aos habitantes indígenas do Novo Mundo, Lawson percebe um “olhar duplo” na ficção do Segundo Mundo: uma visão caracteristicamente dividida, que exemplifica com aspectos de obras australianas e

canadenses. Todas as características citadas parecem igualmente aplicáveis à obra de Erico Verissimo. É desse trabalho que o presente estudo surge. Numa fase mais recente, Lawson se volta mais para a experiência indígena, perdendo a sutileza das relações entre as posições 2 e H₂.

O capítulo 2.1, *Erico Verissimo e Patrick White*, examina as biografias desses dois romancistas. Apesar de diferenças importantes, as suas vidas seguem trajetos paralelos: uma infância relativamente provinciana, a experiência de uma escola de internato num centro maior, uma volta ao lugar da infância e às atividades econômicas da família depois da idade escolar, um retorno ao lugar do internato na década de 1930 para tentar a sorte no mundo das letras e, depois da Segunda Guerra Mundial, a produção das suas obras mais importantes, que desenvolvem uma temática ligada às origens provincianas. O capítulo 2.2, *O Continente e Voss*, oferece uma visão sinótica das obras analisadas no presente estudo.

O capítulo 2.3, *Armas brancas em mãos escuras*, analisa um elemento simbólico compartilhado pelas duas obras: a passagem de uma arma branca do Velho Mundo para o Novo, a sua transferência do colonizador ao colonizado e uma integração simbólica no Novo Mundo. Em *O Continente*, um punhal é trazido da Espanha para a América do Sul pelo padre e quase-assassino Alonzo; em *Voss*, uma faca é levada à Austrália pelo inglês Turner, trabalhador e provável assassino. Nos dois casos, a passagem do indivíduo e a sua arma do Velho Mundo para o Novo é ligada a uma sensação de culpa, e o objeto em si é acompanhado por pesadelos. No segundo movimento, Alonzo passa o punhal para o mestiço Pedro Missioneiro. Turner abandona a sua arma no mar, mas o paralelo continua com uma segunda faca, oferecida pelo explorador Voss ao jovem aborígine Jackie. Pedro e Jackie recebem esses objetos como sinais de uma paternidade simbólica. Nos dois casos, um elemento da cultura da posição 2 se perde no Novo Mundo. Em *Voss*, o próprio objeto desaparece: Jackie assassina o alemão com a sua faca, que depois deixa cair nas pedras do deserto. Em *O Continente*, Pedro

passa o seu punhal para Ana Terra: embora o objeto permaneça entre os seus descendentes, a sua história pessoal e a sua origem metropolitana são esquecidas.

O capítulo 2.4, *O povo antigo dessa terra nova*, trata dos povos indígenas na visão dos colonizadores e seus descendentes: a relação entre as posições 1/H₁ e 2/H₂. Nos dois romances, são identificados três contextos indígenas. A cidade (Santa Fé em *O Continente* e Sydney em *Voss*) representa os valores que centram os dois romances, onde a posição H₂ predomina e a presença indígena é quase apagada. A não-cidade (a redução de São Miguel e o deserto australiano) é o lugar em que as culturas indígenas têm um papel mais destacado. Na missão, aspectos indígenas estão presentes na vida e na arte de uma comunidade da posição H₂, mas completamente subordinados à visão dos colonizadores jesuítas. No deserto, porém, é a própria cultura aborígine da posição 1 que se apresenta, representando o limite do avanço do colonizador. O terceiro contexto, o lugar da miscigenação, apresenta características distintas nos dois romances: em *O Continente*, a relação pessoal de Ana Terra e Pedro Missioneiro incorpora um contato cultural no nível individual, enquanto Jildra, a estância de Brendan Boyle em *Voss*, é um lugar físico. Ana representa a posição H₂, e Pedro, geneticamente mestiço, é identificável culturalmente com a posição H₂V, do lado castelhano da fronteira. Jildra, porém, representa o limite da colonização, onde culturas das posições H₂ e 1 se encontram e se mesclam.

O capítulo 2.5, *Gente como nós*, examina os povos transportados do ponto de vista das forças colonizadoras: a relação entre as posições 3/H₃ e 2/H₂. Essa diferenciação cultural, ligada ou à etnia ou à classe social, existe antes da colonização e é introduzida no Novo Mundo como um elemento da própria cultura metropolitana. Apesar das diferenças notadas entre as experiências históricas nos dois contextos estudados, semelhanças são identificadas na representação ficcional. É difícil, porém, perceber nos romances qualquer manifestação cultural da posição H₃, porque os indivíduos examinados parecem ocupar lugares de classe

baixa na própria cultura H₂. Muito pouco sobrevive das culturas africanas entre os negros no mundo de *O Continente*, enquanto os ex-prisioneiros representados em *Voss* não são menos ingleses que os colonizadores. Nas personagens do ex-prisioneiro Albert Judd e do ex-escravo João Batista, os dois romances retratam homens cujas qualidades superiores são claramente perceptíveis, e que sofrem o preconceito dos detentores da autoridade cultural justamente por mostrar a arbitrariedade do seu rebaixamento social. O conflito social em *O Continente* entre a sociedade geral e os afro-descendentes é parecido com aquele em *Voss* entre a cultura britânica e os católicos de origem irlandesa e prisioneira, mas também há sinais nos dois romances da possibilidade de uma convivência pacífica e respeitosa. Em *O Continente*, o preconceito racial e social é ironizado através da semelhança visual entre a amante e a mãe de Licurgo Terra Cambará. Ismália Caré é menosprezada por ser pobre, mas Luzia Silva é aceita por ser rica e culta, apesar da sua origem genética totalmente desconhecida.

O estudo termina com o capítulo 2.6, *O cordão umbilical*, que analisa a auto-imagem da nova sociedade pós-colonial e a sua relação com a cultura metropolitana: o surgimento da posição H₂ e a sua definição diante a posição 2. Três pontos de divergência são reconhecidos entre a posição H₂ idealizada no modelo e as culturas sul-rio-grandense e australiana. Por manter a monarquia, o grau de ligação política entre a Austrália e a sua metrópole continua maior do que no caso das repúblicas das Américas. Por outro lado, o Brasil carrega os reflexos de uma antiga dependência cultural de Portugal em relação à França, e o Rio Grande do Sul existe numa relação complexa com os centros políticos e econômicos do seu próprio país, dentro da posição H₂. A religião católica é representada como uma potência colonizadora independente das forças políticas em *O Continente*, enquanto o papel das religiões do Velho Mundo é mínimo no mundo de *Voss*. As representações da identidade das posições H₂ surgem através das exclusões lingüísticas dos castelhanos, no Rio Grande do Sul, e do explorador alemão, na Austrália. Por ser muito recente e pouco espalhada, a sociedade

colonial em *Voss* não apresenta variações lingüísticas. No romance de Verissimo, porém, as distinções entre as várias maneiras de falar português são vistas como sinais importantes na nova comunidade: a fala “açoriana” é significativamente desprezada.

O Continente de São Pedro retratado por Verissimo é um território de fronteiras em fluxo, e os limites da colonização britânica em *Voss* se perdem no deserto: nos dois casos, as fronteiras dependem de um conceito de comunidade, não o contrário. Em *O Continente*, o primeiro sinal de uma posição H₂ surge quando a família Terra sente saudades de um passado não no Velho Mundo, mas em uma outra parte da colônia portuguesa do Brasil. Com o tempo, a sociedade daqueles que se identificam como continentinos se define em oposição não somente aos açorianos com os seus costumes diferentes, mas a tudo que seja identificável como português, e até ao próprio Brasil. No segundo tomo do romance, depois do fracasso da Revolução Farroupilha, os continentinos são representados como bairristas, e são os outros (brasileiros e estrangeiros) que discutem os conceitos da nação e da identidade nacional. Em *Voss*, a transição entre as posições 2 e H₂ é marcada na ambivalência do uso dos pronomes possessivos para se referir ao novo território, e nos sentidos carregados pelas palavras “home” (lar), “foreign” (estrangeiro), “colony” (colônia), e especialmente “country”. Essa última é empregada para referir o interior em contraste à cidade, a própria paisagem, o clima, e a unidade administrativa. No final do romance, surge uma síntese em que o germe de uma nova identidade é percebido na identificação de uma nova unidade social – um povo – com uma experiência existencial. Nos dois romances, o trabalho espiritual de construir uma nova identidade cultural depende daquelas mulheres que sofrem a perda dos seus homens e substituem as histórias herdadas da metrópole por outras vividas no Novo Mundo.

O presente trabalho desvincula a análise pós-colonial da política anti-colonial, evita a identificação habitual entre a colonização em si e a colonização europeia da era moderna, e propõe e aplica uma espécie de estruturalismo das relações coloniais, mostrando o seu êxito

na análise de obras produzidas nos contextos sul-rio-grandense e australiano. Para maior exaustividade, o estudo deveria incluir outros dois pontos de comparação. A relação da sociedade nova com a própria terra do Novo Mundo entrou como um fator na autodefinição da posição H₂, mas merece um tratamento mais detalhado como um elemento em si. A terra simbolicamente vazia representa tanto ameaça quanto disponibilidade para a maioria dos colonizadores. Certos indivíduos, como o explorador Voss e o padre Alonzo, percebem a relação com a terra em termos espirituais, enquanto outros, como o estancieiro Sanderson e a velha Bibiana, falam em estabelecer raízes.

A análise da função simbólica do punhal também deveria ser contrabalançada por uma investigação mais minuciosa de outra presença igualmente importante: os dois romances são emoldurados pelas casas, que conseguem encerrar tanto os 150 anos da história de *O Continente*, quanto o deserto australiano de *Voss*. Esses prédios representam o sucesso parcial do projeto colonial que, ao mesmo tempo, ocupa o território e se fecha contra ele. A faca opera principalmente no mundo masculino, enquanto a casa é domínio feminino, e cada casa é cena de conflitos entre mulheres bem situadas na sociedade – Bibiana e Maria Valéria em *O Continente* e Emmy e Belle Bonner em *Voss* – e mulheres vistas como ameaçadoras da ordem: Luzia e Laura.

Embora seja útil entender as relações entre as várias culturas pré- e pós-coloniais, a atividade estética da literatura não pode ser reduzida a um projeto político. É fundamental reconhecer que livros são lidos e escritos por indivíduos, não por povos, e que esses indivíduos existem, cada um, nas suas próprias relações com sua cultura e com seus precursores. A teoria pós-colonial não pode pretender explicar toda a produção artística de uma cultura: é somente uma ferramenta para melhor entender obras produzidas em situações

de hibridização cultural, e, na melhor das hipóteses, para melhor entender como atos de leitura e de escrita acontecem nesses contextos.

No artigo citado anteriormente, Helen Tiffin afirma que, “ao desafiar a noção da universalidade literária, os escritores e os críticos pós-coloniais fazem um contra-discurso”,¹ mas todo discurso literário é, na verdade, um contra-discurso. Como ensina Harold Bloom, “a história da poesia [é] indistinguível da influência poética”,² e isso porque uma obra literária “necessariamente vem a existir através de obras precursoras”.³ Nas palavras de Longino, o próprio Platão não teria alcançado os seus efeitos sublimes se não tivesse disputado os louros com o grande precursor Homero, “como um jovem rival contra um homem já admirado”.⁴ Num mundo que já conta com Aristófanes, Cervantes e Milton, a única maneira de alcançar espaço entre os imortais é de vencer o *agon* com eles. O “contra-discurso canônico”,⁵ proposto como um modelo pós-colonial, nada mais é que o próprio cânone: “uma escolha entre textos lutando uns contra outros pela sua sobrevivência”.⁶

Tiffin exemplifica o contra-discurso com o romance *Wide Sargasso Sea*, em que a autora caribenha Jean Rhys responde ao *Jane Eyre* de Charlotte Brontë, adotando as suas personagens e contando a sua história às avessas. Não se nega que Rhys também esteja contestando “a soberania britânica sobre as pessoas, o lugar, a cultura, a língua”,⁷ mas o que contesta em primeiro lugar é a soberania de Brontë: sobre a sua história e sobre o seu lugar no

¹ TIFFIN, 1995. p. 96. No original: “In challenging the notion of literary universality ... post-colonial writers and critics engage in counter-discourse”.

² BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Traduzido por Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 33.

³ BLOOM, Harold. *The western canon*. London: Papermac, 1995. p. 11. No original: “A poem, play, or novel is necessarily compelled to come into being by way of precursor works”.

⁴ LONGINO. *Do sublime*. Traduzido por Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 66.

⁵ TIFFIN, 1995. p. 97. No original: “canonical counter-discourse”.

⁶ BLOOM, 1995. p. 20. No original: “The Canon ... has become a choice among texts struggling with one another for survival”.

⁷ TIFFIN, 1995. p. 98. No original: “Wide Sargasso Sea directly contests British sovereignty – over persons, place, culture, language”.

cânone. Antes de “subverter um texto [imperialista] para fins pós-coloniais”,⁸ a escritora está necessariamente subvertendo um texto precursor para fins literários. A relação entre Rhys e Brontë não difere profundamente da relação entre a própria Brontë e Jane Austen: não é o poder político ou colonial que determina a influência, mas o poder literário.

O canadense Dennis Lee também lê o que Bloom chama da angústia da influência como uma condição pós-colonial, quando afirma que “o escritor colonial não tem palavras próprias”.⁹ Na realidade, escritor algum tem “palavras próprias”, porque usar a linguagem é usar as palavras de outros, e ser escritor é lutar contra a sensação de ter sido primeiro leitor. Bloom observa que, “para originar qualquer coisa em linguagem, devemos recorrer a um tropo, e aquele tropo deve nos defender contra um tropo anterior”:¹⁰ a princípio, esse processo é o mesmo sofrido por todo escritor, seja ele nascido em Sydney ou em Londres, em Cruz Alta ou em Paris. Na segunda fase da sua vida de escritor, Lee afirma que “as palavras ... se referiam sempre e somente à vida de outrem”,¹¹ mas quando um leitor começa a se tornar escritor, ou as palavras se referem aos outros, ou não se referem a coisa alguma. É provável que até Chaucer tenha sofrido a sensação de que todas as palavras disponíveis somente diziam o que outros já haviam dito, mas ele escrevia antes da época romântica e, portanto, não teria sentido a necessidade de entender a sua relação com Boccaccio em termos das “divisões (em grande parte ilusórias) da literatura em ‘literaturas nacionais’ distintas”.¹²

A angústia da influência não é uma atitude de um escritor, mas o estado psíquico do leitor que está se tornando escritor: um estado que gera a necessidade de criar. A princípio, o

⁸ TIFFIN, 1995. p. 97. No original: “subverting a text for post-colonial purposes”.

⁹ LEE, Dennis. Writing in colonial space. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 399. No original: “The colonial writer does not have words of his own”.

¹⁰ BLOOM, Harold. *A map of misreading*. Oxford: Oxford University Press, 1975. p. 69. No original: “To originate anything in language we must resort to a trope, and that trope must defend us against a prior trope”.

¹¹ LEE, 1995. p. 399. No original: “The words ... were always and only about someone else’s life”.

problema de todo escritor tardio é que as palavras já são de outro escritor, não de outro país: se a sorte de ter aprendido o seu idioma de um colonizador condenasse o canadense a não ter palavras próprias, condenaria igualmente o irlandês James Joyce e o argentino Jorge Luís Borges. Lee parece exagerar a diferença entre a sua cultura da posição H₂ e aquela da posição 2 ao imputar a essa relação uma sensação que é intrínseca à condição do escritor. Seu tropo – e, portanto, sua defesa – é identificar um projeto pessoal com um projeto nacional. Imaginar que encontrar sua própria voz seria encontrar a voz da sua nação é atrelar a dignidade de um povo a sua própria individuação como poeta.

Existe, porém, uma relação interessante entre as explicações de Bloom e as sugestões de alguns teóricos do pós-colonial. Bloom descreve o processo da influência poética como uma defesa psicológica na qual um leitor sofre uma perda de autonomia ao ler uma obra literária, e começa a escrever para se defender contra aquela experiência. Paralelamente, Alan Lawson sugere que o nacionalismo do Segundo Mundo seja “uma reação de povos que se sentem culturalmente em desvantagem”:¹³ uma reação à mesma perda de autonomia que faz de um leitor um poeta. Conforme essa definição, uma sociedade da posição H₂ passa a se definir como nação, não para se livrar de uma identidade opressiva ou ultrapassada da posição 2, mas por perceber que corre o risco de ficar sem identidade alguma. Para Bloom, ninguém escreve grande literatura sem ter lido grande literatura, porque “qualquer texto literário forte faz uma desleitura criativa e, portanto, uma interpretação errônea de um ou mais textos precursores”.¹⁴ Para Stephen Slemon, o próprio Segundo Mundo “é essencialmente

¹² BRENNAN, Timothy. The national longing for form. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 172. No original: “the (largely illusory) divisions of literature into distinct ‘national literatures’ ”.

¹³ LAWSON, 1995. p. 169. No original: “Nationalism is a reaction of peoples who feel culturally at a disadvantage”.

¹⁴ BLOOM, 1995. p. 8. No original, “any strong literary work creatively misreads and therefore misinterprets a precursor text or texts”.

uma posição de leitura, ... uma manobra crítica, um ato de leitura e de escrita”.¹⁵ Vista assim, a sociedade da posição H₂ é um tipo de desleitura criativa da sua metrópole.

Quando Dennis Lee afirma que “as palavras que eu conhecia diziam Bretanha e América, mas não diziam o meu lar”,¹⁶ ele se identifica não com a cultura ocidental como um todo, não com a cultura britânica, mas com uma cultura especificamente canadense. Se a própria posição H₂ é uma desleitura da posição 2, e dado essa autodefinição nacionalista, talvez o seu processo de individuação como poeta tenha sofrido uma duplicação, por se sentir implicado numa cultura nacional que ele pessoalmente percebe como secundária. Talvez a sua dificuldade de encontrar a sua voz tenha sido multiplicada justamente por imaginar que esteja procurando a voz do seu povo. Na sua leitura jungiana de *Voss*, David Tacey afirma que, quando os primeiros povoadores europeus “partiram de terras conhecidas e foram para o lado de baixo do globo, também fizeram uma descida psicológica para dentro do inconsciente”:¹⁷ o ego da posição H₂ se desenvolve, portanto, entre as exigências do superego (a posição 2) e os impulsos do continente desconhecido. Essas reflexões sugerem dois tipos de estudo futuro. No nível do texto, seria interessante tentar verificar a existência de um tipo de “psicologia de secundariedade” que seja característica de obras do Segundo Mundo; no nível da crítica genética e biográfica, a tarefa seria a de identificar processos criativos distintos entre escritores chegando à maturidade em culturas da posição H₂.

¹⁵ SLEMON, 1995. p. 105. No original: “The ‘Second World’ ... is at root a *reading position*, ... a critical manoeuvre, a reading and writing action”.

¹⁶ LEE, 1995. p. 399. No original: “The words I knew said Britain, and they said America, but they did not say my home”.

¹⁷ TACEY, David. *Patrick White: fiction and the unconscious*. Melbourne: Oxford University Press, 1988. p. 89. No original: “When the early settlers and convicts left familiar shores and moved to the underside of the globe, they were making as well a psychological descent into the unconscious”.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2.ed. London: Verso, 1991. 224 p.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1989. 246 p.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. O universo nas ruas do mundo. In: ZILBERMAN, Regina; BERND, Zilá (Org.). *O viajante transcultural: leituras da obra de Moacyr Scliar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-33.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. 85 p.
- BHABHA, Homi K. DissemiNation: time, narrative and the margins of the modern nation. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 139-170.
- BHABHA, Homi K. How newness enters the world: postmodern space, postcolonial times and the trials of cultural translation. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 212-235.
- BHABHA, Homi K. Interrogating identity: Frantz Fanon and the postcolonial prerogative. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 40-65.
- BHABHA, Homi K. Introduction: Locations of culture. In: _____. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. p. 1-18.
- BHABHA, Homi K. Culture's in between. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 29-36.
- BLOOM, Harold. *A map of misreading*. Oxford: Oxford University Press, 1975. 206 p.
- BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Traduzido por Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 210 p. Tradução de: The anxiety of influence.
- BLOOM, Harold. *The western canon*. London: Papermac, 1995. 578 p.
- BORDINI, Maria da Glória. *O Continente: um romance de formação? Pós colonialismo e identidade política*. In: _____.; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 65-86.
- BORDINI, Maria da Glória; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 208 p.
- BRENNAN, Timothy. The national longing for form. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 170-175.

- BRYDON, Diana. The white Inuit speaks: contamination as literary strategy. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 136-142.
- COLMER, John. *Patrick White*. London: Methuen, 1984. 94 p.
- Commonwealth Secretariat: history*. Disponível em:
<<http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=34493&int1stParentNodeID=20596>> Acesso em: 29 ago. 2005.
- Convicts and the European settlement of Australia*. Disponível em:
<<http://www.cultureandrecreation.gov.au/articles/convicts/>> Acesso em: 23 set. 2005.
- CROSBY, Alfred W. Ecological imperialism. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 418-422.
- Documenting a democracy*. Disponível em: <<http://www.foundingdocs.gov.au/default.asp>>
Acesso em: 29 ago. 2005.
- DURING, Simon. Postmodernism or post-colonialism today. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 125-129.
- FANON, Frantz. National culture. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 153-157.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. 660 p.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. São Paulo: Obelisco, 1964. 70 p.
- GOLDIE, Terry. The representation of the indigene. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 232-236.
- GRIGGS, Richard. *Background on the term "Fourth World"*. Disponível em:
<<http://www.cwis.org/fourthw.html>> Acesso em: 13 mar. 2005.
- HASSAN, Ihab. Counterpoints: Nationalism, colonialism, multiculturalism. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 282-294.
- HORÁCIO. *Arte poética*. Traduzido por Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997. 53-68.
- HULET, Claude Lyle. *Brazilian literature I: 1500-1880*. Washington: Georgetown University Press, 1974. 395 p.

- INGLISS, Ken. Australia. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 338-346.
- JOHNSTON, Anna; LAWSON, Alan. Settler colonies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Ed.). *A companion to postcolonial studies: a historical introduction*. Oxford & New York: Blackwell, 2000. p. 360-376.
- KLOR DE ALVA, Jorge. The postcolonization of the (Latin) American experience: a reconsideration of “colonialism,” “postcolonialism,” and “mestizaje”. In: PRAKASH, Gyan. *After colonialism: imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 241-275.
- LAWSON, Alan. A cultural paradigm for the second world. *Australian-Canadian studies*, v. 9, n. 1-2, p. 67-78, 1991.
- LAWSON, Alan. Comparative studies and post-colonial “settler” cultures. *Australian-Canadian Studies*, v. 10, n. 2, p. 153-159, 1992.
- LAWSON, Alan. The discovery of nationality in Australian and Canadian literatures. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 167-169.
- LAWSON, Alan. Proximities: from asymptote to zeugma. In: SMITH, Rowland. B. (Org.). *Postcolonizing the Commonwealth: studies in literature and culture*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2000. p. 19-37.
- LEE, Dennis. Writing in colonial space. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 397-401.
- LONGINO. *Do sublime*. Traduzido por Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 137 p.
- MARR, David. *Patrick White: a life*. New York: Alfred A. Knopf, 1991. 727 p.
- MARSHALL, Peter James. 1783-1870: an expanding empire. In: _____ (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 24-51.
- MARSHALL, Peter James. Introduction: the world shaped by empire. In: _____ (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 7-13.
- MARTIN, Ged; KLINE, Benjamin. British emigration and new identities. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 254-279.

- MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. *Gragoatá*. Niterói, n. 1, p. 7-29, 2º semestre, 1996.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 345 p.
- NOBEL Foundation. *The Nobel Prize in literature 1973*. Disponível em: <<http://nobelprize.org/literature/laureates/1973/>> Acesso em: 14 nov. 2004.
- NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. Traduzido por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2002. 293 p.
- PORTER, Andrew. Empires of the mind. In: MARSHALL, Peter James (Ed.). *The Cambridge illustrated history of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 185-223.
- PRENTICE, Chris. Some problems of response to empire in settler post-colonial societies. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 45-58.
- RITCHIE, John. *Lachlan Macquarie: a biography*. Melbourne: Melbourne University Press, 1988. 318 p.
- QUEIRÓS, José Maria de Eça de. "O francezismo". In: _____. *Últimas páginas: manuscritos inéditos*. Porto: Lello, 1938. p. 397-425.
- SAID, Edward. A meditation on beginnings. In: _____. *Beginnings: intention and method*. New York: Columbia University Press, 1975. p. 29-78.
- SAID, Edward. The world, the text and the critic. In: _____. *The world, the text and the critic*. London: Faber and Faber, 1984. p. 31-53.
- SALMO 136. In: BÍBLIA sagrada. Traduzida da Vulgata pelo Padre Matos Soares. 10.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. p. 685.
- SLEMON, Stephen. The scramble for post-colonialism. In: TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 15-32.
- SLEMON, Stephen. Unsettling the empire: resistance theory for the second world. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 104-110.
- STRATTON, Jon; ANG, Ien. Multicultural imagined communities: cultural difference and national identity in the USA and Australia. In: BENNETT, David (Ed.). *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London: Routledge, 1998. p. 135-162.
- TACEY, David. *Patrick White: fiction and the unconscious*. Melbourne: Oxford University Press, 1988. 269 p.

- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Negações da identidade do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, v. 24, n. 2, p. 299-322, 2003.
- TIFFIN, Chris; LAWSON, Alan. Introduction: the textuality of empire. In: _____. *De-scribing empire: post-colonialism and textuality*. London: Routledge, 1994. p. 1-11.
- TIFFIN, Helen. Post-colonial literatures and counter-discourse. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Ed.). *The post-colonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 95-98.
- UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Growth in United Nations membership, 1945-2004*. Disponível em: <<http://www.un.org/Overview/growth.htm>> Acesso em: 13 jan. 2005.
- UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. *The world factbook 2004*. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 13 mar. 2005.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta: memórias*. 1º volume. São Paulo: Globo, 1994. 349 p.
- VERISSIMO, Erico. *O arquipélago 1*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (*O tempo e o vento*, Parte III). 380 p.
- VERISSIMO, Erico. *O arquipélago 3*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (*O tempo e o vento*, Parte III). 479 p.
- VERISSIMO, Erico. *O continente 1*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (*O tempo e o vento*, Parte I). 413 p.
- VERISSIMO, Erico. *O continente 2*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (*O tempo e o vento*, Parte I). 432 p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O que era mesmo o Terceiro Mundo? Traduzido por Teresa Van Acker. *Le Monde Diplomatique*: edição brasileira, v. 1, n. 7, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0008/09.htm>> Acesso em: 13 mar. 2005.
- WHITE, Patrick. *Voss*. London: Vintage, 1994. 448 p.
- WOLFE, Peter. *Laden choirs: the fiction of Patrick White*. Lexington: University of Kentucky, 1983. 248 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)